



Revista PMBA EM FOCO

Ciência Policial e Cidadania

ANO I - EDIÇÃO IV

ISSN 2764-4723 (online)

ISSN 2764-4774 (impresso)



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA



Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA



**POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COMANDO-GERAL
INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO - CPEX**

Revista
PMBA
FOCO^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

**4ª Edição
2022**

FICHA TÉCNICA

Comandante-Geral da Polícia Militar da Bahia
Cel PM Paulo José Reis de Azevedo Coutinho

Subcomandante-Geral
Cel PM Nilton César Machado Espíndola

Diretor do Instituto de Ensino e Pesquisa
Cel PM Jorge Ricardo Albuquerque Pereira

EDITORES

Segurança Pública
TC PM Carlos Augusto Reis Santos (Ad-Hoc)

Saúde e Bem-Estar
Ten QOSPM Jose Lucas Sena da Silva
Ten PM Thays Silva Coelho

Comunicação e Educação
Ten PM Antonia Lílian Santana de Cerqueira

Direito
Subtenente PM Sheila Marta Carregosa Rocha

Sociedade e Cultura
Cap PM Ivone Meira dos Santos

Editoras-chefe

Antonia Lílian Santana de Cerqueira

Revisor

Antonia Lílian Santana de Cerqueira

Diagramação, design e TI:

Carlito Oliveira Vieira

Impressão e acabamento: Empresa Gráfica da Bahia

REVISTA PMBA EM FOCO: Ciência Policial e Cidadania

Ano: 2022

Periodicidade: Trimestral

ISSN 2764-4723 (online)

ISSN 2764-4774 (impresso)

REDAÇÃO: Avenida Dendezeiros, Vila Policial Militar do Bonfim

CEP: 40415-031 - Salvador - Bahia - Brasil

E-mail: iep.revistapmbaemfoco@pm.ba.gov.br

Disponível: <http://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/>

O conteúdo dos artigos publicados nesta Revista será de única e exclusiva responsabilidade dos seus autores. Será permitido a citação total ou parcial dos artigos nela constantes, desde que mencionada a fonte. Nenhuma das obras poderá ser reproduzida sem a permissão, por escrito, da PMBA.

AVALIADORES AD-HOC

Ten Cel PM **José Luis** Santos Silva (Segurança Pública)
Major **Tatiana** Eleuterio (Segurança Pública)
Major PM **Melquisedeque** (Direito)
Major PM **Maria** de Oliveira Silva (Sociedade e Cultura)
Subtenente PM **Alexandre** Franco Aranha (Educação)
Sgt PM **Nivia** Bomfim Queiroz Rodrigues (Educação)

CONSELHO EDITORIAL

Cel PM Nilton César **Machado** Espíndola
Ten Cel PM **Carlos Augusto** Reis Santos
Ten Cel PM Raimundo Luís Campos **Guerra**

COMITÊ EDITORIAL

Subtenente PM Dra. **Sheila** Marta **Carregosa** Rocha
Ten PM Ma. Antonia **Lílian** Santana de **Cerqueira**
Ten QOSPM Me. José Lucas Senna da Silva
Ten PM Esp. **Thays** Silva **Coelho**

CONSELHO CIENTÍFICO

Tenente-Coronel Dr. **José Luís Santos Silva** – Academia de Polícia Militar da Bahia, Salvador, Ba, Brasil.

TC QOSPM **Silvana Magalhães Passos de Souza** - Doutora - Hospital Universitário Prof. Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia

Major PM Dr. **Valmir Farias Martins** - Departamento de Modernização e Tecnologia da PMBA, Faculdade Jardins e Centro Universitário Dom Pedro II, Salvador, Ba, Brasil

Maj TC **Dilson Antonio Rosário dos Santos** - Pós-doutor - Academia da Polícia Militar da Bahia (APM), Salvador, Ba, Brasil

Sgt PM **Nivia Bomfim Queiroz Rodrigues** - Doutora - Universidade do Estado da Bahia

Profa. Dra. **Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti** - Universidade Católica de Salvador e Universidade Federal da Bahia, Ba, Brasil

Profa. Dra. **Déa Carla Pereira Nery**- Universidade do Estado da Bahia, Ba, Brasil

Prof. Dr. **Cildo Giolo Júnior** - Universidade do Estado de Minas Gerais, MG, Brasil.

Profa. Dra. **Juliette Marie Marguerite Robichez** - Centro Universitário Jorge Amado, Salvador, Ba, Brasil e do Instituto de Ensino Superior do Acre, Brasil.

Profa. Dra. **Adriana Hertemink Cantini**- Universidade Federal do Pampa, São Borja, RS, Brasil.

Dra. **Márcia Regina Ribeiro Teixeira** – Ministério Público do Estado da Bahia, Brasil.

Profa. MSc. **Joelma Boaventura da Silva** – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Ba, Brasil

Prof. Dr. **Jorge Gracia Ibáñez** - Universidade do Porto, Portugal e Universitat Oberta de Catalunya, Espanha

EDITORIAL LINE AND REVIEW OBJECTIVES

“**PMBA Journal in Focus: Police Science and Citizenship**” is a quarterly periodical of technical-scientific publication, Double-blind Peer Review of the General Command of The Military Police of Bahia (PMBA), under the responsibility executive of the Research and Teaching Institute (IEP), in print and electronic media. Its fundamental basis is the publication of interdisciplinary studies compiled in 5 (five) editorials: Public Safety, Health and Welfare, Communication and Education, Law and, Society and Culture. The immediate objective is to disseminate innovative perspectives and issues from different areas, relevant to the institution, linked to the Strategic Objectives (SO) contained in PMBA Strategic Planning 2017 – 2025 – “PMBA towards its bicentennial”. SO 11: To develop professional skills at all hierarchical levels, through teaching, research and extension actions; SO 2: To reinforce the institutional image, strengthen internal communication, and enhance the institutional image and disseminate knowledge.

The immediate objective is to produce scientific knowledge, based on technical standards and publish its results. The Journal receives submissions in its sections: original articles from research (quantitative and/or qualitative) and review articles (integrative, systematic and meta-analysis). The Journal encourages the publication of works originating from various sources, being open to national and international contributions.

The “**PMBA Journal in Focus: Police Science and Citizenship**” aims to act as a generalist review, seeking to serve a wide field of knowledge, perspectives and issues. The journal’s main foundation is to disseminate innovative perspectives and issues from different areas that are relevant to de institution and it is open to collaboration from members of the Military Police corporation (from all ranks), others polices and from national and international academic community, in any of its five editorials.

Each editorial has its objectives:

Public Security - the main objective of the editorial is to carry out research on the main aspects related to the management of public security, emphasizing the current situation, trends and perspectives, in order to identify the origin and main causes of crime; to discuss the challenges faced to improve Brazilian public security, among others.

Health and Welfare – this editorial aims to present theories and perspectives on health that may promote quality of life to public safety professionals and address the importance of well-being in the work routine as a driving factor for maintaining an healthy, harmonious and motivating environment.

Communication and Education – this editorial aims to present studies on education and communication as a social fact, as one of the elements that constitute the educational process; Communication, as a set of procedures for connecting people; organizational/social communication as an essential tool of great value for strategic management.

Law – this editorial proposes a discussion on the effectiveness of the legislative framework of military police activity, based on the constitutionality of competence, ethics and the scope of administrative, civil and criminal responsibilities of police (military or not) in active service, as well as in inactivity. It also aims to analyze the judicial decisions inherent to the fundamental rights and guarantees of the police (military or not), as well as the legally established duties.

Society and Culture – this editorial objective is to promote discussions about our coexistence and our communication in society. Even the way we dress is been linked to our culture, dealing with themes that cover cultural and sociological aspects.



POLÍCIA MILITAR DA BAHIA

COMANDO-GERAL



MENSAGEM DO COMANDANTE-GERAL ALUSIVA À 4ª EDIÇÃO DA REVISTA PMBA EM FOCO



Toda a história do homem constitui-se num esforço para comunicar-se, marcando sua própria essência e construindo sua identidade, seja no seio social, através das relações interpessoais, seja nas atividades educacionais e profissionais.

Na perspectiva dialógica de Paulo Freire, uma das principais referências mundiais de educação, a comunicação está na essência das práticas pedagógicas. Para Freire, na sua publicação “Extensão ou Comunicação” (1974), “Educação sem comunicação não transforma”. E aqui, vê-se como pertinente destacar que a comunicação verdadeira, palavra que vem do latim *comunicare* com a significação de “pôr em comum”, o ato de “tornar comum” na compreensão que ela exige e não apenas limitar-se à transmissão do conhecimento, exige-se a coparticipação, construção, que advém, sobretudo, do diálogo.

A comunicação, portanto, é uma ferramenta imprescindível à sociedade e, à medida que essa evolui, torna-se necessário ter-se um maior cuidado e

preocupação com ela, posto tratar-se de um fenômeno básico e universal.

Assim, pode-se afirmar que não existe uma só atividade humana que possa ser promovida sem a comunicação. Ou seja, a sociedade moderna pode ser concebida como sendo o resultado do aprimoramento do processo de comunicação, da boa ou má capacidade que o homem tem de se comunicar.

Comunicação é convivência; está na raiz da comunidade, sendo baseada no consenso espontâneo entre os indivíduos e, por tal motivo, exige a compreensão para que possam colocar em “comum” as ideias, imagens e experiências, posto que seu grande objetivo é o entendimento

entre os homens e, para que exista esse entendimento, é necessário que haja a compreensão mútua, pois, a comunicação é, antes de tudo, interação, diálogo.

Por fim, por entender a imensa importância da comunicação para o desenvolvimento educacional e profissional da nossa Instituição e, assim, imbuídos pela força da comunhão, parceria, solidariedade, compartilhamento a disponibilização de serviços prestados à sociedade com maior excelência, destaca-se o grande orgulho de a Polícia Militar da Bahia lançar a 4ª Edição da Revista PMBA em Foco: Ciência Policial e Cidadania.

PMBA, uma Força a serviço do cidadão!

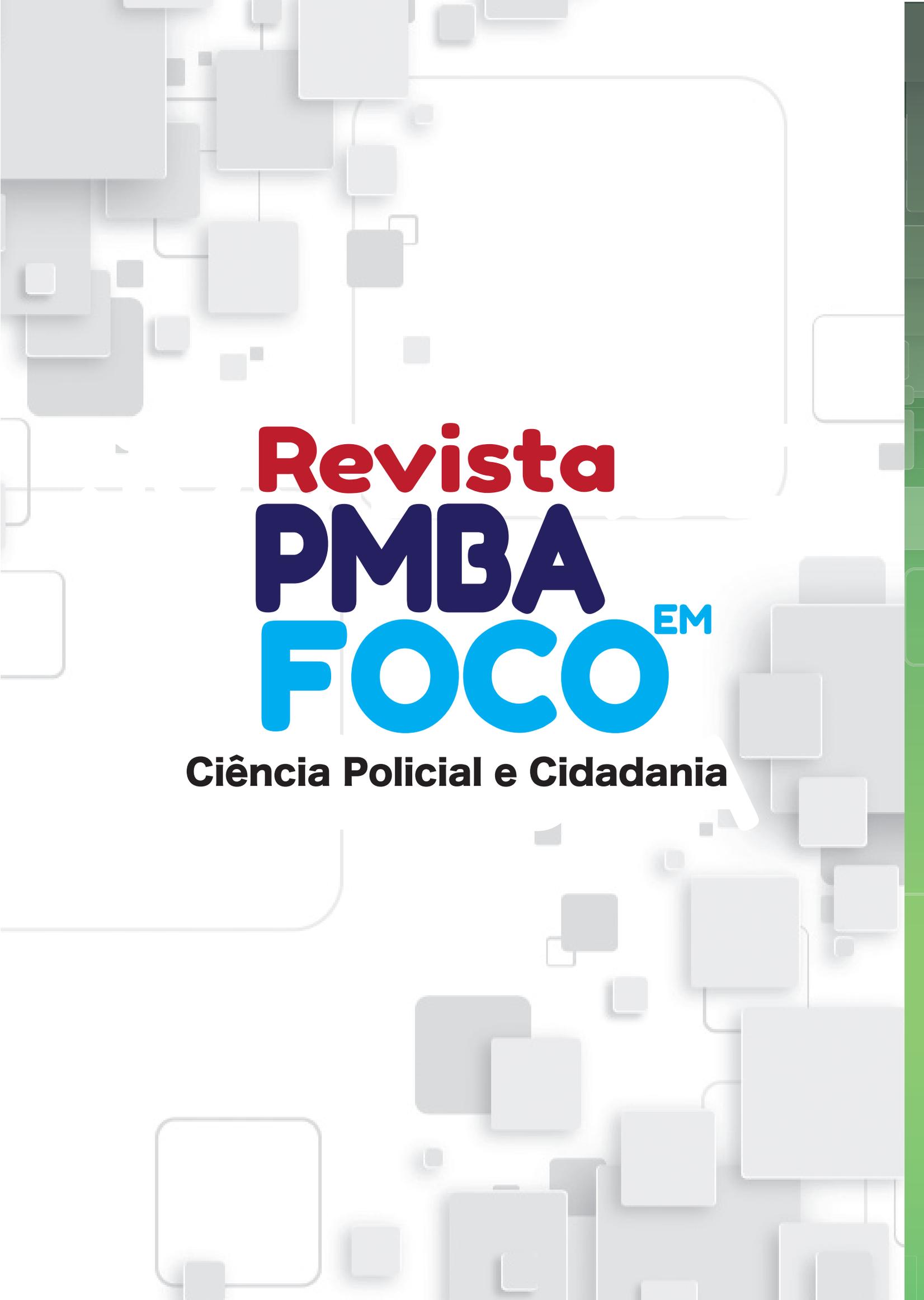
Quartel do Comando-Geral, 13 de janeiro de 2023.



PAULO JOSÉ REIS DE AZEVEDO COUTINHO – CEL PM
Comandante-Geral

SUMÁRIO

Prevenção criminal pelo design ambiental	14
O PROERD como política pública relevante no combate à violência escolar	22
GESTÃO COMPARTILHADA: Escolas Municipais conveniadas e suas contribuições na Segurança Pública.	32
AS CONTRIBUIÇÕES DO REFORÇO ESCOLAR EM MATEMÁTICA PARA ALUNOS DO 6º ANO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOINHAS-BA	40
A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES PARA EQUITAÇÃO VOLTADA À ATIVIDADE DE EQUOTERAPIA	51
LITERACIA DIGITAL: Biblioteca Universitária como recurso auxiliar à Literacia Acadêmica.	58
O CONSECÁRIO DA BUSCA PESSOAL: conceito e os limites da fundada suspeita.	70
PROERD E RONDA ESCOLAR: estratégias de prevenção à evasão escolar na cidade de jequié/ba	78
MIRROR GAME – RONDA MARIA DA PENHA: an intervention strategy	87



Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

The background is a vibrant green with a complex pattern of white geometric shapes, including squares, rectangles, and lines, some of which are semi-transparent or outlined, creating a layered, architectural effect.

SEGURANÇA PÚBLICA

PREVENÇÃO CRIMINAL PELO DESIGN AMBIENTAL

CRIME PREVENTION THROUGH ENVIRONMENTAL DESIGN

Thales Borges Leite¹

Resumo

Este artigo tem por finalidade abordar uma vertente da segurança pública preventiva aplicada mundialmente conhecida como CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design) ou, de forma traduzida, Prevenção Criminal pelo Design Ambiental, ainda praticamente inexplorada nas Escolas de Formação de Policiais Militares de São Paulo. O tema em questão potencializa a função e as capacidades do Policiamento Comunitário, colocando a Polícia Militar como protagonista na gestão do ambiente social, coordenando o desenvolvimento dos ambientes públicos junto a outros órgãos governamentais. O artigo proposto busca convencer sobre a importância do estudo do tema, seu desenvolvimento em nível nacional adequado à realidade social brasileira e qual deve ser o papel das Polícias Militares neste momento. Para se entender as aplicações do tema, inicia-se com uma breve provocação sobre o conhecimento proposto frente a uma situação rotineira de um Oficial na função de Comandante territorial. Em seguida, explica-se a base jurídica para a atuação da Polícia Militar sobre o tema, um case entre cidades latinas do Rio de Janeiro x Medellín, em seguida outros locais do mundo que já aplicam técnicas análogas e, por fim, uma proposta de trilha a ser seguida para o desenvolvimento eficaz do tema no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Pública; Prevenção Criminal; Polícias Militares.

Abstract

This article aims to address an aspect of preventive public security applied worldwide known as CPTED (Crime Prevention Through Environmental Design), still unexplored in the Military Academy of Sao Paulo. The proposed article seeks to convince about the importance of studying the subject, its development at a national level adequate to the Brazilian social reality and what is the role of the Military Police should be at this moment. In order to understand the applications of the theme, it begins with a brief provocation about the proposed knowledge in the face of a routine situation of an Officer in the role of territorial Commander. Then, the legal basis is explained for the action of the Military Police on the subject is explained, a case study on the Latin American cities of Rio de Janeiro x Medellín, then other places in the world that already apply similar techniques and finally a proposal for a path to be followed for the effective development of the theme in Brazil.

Keywords: Public Security; Crime Prevention; Military Police

¹ Graduado pela Academia de Polícia Militar do Barro Branco em Ciências de Segurança e Ordem Pública, pós graduado em Direito Público pela Escola Superior de Direito (ESD) e pós graduado em Certificate in Marketing Management pelo Insper. ID Lattes: 6862160840287062, n° Orcid: 0000-0002-4520-6163. Email: thalesbl@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Imagine-se como um Comandante de Companhia de uma região no interior do Estado de São Paulo, onde o contato com autoridades municipais, como o prefeito, é muito estreito. Durante um diálogo, este informa que gostaria de construir uma nova praça na cidade e, para tanto, deseja saber a opinião do órgão de segurança pública local. Ao fazê-lo, indaga-lhe: Qual é o melhor layout do ponto de vista da segurança pública para esta praça? Oval ou quadrada? Os bancos no centro ou nos cantos? Iluminação mais alta ou mais baixa? Quais são as melhores práticas pensando na segurança do local e de sua população?

Neste momento, é possível perceber que qualquer resposta dada seria baseada na experiência de cada Oficial, e não em um estudo técnico sobre o tema. Afinal, qual é a porcentagem da prática de tráfico em praças ovais? Os bancos separados inibem aglomeração de jovens, diminuindo assim o uso de álcool?

Se este, mesmo prefeito informar que uma padaria local foi roubada no dia anterior e que o problema poderia ser o layout do local, ficaria ainda o questionamento: estatisticamente, onde deve ser colocado o caixa de um comércio? À frente (mais acessível ao criminoso, mas com maior capacidade de visualização do comércio pela viatura) ou mais ao fundo (onde o criminoso ficará mais exposto na ação interna, mas com menor visibilidade externa dos policiais)?

O estudo em questão busca respostas para esta e outras perguntas que acontecem com frequência no dia a dia de Oficiais de Polícia em todo o País. Embora seja comum o estudo da criminalidade e de estratégias para a prevenção com a utilização de efetivo policial, o estudo busca provocar o leitor quanto a outras formas de se observar segurança pública, agora não mais como um jogo de gato e rato entre polícia e criminalidade, mas como um estudo arquitetônico de dissuasão do comportamento criminoso pela incapacidade ou ao menos dificuldade de realizar o ato. Por fim, evoca-se ainda o interesse dos Oficiais em compreender que além de gestores de policiais, são também os gestores do ambiente social seguro.

Todos estes questionamentos acima elencados têm respostas em teorias de CPTED que não são estudadas nos bancos escolares castrenses, mas exaustivamente aplicadas em diversos locais do mundo, como Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Colômbia.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste artigo utilizou-se do método dedutivo, partido de observações sobre eventos realizados anteriormente e sobre a necessidade de demonstrar a aplicação genérica do modelo, desde que ajustado a diferentes realidades. Cuidou-se então de se fazer uma pesquisa exploratória sobre o tema, trazendo para o mesmo hipóteses operacionais do assunto ora tratado. Para tal, foi utilizada a modalidade de pesquisa bibliográfica. Buscou-se conhecer outros textos e autores que tratam do tema bem como situações onde o conceito fora utilizado. A escolha por este tipo de metodologia mais aberta se deu pela escassez de textos sobre este assunto e a dificuldade de obtenção dos poucos livros disponíveis. Considerando a modalidade escolhida, definiu-se as etapas de desenvolvimento do trabalho em Coleta de dados disponíveis, fichamento dos dados encontrados, curadoria e seleção dos textos e, por fim, redação e análise crítica.

Na primeira etapa, foi realizado a leitura dos livros disponíveis e anotações sobre autores e obras estrangeiras. Após estas leituras, buscou-se vídeos e textos na internet capazes de acrescentar alguns novos dados sobre o assunto.

Após terminar as leituras físicas e de artigos e notícias, separou-se aqueles textos que mais se adequavam ao tema proposto, desenvolvendo uma lógica de raciocínio quanto à temática. Por se tratar de assunto complexo, buscou-se incluir bases legais e administrativas do tema, a fim de entregar uma solução mais completa sobre a questão.

Após este período, buscou-se uma curadoria capaz de avaliar se os textos separados tinham bases legais e haviam aceitação da crítica quanto à sua qualidade de informação.

Após estas análises, foi elaborada a redação do trabalho, a junção dos temas e sua sincronia lógica, bem como revisão metodológica e linguística.

3 CONCEITUANDO

A partir deste primeiro contato, é fundamental a conceituação exata. Segundo Crowe (2013), CPTED é o ato de influenciar a arquitetura urbana gerando barreiras visíveis ou invisíveis em favor da segurança pública, inibindo comportamentos criminosos. Trata-se de um conceito essencialmente preventivo e que se encaixaria até

mesmo antes da Ordem pública, pois em tese é aplicado já durante a construção do espaço público. Esta definição, embrionariamente desenvolvida em meados de 1970 por Ray Jeffery, tem como um dos maiores expoentes da época a arquiteta Jane Jacobs, autora do livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, que se tornou um clássico e foi a base dos primeiros estudos de CPTED no mundo.

Neste ponto torna-se essencial conceituar o urbanismo. O profissional responsável pelo urbanismo público estuda formas de utilizar o *design* para desenhar novos bairros ou promover a melhoria dos existentes, melhorando o trânsito, o acesso a recursos públicos, ao conforto e à segurança pública. O principal objetivo deste artigo é exatamente a provocação quanto a uma reflexão desta temática complexa e que tem em sua transversalidade noções de urbanismo, arquitetura, psicologia, sociologia e segurança pública.

Jacobs é bastante inovadora por ir contra alguns conceitos da época sobre as formas de arquitetura e urbanismo, começando por uma função praticamente inexplorada a das ruas e calçadas.

Cabe neste momento uma análise sobre as ruas e calçadas, pois compõem boa parte do espaço urbano das cidades e são responsáveis por serem o elo entre os prédios privados e todos os ambientes públicos de um Município. É nas ruas que as pessoas transitam, compram, caminham e onde se concentra a atenção de tantos olhos durante o dia a dia daquele local. A primeira geração de CPTED influenciada por Jacobs baseia-se nas ruas daquele período e sustenta-se baseada em quatro princípios fundamentais: Territorialidade, Controle de Acessos, Vigilância Natural e Manutenção/Imagem Positiva do Ambiente.

Estes conceitos podem ser explicados por Crowe (2013) da seguinte forma: a territorialidade é a intenção natural do ser humano de defender seu território e respeitar os territórios dos outros. Fazendo importante em qualquer análise de CPTED que o poder público local promova ações regionais capazes de aumentar a sensação de pertencimento da população local.

O segundo princípio é a garantia do controle de acesso. Isto posto, é fundamental que todo o território estudado seja transformado, garantindo controles de acessos às autoridades. Neste caso, câmeras, barreiras naturais como lombadas e mudanças nos desenhos urbanos de ruas e direções do trânsito devem ser pensadas como forma de diminuir eventuais rotas de fuga e dificultar as ações delitivas.

O terceiro conceito é bastante relevante e possui interdisciplinaridade, conforme exposto por Jacobs (1984), que cita a importância do monitoramento por câmeras de vigilância, ressaltando que ainda mais importante e eficaz é a vigilância natural. A possibilidade de ser visto e reconhecido são fatores de temor criminal e, portanto, devem ser incentivados, a fim de transformar o ambiente público com diversos tipos de uso em todos os horários. Fluxos de pessoas criam uma barreira natural contra criminosos e Jacobs (1984) exemplifica este fato em seu livro com o exemplo de um bar próximo à sua residência que permanecia aberto até as 03h00, o que possibilitava o movimento de pessoas chegando ou saindo do estabelecimento em torno de sua residência. Já às 05h00, uma padaria abria suas portas, assegurando assim que durante todo o dia houvesse movimento de pessoas e garantia de um local para abrigo de qualquer pessoa que se sentisse ameaçada ante a um possível crime.

Por fim, o quarto conceito é o da manutenção e imagem positiva que possui muitos dos elementos vistos na Teoria das Janelas Quebradas. Para contextualizar, a Teoria das Janelas Quebradas é uma derivação da Escola de Chicago escrita por George Kelling e James Q. Wilson em 1996, cuja obra fala sobre a importância da prevenção das estruturas do ambiente urbano. Segundo estes, independentemente da situação socioeconômica da região, qualquer degradação estrutural estimularia a população local a delinquir.

Um estudo realizado pela Universidade de Stanford (EUA), a fim de comprovar a teoria, colocou dois carros de mesmo modelo em bairros distintos, um no Bronx, em Nova York, conhecido por abrigar uma população de menor poder aquisitivo, e outro no luxuoso bairro de Palo Alto, na Califórnia. Em poucos dias, o carro no Bronx estava espoliado, enquanto o veículo de Palo Alto permanecia intacto. Após alguns dias, porém, experimentou-se quebrar uma janela do veículo e, tal como o carro do Bronx, o carro de Palo Alto foi alvo de diversos furtos, pouco lhe sobrando.

Em um contexto mais atual, a aplicação desta teoria pode ser vista no Metrô de São Paulo com outro foco: o lixo. Busca-se a todo custo manter as estações extremamente limpas, desencorajando os usuários a jogar lixo fora das lixeiras ou mesmo deixá-las cheias.

3.1 BASE JURÍDICA

Um dos primeiros conflitos apresentados pelo CPTED quando importado para a realidade brasileira se dá na competência para legislar e fiscalizar o espaço urbano, cuja Constituição Federal/88 conferiu aos entes federativos (Art. 24, I), em especial aos Municípios (Art. 30, I, II e VIII). Caberá, portanto, aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Cumpra esclarecer, porém, o interesse do constituinte na gestão integrada de todos os entes e seus respectivos órgãos na melhoria do ambiente urbano, sendo neste momento fundamental a volta aos ensinamentos de Direito Administrativo combinados com o Art. 144, §5, da Carta Magna. Observa-se, primeiramente, o Art. 144, §5, (grifo nosso): “Às polícias militares cabem **a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública**; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.”

Isto posto, importante observar o exposto por Lazzarini (*apud* Lima Neto; Vieira, 2014, p.13-14): “[...] a polícia tem por objeto assegurar a ordem, isto é, a tranquilidade, a segurança e a salubridade, concluindo por asseverar que assegurar a ordem pública, em suma, é assegurar essas três coisas”.

Cita ainda Lazzarini (1986, p. 13-14):

[...] a ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço. Aliás, nessa última hipótese, pode variar, inclusive dentro de um determinado país. Mas sentir-se-á a ordem pública segundo critérios de ordem superior, políticos, econômicos, morais e, até mesmo, religiosos. A ordem pública não deixa de ser uma situação de legalidade e moralidade normal, apurada por quem tenha competência para isso sentir e valorar. A ordem pública, em outras palavras, existirá onde estiver ausente a desordem, isto é, os atos de violência, de que espécie for, contra as pessoas, bens ou o próprio Estado. A ordem pública não é figura jurídica, embora se origine e tenha a sua existência formal.

Outro importante autor a citar o tema é Filocre (2010, p. 12-13), que o conceitua sob quatro dimensões:

[...] segurança pública são os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem pública; segurança pública é o conjunto de atividades destinadas à manutenção da ordem pública; segurança pública é o direito à proteção estatal, conferindo a cada um e a todos os membros da sociedade a permanente sensação de segurança; segurança pública é a ausência de perturbação, a garantia da ordem. Qualquer que seja a abordagem eleita, trata-se de uma mesma segurança pública porque um mesmo conceito de ordem pública se faz presente.

Todas as considerações acima buscam embasar o entendimento do leitor quanto a uma mudança paradigmática das funções da Polícia Militar.

O conceito de Policiamento Preventivo e a preservação da Ordem Pública trazidos no Art. 144, § 5º, da CF/88 podem e devem ser desmembrados em situações distintas. O policiamento preventivo ocorre com o patrulhamento ostensivo, fardado, visando a prevenção criminal e a garantia da sensação de segurança. Já a preservação da Ordem Pública, mais abrangente e diversa, também é responsabilidade das Polícias Militares, devendo ser vista como um esforço destas instituições em dirimir quaisquer situações capazes de alterá-la em qualquer uma de suas esferas, tais como tranquilidade pública, paz pública e salubridade, utilizando de todo um ferramental de conhecimentos e oportunidades de estudo sobre a defesa urbana da sociedade perante a criminalidade. Aqueles que têm a função de garantir a segurança pública não podem se limitar apenas ao patrulhamento urbano, mesmo que baseado em estudos de manchas criminais e abordagens pessoais. É função basilar desta Instituição gerir o dia a dia social e trabalhar junto a diversos outros setores públicos, privados e terceiro setor buscando prevenir as infrações penais.

3.1.1 Medellín x Rio de Janeiro, um exemplo do porque o CPTED precisa ser adaptado

Em 2007, o então prefeito do Rio de Janeiro Sérgio Cabral realizou visita técnica à cidade de Medellín, na Colômbia. Na época, o *case* colombiano de redução da criminalidade era amplamente divulgado como um dos maiores sucessos da América Latina. No ano seguinte, Cabral anunciou as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro.

Em suma, as unidades cariocas tinham funções bastantes parecidas com o sistema de policiamento comunitário colombiano, buscando aproximação com a população local, debandada dos criminosos locais e predecessora de outros diversos serviços públicos locais que chegariam até aquelas comunidades após a retomada do controle pelo Estado, garantindo maior dignidade e senso de pertencimento aos seus moradores.

A experiência do Rio de Janeiro começou bem: as Unidades de Polícia Pacificadora se proliferaram e foram inclusive responsáveis por cenas bastante famosas nos noticiários da época, com centenas de infratores correndo para as matas próximas aos morros com fuzis nas mãos, enquanto a Polícia retomava o controle daquelas regiões. O Complexo do Alemão recebeu um teleférico, ação que claramente demonstrava a vontade do poder local em repetir as ações vistas no ano de 2007 em solo colombiano. Esta teoria encontra amparo legal nas Teorias de Territorialidade que defendem a sensação de pertencimento de uma população como fator primordial para a inibição da criminalidade.

Neste momento, o caso de Medellín merece ser explicado com mais detalhes. A experiência colombiana

começou alguns anos antes, quando o governo decidiu por implantar uma grande mudança na cidade de Medellín, conhecida como um dos locais mais violentos do país, tomado pelo poder de grandes traficantes. A topografia de morros dos bairros mais afastados dificultava a retomada do controle pelo Estado e as poucas oportunidades de emprego e renda empurravam partes da população para o trabalho em atividades ilícitas. O governo decidiu então iniciar a mudança instalando diversos teleféricos nos morros da região mais caótica e perigosa de Medellín. Estes teleféricos auxiliaram nos deslocamentos daquelas populações que moravam em situações críticas até serviços importantes fornecidos pelo Estado, como escolas, creches, hospitais, entre outros que ficavam aos pés da montanha, em regiões controladas pelo Estado.

Importante perceber que este artifício de locomoção diminuiu sensivelmente as distâncias percorridas por aquelas populações até serviços estatais, facilitando mães a deixarem seus filhos em creches públicas, diminuindo a evasão escolar, melhorando os cuidados em saúde àquela população e proporcionando o acesso ao lazer e à cultura.

Outro projeto impactante foi a instalação de máquinas de reciclagem de garrafas plásticas naquelas comunidades. Através de um aplicativo, pessoas tinham a possibilidade de gerar pontos entregando garrafas plásticas nas máquinas e com estes pontos pagar pelo *ticket* do teleférico, descontos em contas, bilhetes de cinemas e teatros, dentre outros benefícios. Essa proposta casada diminuiu a produção de lixo nessas regiões e facilitou o acesso até daqueles mais necessitados ao serviço público. Dentre os conceitos de CPTED, observa-se claramente o incentivo governamental em conceitos de territorialidade, de controle de acessos (teleférico) e incentivo a limpeza local (retirada de garrafas plásticas).

Por fim, foi instalado um “Centro de Desenvolvimento Empresarial Zonal” capaz de oferecer àquelas populações cursos de capacitação para o desenvolvimento de pequenos negócios, microcrédito, agência de empregos e oficinas de contabilidade, marketing digital e plano de negócios. O desenvolvimento da economia local, a geração de empregos e renda e a facilidade de acesso a serviços públicos diminuíram consideravelmente os índices criminais daquela cidade e aumentaram a percepção de segurança.

A taxa de homicídios em 1991 que era de 380 para 100.000 habitantes, passou para 21 em 2016. A expectativa de vida entre 2001 e 2016 subiu quase seis anos, chegando a 77,8%, índice comparável a países desenvolvidos. Outros índices como diminuição da desigualdade e melhora da sensação de segurança também se mantêm em constante aperfeiçoamento. Agora, com o caso colombiano funcionando tão bem, como está o caso carioca?

Após a implementação das UPPs no Rio de Janeiro, pouco se fez nas regiões. As crises fiscais do Estado diminuíram substancialmente o poder de investimento em programas públicos e o teleférico supracitado suspendeu as atividades em 2016 para troca de cabos. Até hoje não voltou a operar por falta de pagamentos do Estado à empresa consorciada. Com o desenvolvimento social prejudicado, a falta de mobilidade urbana e a ausência do Estado, restou apenas aos policiais militares a tentativa de auxiliar no controle da ordem pública regional. O crime voltou a progredir e diversos casos de milícias se instalaram nas regiões, disputando territórios com os traficantes locais. A falta de recursos e, principalmente, a ausência de gestão da coisa pública incapacitou o Rio de Janeiro de seguir o ótimo exemplo colombiano.

3.1.1.1 Outros exemplos de CPTED

Outros exemplos são bastante famosos e conhecidos, podendo citar como exemplo o caso da Nova Zelândia, onde o estudo de CPTED conta com características bastante peculiares. Lá, uma comissão policial realiza fiscalizações em bares e restaurantes verificando se o estabelecimento possui as condições de segurança em CPTED, conforme uma cartilha própria e um questionário aplicado, em um sistema parecido com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). O próprio Ministério da Justiça local publica continuamente normas e instruções sobre o tema em seu site, facilitando o acesso a conteúdo do gênero para toda a população.

Já em Toronto, no Canadá, Cara Chellew mantém um site aberto (defensiveto.com) que reúne centenas de exemplos de alterações urbanas realizadas com base em técnicas de CPTED e é alimentado pela própria população, incentivando e exemplificando várias possibilidades de alterações locais. É possível citar também a própria Polícia local que mantém em seu *site folders* com exemplos de técnicas de prevenção criminal urbanística básica.

Diversos são os exemplos de sucessos e fracassos quando se trata de segurança pública. Alguns fatores, porém, se mostram cada vez mais intrínsecos às condições de sucesso, como a aplicação de tecnologias de monitoramento e gestão eficiente de meios. Um exemplo importante ocorreu em junho de 2021, quando o Laboratório Senseable City do Massachusetts Institute of Technology (MIT) apresentou seus resultados sobre uma proposta inédita de mapear a Favela da Rocinha no Rio de Janeiro utilizando um sistema de lasers e fotos de satélite. O projeto completo pode, inclusive, ser visto no *site* da Instituição e traz dados de relevo, elevação, verticalização e outros de forma impressionante.

Esse estudo entrega dados riquíssimos de topografia em 3D que poderiam ser utilizados de diversas maneiras,

analisando-se entradas e saídas de veículos e pedestres na região, áreas de fuga, entre outros. Desse modo, é possível elencar diversos locais da capital paulista que poderiam receber serviços semelhantes, estudando-os baseados em *rankings* de índices criminais, mapeando em detalhes sua estrutura urbana e otimizando o desenvolvimento de um sistema de segurança pública baseado em CPTED. Seria possível utilizar bairros pilotos para observar como a estrutura urbana favorece as ações criminosas ou se por algum motivo dificultam as ações policiais.

Poderiam ser elencadas perguntas complexas correlacionais como, por exemplo, se becos estreitos perto de áreas comerciais influenciam na criminalidade, ou se há pontos cegos em avenidas movimentadas que favorecem fugas. Esses detalhes passam despercebidos por mentes humanas, mas não por sofisticados sistemas capazes de inteligência artificial. Fato é que, enquanto os bairros de uma cidade se desenvolverem de forma desenfreada pela população mais marginalizada, ou mesmo quando bairros novos forem construídos pela prefeitura sem um olhar de segurança pública, a Polícia Militar será um coadjuvante, fadada a reprimir sozinha a criminalidade.

4 O QUE JÁ EXISTE? E O QUE FALTA IMPLEMENTAR?

4.1 ESTUDO DO TEMA

A primeira fase de implementação dar-se-ia pela especialização de Policiais Militares em CPTED. Muitos países oferecem cursos de especialização neste tema, inclusive havendo uma Associação Internacional de CPTED. O Envio de Oficiais para estes cursos seria um primeiro passo para contato com o tema e para que estes sirvam como futuros multiplicadores do assunto.

Outros pontos a serem considerados seriam a compra de livros sobre o tema por unidades autorizadas, a criação de um Curso Interno de especialização em CPTED (com convites a outras Polícias brasileiras a participação), a inclusão de aulas sobre o tema em cursos de formação e por fim, a criação de uma Diretoria para gestão do conhecimento. Estes parecem ser os passos iniciais para a criação de uma cultura de policiamento preventivo.

4.1.1 Implantação

Após o início do estudo do tema por alguns Oficiais, a Diretoria de CPTED ou os Centros Policiais Militares de Formação e Especialização em todo o País poderiam desenvolver estudos em CPTED em parceria com as faculdades públicas ou com entidades de pesquisa como a FAPESP. No caso do Estado de São Paulo, por exemplo, poderia haver integração entre a Academia de Polícia Militar do Barro Branco e alunos de cursos como Design e Arquitetura e Urbanismo em suas faculdades estaduais, ou ainda entre o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Alunos de Pós-Graduação ou Mestrado destas mesmas instituições.

Após um amadurecimento sobre o tema, seria feita a gestão junto aos poderes legislativos para embasar a aplicação de CPTED e fortalecer a Polícia Militar como gestora do conhecimento e Instituição capaz de realizar qualquer tipo de instrução ou fiscalização do bom cumprimento das regras, mesmo que em parceria com as prefeituras locais.

Neste momento, recomenda-se gestão junto às prefeituras, pois há possibilidade de duas situações bastante distintas: a primeira diz respeito a alterar as características físicas para aplicar estes métodos e estudos, enquanto a segunda está relacionada onde é impossível mudar. Os primeiros representam essencialmente bairros novos que estão sendo ainda projetados.

Após criar as diretrizes da primeira fase e legislação própria, a participação da Instituição na definição das políticas de zoneamento urbano se torna essencial. Dentre as possibilidades de fiscalização, inclusive uma Operação Delegada específica para policiais formados no tema poderia ser pensada, com a missão de apoiar a fiscalização da Prefeitura dos estabelecimentos e áreas públicas, adaptando-os ao *design* inteligente anti crime.

Cita-se ainda locais onde o sistema deverá ser adaptado, ou seja, lugares densamente ocupados, já com estrutura antiga e que tornariam a implementação muito custosa (partes do Centro de São Paulo), que poderiam ao menos serem adaptados para estes novos conceitos. Nestes casos, sistemas como câmeras de segurança com leituras inteligentes de placas, faces, iluminação inteligente, lombadas, inibidores de motocicletas, entre outros, poderiam inibir a criminalidade mais usual.

4.1.1.1 Uma polícia inteligente

Com base nos dados e estudos gerados nas fases anteriores, outras possibilidades se abrem, como a inclusão de inteligência artificial e o estudo dos novos comportamentos da criminalidade. Um exemplo de inteligência artificial trabalhando neste fim pode ser observado por um estudo do MIT na Favela da Rocinha no Rio de Janeiro em 2021. Utilizando fotos de satélite e um sistema de *lasers*, a Universidade conseguiu mapear toda a superfície da favela, indicando pontos de melhoria urbana que revitalizariam o local. Considerando que já é possível realizar um mapeamento neste nível utilizando de um sistema de IA e o mapa criminal das cidades, poderíamos imaginar em breve um sistema capaz de identificar fatores que colaboram para haver crimes nestas regiões e possibilidades de resolução. Este exemplo seria somente uma dentre várias possibilidades de utilização da tecnologia para melhorar a arquitetura urbana.

5 CONCLUSÃO

O estudo da criminalidade e da gestão da segurança pública são assuntos complexos com diversas matérias correlatas tais como sociologia, psicologia, direito e administração pública influenciando nas decisões dos gestores públicos.

Este artigo buscou convidar mais uma área do conhecimento a fazer parte deste complexo, a arquitetura. O comportamento humano nos ambientes sociais pode ser influenciado e a arquitetura pensada na prevenção criminal tem o poder de desestimular o comportamento criminoso e ampliar a sensação de segurança. Convida-se então os gestores na administração pública a conhecer sobre tais assuntos e desenvolver conhecimentos e trabalhos na língua portuguesa adaptados à realidade da arquitetura brasileira.

Ao final, é possível observar a consolidação do conceito jurídico de segurança pública aplicado ao gestor, ou seja, a Constituição Federal brasileira entregue ao Oficial de Polícia Militar não somente o embate junto à criminalidade, mas também a gestão do ambiente de Ordem Pública ampla, tornando-se ator da prevenção urbana ampla. Casos diversos também são apresentados, seja os de sucesso como em países como Canadá, México ou na cidade colombiana de Medellín, seja em tentativas frustradas como no Rio de Janeiro. Fato é que a tecnologia e o Design Inteligente tem sido utilizados como ferramentas de proteção social em diversas áreas do mundo, trazendo grandes benefícios sociais.

Há sem dúvidas um árduo caminho pela frente, desde a gestão deste tipo de conhecimento até a mudança física dos sítios urbanos, que possivelmente passariam a facilitar o trabalho das forças de segurança. Por fim, o uso de tecnologia e parcerias também é muito importante. O conhecimento nestes tempos não pode ser estanque, afinal novas técnicas e tecnologias surgem diariamente em todas as profissões e áreas de interesse. Cabe à Segurança Pública conhecer, estudar e implementar tecnologias, a fim de melhorar sua eficiência em custos, técnicas, tecnologia e gestão humana. Muitas empresas públicas que já dominaram seus temas de atuação pereceram ante a tecnologia e inovação. Caberá à Polícia Militar especializar-se em temas amplos de segurança pública, trazendo sensação de segurança à população paulista. Diversas empresas públicas e privadas que já foram referência em suas áreas pereceram frente à implementação de tecnologias em suas áreas de atuação, estudar inovação e aplicá-las será fundamental na transformação da Instituição em uma gestora do Séc. XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R. de; COSTA, S. M. M.; ENGLER, R. de C. O Fortalecimento da Cidadania como Estratégia de Design para Prevenção de Crimes. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 16, p. 01-21, 2021. DOI: 10.5965/18083129152021e0011. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/18086>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ANDRADE, Fábio Coutinho de. “Broken windows theory” ou teoria das janelas quebradas. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 2811, 13 mar. 2011. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/18690>. Acesso em: 10 dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARIN PETTI (ed.). **Projeto do MIT busca mapear em 3D a Rocinha, maior favela do Brasil.**

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/projeto-do-mit-busca-mapear-em-3d-a-rocinha-maior-favela-do-brasil/>. Acesso em: 13 fev. 2022

CLAUDIO YUGE. **Minority Report real:** sistema de IA para prever crimes falha no Reino Unido. 2020.

Disponível em: <https://canaltech.com.br/inteligencia-artificial/minority-report-real-sistema-de-ia-para-prever-crimes-falha-no-reino-unido-169744/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KARPINSKI, Marcelo Trevisan. **Arquitetura contra o crime:** prevenção, segurança e sustentabilidade.

Curitiba: Intersaberes, 2016. 207 p.

LIMA NETO, Joaquim Soares de; VIEIRA, Thiago Augusto. A ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESENHO URBANO. **Revista Ordem Pública**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 55-77, 19 nov. 2014. Semestral. Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/67/66>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NEW ZEALAND. Health Promotion Agency. Health Promotion Agency (org.). Safer bottle stores: a guide to crime prevention through environmental design. **A guide to Crime Prevention through Environmental Design.** 2019. Disponível em: https://www.alcohol.org.nz/sites/default/files/field/file_attachment/3.2%20AL1130%20CPTED%20Guidelines%20%28Bottle%20Stores%29.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

NEW ZEALAND. Health Promotion Agency. Health Promotion Agency (org.). Safer bars and restaurants: a guide to crime prevention through environmental design. **A guide to Crime Prevention through Environmental Design.** 2019. Disponível em: https://www.alcohol.org.nz/sites/default/files/field/file_attachment/3.3%20AL1129%20CPTED%20Guidelines%20%28Bars%29.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

NEW ZEALAND. Ministry Of Justice. Health Promotion Agency (org.). National Guidelines for Crime Prevention through Environmental Design in New Zealand: part 1: seven qualities of safer places. Part 1: **Seven Qualities of Safer Places.** 2005. Disponível em: <https://www.justice.govt.nz/assets/Documents/Publications/cpted-part-1.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NEW ZEALAND. Ministry Of Justice. Health Promotion Agency (org.). National Guidelines for Crime Prevention through Environmental Design in New Zealand: part 2: implementation guide. Part 2: **Implementation Guide.** 2005. Disponível em: <https://www.justice.govt.nz/assets/Documents/Publications/cpted-part-2.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NEW ZEALAND. New Zealand Police. Health Promotion Agency (org.). **Guidelines for CPTED:** crime prevention through environmental design for licensed premises. Crime Prevention through Environmental Design for Licensed Premises. Disponível em: https://www.alcohol.org.nz/sites/default/files/field/file_attachment/AL634_CPTED_Guidelines_Online.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

SANT'ANNA, Lourival. **Como Medellín virou a cidade-modelo que está vencendo o crime.** 2017. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/menos-violenta-e-mais-prospera/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

TORONTO. TORONTO POLICE SERVICE. (comp.). **Crime Prevention.** Disponível em: <http://www.torontopolice.on.ca/crimeprevention/>. Acesso em: 13 fev. 2022.

O PROERD como política pública relevante no combate à violência escolar

PROERD as a relevant public policy in fighting school violence

Oswaldo Veloso Vidal¹

Resumo

O PROERD, Programa Educacional de Resistência à Violência e as Drogas, visa, através de policiais fardados, devidamente treinados e com material adequado, desenvolver um curso de pequena duração voltado para a prevenção às drogas e a violência no Ensino Fundamental. As Polícias Militares do Brasil têm se utilizado do PROERD como um instrumento de prevenção à violência e ao uso de drogas. Dessa forma, o artigo teve como objetivo verificar se o PROERD é uma política pública relevante no combate à violência escolar através da análise da Cartilha “PROERD: Caíndo na real”, destinada ao 5º ano do ensino fundamental, tendo como base o conceito de violência escolar proposto por Bernard Charlot. A pesquisa, em sua abordagem, adotou o método dedutivo, desenvolvendo-se, enquanto procedimentos de coleta de análise de dados de forma bibliográfica, com enfoque quali-quantitativo, utilizando-se de dados sobre a violência no Brasil disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. A análise da Cartilha permitiu constatar a existência de temas relevantes à prevenção da violência e uso de drogas, tais como: bullying, Cyberbullying, autocontrole, diálogo, respeito, atitude positiva, comunicação verbal e não-verbal, resistência às drogas lícitas e ilícitas, bem como falhas em seu processo avaliativo em sua versão brasileira.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Violência Escolar; PROERD.

Abstract

The PROERD, Educational Program for Resistance to Violence and Drugs, aims, through uniformed police officers, duly trained and with adequate material, to develop a short course focused on the prevention of drugs and violence in Elementary School. The Military Police in Brazil have used PROERD as an instrument to prevent violence and drug use. Thus, the article aimed to verify whether PROERD is a relevant public policy in the fight against school violence through the analysis of the Booklet “PROERD: Caíndo na real”, intended for the 5th year of elementary school, based on the concept of violence school proposed by Bernard Charlot. The research, in its approach, adopted the deductive method, developing, as data analysis collection procedures in a bibliographical way, with a quali-quantitative focus, using data on violence in Brazil made available by the National Research of School Health: 2019, the Institute of Applied Economic Research and the Latin American Faculty of Social Sciences. The analysis of the booklet revealed the existence of relevant themes for the prevention of violence and drug use, such as: bullying, cyberbullying, self-control, dialogue, respect, positive attitude, verbal and non-verbal communication, resistance to licit and illicit drugs, as well as failures in its evaluation process in its Brazilian version.

Keywords: Public Policy; School Violence; PROERD.

¹ Major da PMBA, Mestre em Direito pela Centro UNIFG e pesquisador do Centro de Investigação Baiano sobre Direito, Educação e Políticas Públicas (CIDEP) do Centro UniFG.

Submetido em: Out/2022. Aprovado em: Nov /2022. Publicado em: Dez/2022 .

1 INTRODUÇÃO

O PROERD, Programa Educacional de Resistência à Violência e as Drogas, visa, através de policiais fardados, devidamente treinados e com material adequado, desenvolver um curso de pequena duração voltado para a prevenção às drogas e a violência no Ensino Fundamental.

O PROERD tem sido utilizado pelas Polícias Militares do Brasil como um instrumento de prevenção a violência e ao uso de drogas, pois, as instituições escolares, outrora um símbolo de ordem e respeito, sofrem constantemente à influência negativa da violência.

Contudo, apesar de ser o programa de prevenção às drogas e violência mais utilizado nas escolas brasileiras, o PROERD tem recebido duras críticas no tocante à sua relevância enquanto política pública, principalmente no que tange ao seu conteúdo.

Embora haja farto material descritivo do PROERD que abordam sua estrutura, seus valores, sua dinâmica em sala de aula e a utilização de policiais fardados, percebe-se a carência de trabalhos que contemplem conhecimento analítico de sua cartilha com base em literatura pedagógica consistente, alicerçados em base de dados confiáveis.

Dessa forma, a pesquisa analisou os elementos da cartilha “PROERD: Caindo na real”, destinada ao 5º ano do ensino fundamental, identificando os componentes básicos de dissuasão da violência e do uso de drogas, a fim de comprovar a sua relevância enquanto política pública.

Vale salientar que o PROERD lida com conflitos, atos de indisciplina, quebra de normas escolares e em alguns casos com crimes tipificados em lei. Assim, para abarcar essa subjetividade, própria do tema, a pesquisa adotou como marco teórico os tipos de violência na perspectiva de Bernard Charlot, o que permitiu melhor aproveitamento no cruzamento dos dados com a bibliografia empregada.

O artigo utilizou como base principal os dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019 (Pense 2019) e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Metodologicamente, a pesquisa adotou a abordagem dedutiva, não-experimental, desenvolvendo-se, enquanto procedimentos de coleta de análise de dados de forma bibliográfica, com enfoque qualitativo.

ANÁLISE E DISCUSSÕES

2.1 A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR BRASILEIRO

Compreender o conceito de violência é de fundamental importância para empreender esforços no combate desse fenômeno no ambiente escolar e conseqüentemente a atuação do PROERD no processo educacional. Entretanto, ela assume inúmeras faces no cotidiano escolar.

Assim, a violência pode ser encarada como uma força que perturba acordos que regem as relações no ambiente, gerando uma carga negativa ao seu redor (ZALUAR, 1999). Possui caráter instrumental quando há a necessidade de ser justificada por qualquer motivo (ARENDDT, 1994). Ela também está tão internalizada no homem moderno que seria impossível saber se é um fenômeno típico dessa época ou se é um traço essencial que individualiza o homem atual (ODALIA, 2017).

É interessante notar que tais conceitos não podem ser pensados individualmente. Pelo contrário, o seu desequilíbrio, a sua instrumentalidade e a sua internalização no homem moderno demonstram a complexidade da violência nas mais diversas sociedades, inclusive na brasileira.

Ao longo dos anos a violência se tornou um dos maiores problemas da sociedade brasileira. Waiselfisz afirma que no Brasil, entre os anos de 1980 e 2014, houve um aumento dos homicídios por arma de fogo na ordem 592,8%, sendo que entre 1980 e 2003 houve um aumento enormemente acelerado de 8,1% ao ano (WAISELFISZ, 2016, p. 14–16).

Sem sombras de dúvidas, essa realidade atinge o meio escolar, pois a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), realizada pelo IBGE em 2021, referente ao ano de 2019, demonstrou que 2,9% dos alunos entre 13 e 17 anos se envolveram em briga com uso de arma de fogo e 11,6% desses adolescentes nessa faixa etária não compareceram à escola por falta de segurança. Ainda segundo os dados do Pense 2019, diretores de escolas afirmaram ter conhecimento de algum tipo de violência no ambiente escolar nas seguintes proporções: 84,8% relacionados a assaltos ou roubo; 76% relacionados a venda de drogas, 60,8% relacionados a agressão física; 52,4% para assassinatos, 50,2% relacionados a tiros e 37,8% relacionados a violência sexual (BRASIL, 2021, p. 93–94).

Em uma publicação de 2019, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)² realizou uma pesquisa com dados referentes ao ano de 2013 envolvendo 34 países sobre violência sofrida por professores no ambiente escolar. Segundo a OCDE, 12,5% dos professores brasileiros relataram ter sido vítimas de intimidações ou agressões verbais por parte dos alunos. Salienta-se que a média dos países participantes da pesquisa corresponde a 3,4%, onde a Estônia se firmou em 2º colocado com 11% e Austrália com 9,7% (FLACSO, 2019).

Monteiro e Arruda revelam que no Brasil a violência nas escolas é crucial para a evasão escolar, principalmente onde existe o tráfico de drogas (MONTEIRO; ARRUDA, 2011). Nesse quesito em particular, a PeNSE 2019 afirma que 13% dos escolares e entre 13 e 17 anos já fizeram uso de drogas ilícitas, a exemplo da maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança-perfume, ecstasy, oxy, dentre outras, sendo a rede pública mais afetada que a rede privada (BRASIL, 2021, p. 79).

Esses dados demonstram o tamanho do desafio a ser superado pela nação brasileira, e apesar dessa realidade, Lucinda, Nascimento e Candau entendem que a violência é um fenômeno que deve ser estudado mediante sua complexidade abarcando as suas múltiplas formas de existência, inclusive na escola (LUCINDA; NASCIMENTO; CANDAU, 1999).

É justamente por causa dessa complexidade que torna difícil estabelecer limites bem definidos entre o que é e o que não é violência, porém, B

ernard Charlot, pesquisador francês radicado no Brasil, possui um entendimento que delinea os tipos de violência que podem ser perfeitamente aplicadas a realidade brasileira bem como direcionar as políticas públicas no setor educacional, incluindo o PROERD.

2.2 OS TIPOS DE VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

A relevância dos números referentes à violência escolar serem demasiadamente altos no Brasil, há a percepção que ela é um fenômeno novo, mas Bernard Charlot³ lembra que no século XIX já havia registros de violência envolvendo alunos do 2º grau nas escolas francesas, bem como relações grosseiras entre professores e alunos nas décadas de 50 e 60, concluindo que a violência escolar em si não é nova, mas se apresenta com um novo formato.

Primeiramente, através de homicídios, estupros e ocorrências envolvendo armas de fogo (CHARLOT, 2002, p. 452). A segunda forma, segundo Charlot, é algo que causa surpresa e que foi constatado também nas estatísticas brasileiras repousa no fato da redução da faixa etária dos escolares envolvidos em ocorrências violentas, invadindo cada vez mais a infância e gerando angústia social. Um terceiro ponto gira em torno do que Charlot denomina intrusão externa, onde o ambiente escolar é invadido por demandas do próprio bairro onde a escola está inserida, a exemplo de rixas e até mesmo familiares dos alunos. Um quarto ponto reside no fato do corpo técnico da escola ser influenciado repetidamente por situações que em si não se caracterizam, mas que ao longo do tempo criam a sensação de alerta permanente (CHARLOT, 2002, p. 433).

Dentro desta perspectiva, Charlot faz uma separação clara da violência na escola, a violência à escola e a violência da escola. Na primeira, violência na escola ocorre no interior espaço escolar, contudo, sem estar diretamente ligada às atividades da escola. O autor cita o exemplo de uma briga entre pessoas que adentram a escola, mas poderia ser qualquer outro local. Na segunda, a violência à escola, há uma ligação à natureza e às atividades da instituição escolar, a exemplo da depredação escolar, agressão aos professores, visando a instituição escolar. Já na última, a violência da escola, o autor entende como uma violência institucional, simbólica, suportada pelos próprios alunos e impelidas pelos adultos que vão da atribuição das notas até ao destrato para com os jovens.

Tal separação é de fundamental importância para qualquer política pública que possa ser implementada na área, dessa forma, Herbert Simon entende que a política pública deve ser balizada pela racionalidade na tomada de decisões (SIMON, 1970). Harold D. Laswell amplia essa perspectiva, ao afirmar que decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (LASWELL, 1936).

Os conceitos ora citados vão na direção da necessidade de se entender o fenômeno pesquisado,

2 A OCDE é a organização responsável pela coordenação do PISA (Programme for International Student Assessment), que avalia o desempenho escolar em 72 países, na prova de leitura, os brasileiros tiveram, em média, 413 pontos, deixando o Brasil em 57º lugar. Em ciência, a média brasileira foi de 404 pontos, deixando o Brasil em 66º lugar. O Brasil obteve 489 pontos em matemática, ocupando a 70ª posição no ranking em 2018 (SCHLEICHER, 2019).

3 Professor Titular Emérito da Universidade Paris. Atualmente, é Professor Voluntário na Universidade Federal de Sergipe (Brasil), onde é membro do curso de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e co-líder do Grupo de pesquisa CNPq Educação e Contemporaneidade (EDUCON).

a fim de que a política pública seja corretamente direcionada e se torne eficaz. Assim, a metodologia de Bernard Charlot permite ao gestor entender qual o foco a ser priorizado por suas ações.

Esse conhecimento é imprescindível na formulação de políticas públicas no combate à violência escolar, mas ainda não é suficiente, pois será necessário conceituar as relações violentas no seu interior. Em relação a isso, Charlot faz uma diferença importante do ponto de vista prático e teórico entre violência, transgressão e incivilidade.

Segundo ele, o termo violência deve ser utilizado especificamente para ações que vão de encontro a lei, a exemplo de ameaça, lesões, extorsões, drogas, dentre outros. Já a transgressão deve ser utilizada em situações onde ocorra quebra do comportamento contrário ao regulamento interno da escola. A incivilidade, diz Charlot, não vai de encontro à lei ou as normas internas da escola, mas dizem respeito às regras de convivência (CHARLOT, 2002, p. 437).

Mais uma vez é preciso ressaltar a importância da sistematização desse conhecimento para a aplicação da política pública. Um professor pode entender que a gestão escolar deve convidar um ator externo, como a Polícia, para interferir em uma ação que configure uma transgressão escolar que por definição seria de responsabilidade primária da própria unidade escolar.

Um professor também pode confundir uma incivilidade com um ato de violência, ou vice-versa, e utilizar métodos, programas ou ações equivocadas que, ao invés de melhorar a violência escolar, tenham um efeito adverso e até mesmo negativo.

A mesma premissa deve ser observada no planejamento das políticas públicas, pois, caso não haja um diagnóstico preciso do problema, pode haver gasto desnecessário de energia e de pessoal, além do desperdício de recursos que poderiam ser aplicados de forma mais racional e com melhor proveito.

No que tange às políticas públicas de segurança, esse conhecimento é essencial no momento de direcionar e treinar o policiamento para atender as demandas concernentes à violência escolar. Essa informação, por exemplo, levará ao gestor da segurança local optar pelo uso do Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD) ou a Ronda Escolar para resolver determinada demanda.

O Governo do Estado da Bahia define a Ronda Escolar como “responsável por reforçar o policiamento no entorno das escolas” (BAHIA, 2019). Nesse caso, segundo o pensamento de Bernard Charlot, seria um problema de violência na escola focado na proteção da comunidade escolar.

Já o PROERD corresponde a uma problemática referente à violência na escola e a violência à escola, pelo fato de objetivar lidar de forma preventiva, iniciando no campo da incivilidade e abrangendo o uso de entorpecentes, atividade proibida pela legislação. Essa qualidade faz do PROERD um valioso instrumento no combate à violência escolar.

3 ANÁLISE DOS DADOS

3.1 O PROERD COMO POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

O PROERD, Programa Educacional de Resistência à Violência e as Drogas, visa, através de policiais fardados, devidamente treinados e com material adequado, desenvolver um curso de pequena duração voltado para a prevenção às drogas e à violência no Ensino Fundamental.

O PROERD tem como base o programa D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), fruto da parceria entre o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) e o Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD), nos anos de 1983, a fim de criar um programa de educação em resistência às drogas para o ensino fundamental. Em 1990, o D.A.R.E. estabeleceu um Conselho consultivo formado por especialistas da Universidade de Columbia, presidido pelo MD Herbert Kleber, ex-diretor adjunto do Escritório de Política de Drogas da Casa Branca. Atualmente, o Programa se encontra em mais de 50 países com material disponível em 13 idiomas e em Braille, além de ser uma ONG consultiva oficial das Nações Unidas e membro da Federação Mundial contra o Abuso de Drogas (DARE, 2017), além de ser adotado por todas as Polícias Militares do Brasil. Esta reestruturação do D.A.R.E. fez uma mudança substancial na metodologia de trabalho no PROERD brasileiro. As alterações nos métodos pedagógicos ao longo dos anos exigiram mudanças para que o programa pudesse se manter relevante no combate às drogas e à violência. O PROERD “Caindo na REAL”, destinado ao ensino fundamental, foram desenvolvidos pelos pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia – EUA, Dr. Michael L. Hecht e Dra. Michelle Miller Day. A mudança na metodologia consistiu em uma maior possibilidade para o diálogo entre instrutores e alunos, na medida em que os policiais falam por apenas 8 minutos, possibilitando uma maior interação por parte das crianças (MELO, 2016).

As aulas do PROERD possuem o tempo pré-determinado de 45 a 60 minutos de duração, que são ministradas por qualquer policial militar, desde que esteja devidamente capacitado, condicionada a presença obrigatória do professor.⁴ O número de lições do PROERD fora reduzido, das 17 lições, reduziu-se a 10 (PMMG, 2014):

- Lição 01 – Introdução ao PROERD Caindo na Real.
- Lição 02 – Informações sobre drogas para a tomada de decisão responsável.
- Lição 03 – Riscos e consequências.
- Lição 04 – Pressão dos colegas.
- Lição 05 – Lidando em situações de tensão.
- Lição 06 – Bases da comunicação.
- Lição 07 – Comunicação não verbal e escuta ativa.
- Lição 08 – Bullying
- Lição 09 – Ajudando os Outros.
- Lição 10 – Obtendo ajuda dos outros e revisão.

As mudanças ocorridas pelas parcerias do *D.A.R.E. International* e *D.A.R.E. America*, também influenciaram a formação do PROERD no Brasil, pois há uma exigência que os instrutores sejam treinados por duas semanas, com carga horária de 80 horas aulas, além da presença de dois facilitadores do *D.A.R.E. International*. A função dos avaliadores internacional é de saber se a formação dos policiais brasileiros está condizente com as diretrizes do programa (MELO, 2016).

A família ganhou mais espaço nessa nova concepção. O Centro de Treinamento da Polícia Militar de Minas Gerais⁵ afirma que o PROERD possui um esforço cooperativo entre Polícia Militar, escola e família. Os objetivos específicos do PROERD⁶ são:

1. Desenvolver nos jovens estudantes habilidades que lhes permitam evitar influências negativas em questões afetas às drogas e violência, promovendo os fatores de proteção.
2. Estabelecer relações positivas entre alunos e policiais militares, professores, pais, responsáveis legais e outros líderes da comunidade escolar.
3. Permitir aos estudantes enxergarem os policiais militares como servidores, transcendendo a atividade de policiamento tradicional e estabelecendo um relacionamento fundamentado na confiança e humanização.
4. Estabelecer uma linha de comunicação entre a Polícia Militar e os jovens estudantes.
5. Abrir um diálogo permanente entre a “Escola, a Polícia Militar e a Família”, para discutir questões correlatas à formação cidadã de crianças e adolescentes (PMMG, 2019a).

Percebe-se que há uma forte sistematização do D.A.R.E., que, conseqüentemente, foi absorvida por sua versão brasileira. O PROERD possui música, logomarca, camisas, pastas, cadernos, formatura, o leão Daren como mascote e mais uma extensa lista de procedimentos e exigências (D.A.R.E., 2019). Apesar dessa sistematização e organização, ainda há a necessidade de saber se as lições atendem as necessidades da realidade brasileira.

O PROERD E A REALIDADE DA VIOLÊNCIA BRASILEIRA

O grande desafio do PROERD, em que pese a sua organização estadunidense, consiste em saber se esta metodologia atende às necessidades da realidade brasileira. Assim, duas grandes pesquisas se destacam na demonstração da evolução da violência escolar ao longo dos 20 anos. A primeira delas, realizada em 2003 pela UNESCO, a qual elencou os principais tipos de violência ocorridos em escolas brasileiras. Segundo as autoras, na pesquisa de 2002, as ameaças, as brigas, a violência sexual e o uso de arma de fogo figuram entre

4 Qualquer policial militar pode ser instrutor do PROERD, desde que tenha a capacitação adequada. Quanto ao professor, a presença obrigatória é uma forma de resguardar o programa, pois ele testemunha a realização da aula e evita possíveis dúvidas na conduta dos policiais.

5 Com a reformulação do currículo do D.A.R.E., fruto da parceria com a Universidade de Columbia, houve uma mudança na metodologia de treinamento dos policiais em todos os países afiliados. Assim, dos sete Centros de Treinamento já existentes em solo brasileiro, atualmente restaram Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerias, São Paulo e Rio Grande do Norte. Esses centros conseguiram a certificação do D.A.R.E. International, possuindo certa autonomia além de fornecer treinamento as outras forças da Federação (PMMG, 2019b).

as ocorrências mais relevantes no ambiente escolar (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 50–58).

As ameaças consistem em promessas de provocação de danos ou violação da integridade física ou moral, bem como a liberdade e/ou bens de outrem voltadas para os alunos ou para o corpo técnico da escola, tendo como principal motivo as notas dos professores ou as falhas disciplinares em sala de aula.

As autoras revelam que as brigas são os tipos mais comuns de violência nas escolas, abarcando desde formas de sociabilidade juvenil até condutas mais brutais, geralmente fruto de ataques verbais, onde o diálogo já não mais faz efeitos.

A violência sexual se materializa através do assédio sexual, através de intimidação sexual, olhares, gestos, piadas, exhibições de abusos, comentários obscenos, insinuações. Abramovay e Ruas ressaltam que a violência sexual é mais comum de professores contra alunos, principalmente as mulheres. Essa observação se encaixa na visão de Bernard Charlot de violência da escola.

Por último, o uso de armas, sejam elas de fogo ou não. Abramovay e Ruas afirmam que os estudantes utilizam armas como uma maneira de se impor respeito, proteção e defesa.

A segunda pesquisa, publicada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), no ano de 2016, referente aos principais tipos de violência enfrentados pelos alunos em 07 (sete) capitais brasileiras revela que 12 anos após a pesquisa de Abramovay e Ruas houve pequena variação nos tipos de violência encontrados pelos alunos, conforme mostra a **Tabela 1**.

Tabela 1 - Distribuição dos jovens que indicaram que cometeram violências nas escolas, no ano de 2015, segundo tipos de violências cometidas (múltiplas escolhas %)

Tipos de violências cometidas na escola, nos últimos 12 meses, segundo os que declararam que já cometeram alguma violência	Belém	Belo Horizonte	Fortaleza	Maceió	Salvador	São Luís	Vitória	(%)
Agressão Física	23,3	24,2	27,5	32,8	32,6	22,9	17,2	25,8
Ameaça	24,7	19	17,6	30,3	20,2	25,3	14,6	21,7
Cyberbullying (zoar, ameaçar ou xingar pela internet)	23,1	46,5	34,1	16,7	22,8	28,1	47,7	31,2
Roubo/Furto	11,5	2,4	7,7	10	19,4	10	7,2	9,8
Violência Sexual	0,8	0,1	0,9	2,5			4,3	1,2
Outros	16,5	7,8	12,2	7,7	5,1	13,8	9	10,3

Fonte: (ABRAMOVAY et al., 2016, p. 43).

Percebe-se, na **Tabela 1** o surgimento do *cyberbullying* como um novo motivo de preocupação entre os jovens com variação de 17% em Maceió a 48% em Vitória, mas agressão física, a ameaça e a violência sexual permanecem em destaque. Salienta-se que a capital baiana já possuía em 2015 índices acentuados de agressão física, roubo e furto entre os escolares. É interessante ressaltar, também, que segundo Abramovay e Rua (2003, p. 69) os alunos priorizam a interferência policial como meio de mitigar a violência, porém, de forma qualificada.

Esse é um ponto importantíssimo que qualifica e legitima o PROERD com uma política pública relevante no combate à violência. Esse posicionamento se fortalece quando as autoras afirmam que a política pública ideal seja aquela que possua uma proposta pedagógica mais atraente aos escolares, considerando-os como protagonistas (ABRAMOVAY; RUA, 2003, p. 72).

Dessa forma, atendendo a esses requisitos, o PROERD faz uma abordagem que permite ao aluno ter paciência durante momentos de tensão, encorajando a calma e a paciência diante a pressão dos colegas, a fim de que eles possam fazer a melhor escolha, conforme observado na lição 04.

As crianças, e também os adultos, podem enfrentar situações ou eventos que causam ansiedade ou tensão. Discuta com seu filho as possíveis maneiras positivas de lidar com os sentimentos para ajudá-los a se manterem saudáveis e seguros (PMMG, 2014, p. 21).

Os momentos de tensão precedem as ações violentas. O autocontrole nesse caso é importante para

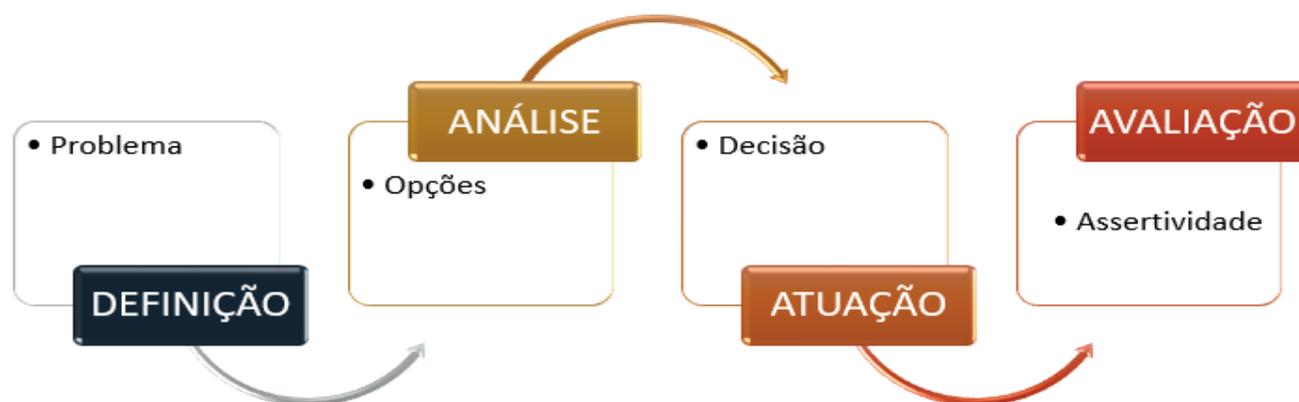
viabilizar o diálogo entre os estudantes. Outro ponto a ser observado, reside no fato dos estudantes serem encorajados a dizer “não” em situações que os coloquem em risco. Assim, a pressão para utilizar drogas, armas e demais situações que possam colocá-los em risco são tratadas pelo programa com a participação da família.

Estabelecer o diálogo é sempre uma das melhores formas de evitar as ameaças e a agressões. Nesse quesito, Abramovay entende que uma das condições para quebrar o ciclo da violência repousa no reforço dos espaços de diálogo e interação coletivos (ABRAMOVAY et al., 2016, p. 73). O PROERD também em suas lições trabalha a comunicação verbal e não verbal de forma que o aluno consiga expressar os seus sentimentos com confiança e respeito para com os outros, diferenciando-as de posturas de insegurança e arrogância, facilitando o diálogo no ambiente escolar, conforme fragmento da Lição 06.

Durante as aulas do PROERD apresentamos ao seu filho a importância da comunicação em nossa vida diária. Nós discutimos que comunicação confiante significa expressar pensamentos ou sentimentos com as pessoas, de forma a comunicar sua opinião respeitando a do outro (PMMG, 2014, p. 31).

O modelo de tomada de decisões do PROERD incentiva a reflexão sobre os problemas existentes e como enfrentá-los de forma segura e tranquila. Esse modelo é pautado na definição do problema, em sua análise, na maneira como o estudante atua diante dos fatos e revisando sua decisão acerca de suas ações, conforme **Figura 1**.

Figura 1 – Modelo de tomada de decisão do PROERD.



Fonte: Elaborado pelo autor (PMMG, 2014, p. 14), 2022.

A **Figura 1** demonstra que o modelo de tomada de decisões do PROERD é simplificado, fluido, de fácil entendimento e permite rápida memorização por parte do escolar, norteando todas as ações do programa no intuito de fortalecer o posicionamento assertivo diante do problema, principalmente as drogas.

Estudos sobre a uso de drogas por estudante no ambiente escolar revelam que o esquecimento dos problemas, a diversão e o modismo como os principais motivos para o seu uso (ABRAMOVAY; CASTRO, 2005, p. 71), nesse quesito, uma postura firme é de fundamental importância na prevenção às drogas e consequentemente, a violência oriunda dela, conforme demonstra o trecho da lição 03:

Na sala de aula, nós discutimos sobre a importância de sermos seguros e responsáveis nas escolhas que fazemos em relação à nossa saúde. Ainda durante a aula conversamos sobre os riscos e as consequências de nossas escolhas. **Os fatos e as informações nos ajudam a conhecer os possíveis efeitos das drogas no corpo humano** (Grifo nosso) (PMMG, 2014, p. 15).

É bom ressaltar que o PROERD não trabalha apenas a resistência às drogas ilícitas, mas também as lícitas e correlacionando-as a morbidades, a legalidade e a saúde, conforme mostra o fragmento da Lição 02.

Fatos sobre o uso da bebida alcoólica: efeitos da bebida alcoólica sobre a saúde A bebida alcoólica é ilegal para menores de 18 anos. Há 17.300 mortes relacionadas ao consumo de bebida alcoólica a cada ano no Brasil. A maioria dos jovens não consome bebida alcoólica. A mistura de bebida alcoólica com remédio é perigosa. Crianças e adolescentes ainda estão em crescimento, portanto a bebida alcoólica é mais prejudicial

a eles do que aos adultos (PMMG, 2014, p. 9).

Nancy Day (1996, p. 44) define *bullying* como como abuso físico ou psicológico contra uma pessoa que não é capaz de se defender. Esse assunto também é tratado nas lições do PROERD, conforme a lição 08.

Nas últimas aulas do PROERD apresentamos ao seu filho situações de bullying, como ajudar os outros, ser um bom cidadão e saber como e quando procurar ajuda, quando necessário. Uma forma de ser um bom cidadão, no caso de seu filho, é ajudando a parar o bullying em sua escola. Na sala de aula foram discutidos como devem ser utilizadas as cinco perguntas para relatar as situações de bullying. Conversar regularmente com seu filho o ajudará a aprender maneira seguras e responsáveis de lidar com as situações que ele enfrentará em seu dia a dia (PMMG, 2014, p. 43).

O PROERD também trabalha o *cyberbullying*, como se vê no fragmento abaixo.

Rose é novata na escola e quer fazer amigos. Ela descobriu que algumas garotas estão enviando e-mails dizendo coisas ruins sobre ela. Agora, elas começaram a enviar e-mails desagradáveis e mensagens de texto para Rose, dizendo que não querem conversar com ela na escola (PMMG, 2014, p. 38).

Para finalizar o ciclo anual, participar da formatura e receber o certificado, o escolar precisa cumprir algumas regras, tais como preencher corretamente o livro do estudante, ter no máximo duas faltas, respeitar os combinados do PROERD e confeccionar uma redação relatando sua experiência, talvez o ponto mais vulnerável do programa.

O resultado mais recente da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), com dados referentes aos anos de 2014 e 2016 em escolas públicas, demonstram que apenas 43,5% dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental alcançaram os níveis de proficiência suficientes em Leitura e Escrita. Segundo o relatório, em 2016, cerca de 34 % dos escolares brasileiros apresentaram proficiência insuficiente na Escrita (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

O documento explicita que durante o nível elementar 2 os estudantes provavelmente não escrevem texto e quando o fazem, produzem textos ilegíveis. Quando alcançam o nível elementar 3, produzem textos incipientes ou inadequados. Com base nos dados apresentados, pode-se inferir que essa realidade no 5º ano se mantenha constante ou se amplie.

Provavelmente, a versão estadunidense do PROERD não compartilha dessa problemática, mas a realidade em *terra brasílica* é bem diferente. Tudo leva a crer que grande parte dos usuários do PROERD não possui a capacidade de se expressar através de uma redação, o que pode impactar a avaliação dos seus resultados bem como de sua própria autoavaliação.

Como visto, o PROERD é um programa amplo que consegue trabalhar um amplo espectro relacionado às drogas e à violência de forma organizada e sistematizada, atendendo também a realidade da violência escolar no Brasil, abrangendo violência à escola e a violência na escola. Tudo isso, levando em conta a diferença entre violência, transgressão e incivilidade, conceitos desenvolvidos por Bernard Charlot.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo verificar se o PROERD é uma política pública relevante no combate à violência escolar. Assim, ela, inicialmente, retratou a realidade da violência no ambiente escolar brasileiro, onde foram verificados, através de dados, a existência de assaltos, roubos, agressão física, assassinatos e violência sexual, todos cometidos e sofridos por escolares brasileiros. Nele, verificou-se que os professores também são vítimas de violência no ambiente escolar, a exemplo de intimidações e agressões.

Em seguida, foi feita a correlação entre tipos de violência e políticas públicas. Para tanto, o trabalho se utilizou dos conceitos propostos por Bernard Charlot, o qual separou a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola, além de definir claramente as diferenças entre violência, transgressão e incivilidade, possibilitando ao gestor aplicar a política pública mais adequada à sua realidade.

Posteriormente, foi feita uma análise do PROERD como uma política pública em si. Sua organização, sistematização, metodologia e ligação com a Universidade de Columbia, através do *D.A.R.E International*, para então ser realizada a análise da cartilha “PROERD: Caindo na real”, destinada ao 5º ano do ensino

fundamental, utilizando como contraponto dados da UNESCO, da FLACSO e do Ministério da Educação.

Durante a análise da Cartilha, a pesquisa constatou a existência de pontos relevantes e plenamente em sintonia com a realidade do escolar brasileiro em relação às drogas e violência, a exemplo de autocontrole, paciência, reflexão, diálogo, apoio institucional, familiar, atitude confiante, além de um sistema de tomada de decisões eficiente.

Contudo, como qualquer programa governamental, o PROERD carece de autoavaliação periódica que proporcione ajuste constante. Nesse caso, devido ao fato de grande parte dos escolares brasileiros não terem desenvolvido competências adequadas em Leitura e Escrita, a pesquisa detectou que a redação como um instrumento avaliativo, pelo menos por enquanto, não parece ser um instrumento ideal para o programa. Isto posto, sugere-se a criação de um método avaliativo que contemple o atual estágio de aprendizagem do estudante brasileiro.

Mesmo assim, não se pode negar a importância do PROERD, pois o programa se faz presente em mais de 50 países com material disponível em 13 idiomas e em *Braille*, além de ser uma ONG consultiva oficial das Nações Unidas e membro da Federação Mundial contra o Abuso de Drogas.

No Brasil, o PROERD é adotado por todas as Polícias Militares que a utilizam como uma ferramenta poderosa no trabalho de prevenção às drogas e violência. Dessa forma, suas características e conteúdo pedagógico analisado fazem do PROERD uma política pública relevante no combate à violência escolar no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Ary Garcia; SILVA, Ana Paula;; CERQUEIRA, Luciano.

Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas : falamos os Jovens. Rio de Janeiro: FLACSO - Brasil, 2016. 97 p. ISBN: 9788560379378.

ABRAMOVAY, Miriam;CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas Escolas**. Versão Res ed., Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2005. 143 p.

ABRAMOVAY, Miriam;RUA, Maria das Graças. **Violências nas Escolas**. Versão Res ed., Brasília: Edições UNESCO Brasil, 2003. 88 p.

ARENDETT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAHIA. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Operação Ronda Escolar comemora 10 anos nesta quinta-feira**. 2019. Disponível em: <http://www.secom.ba.gov.br/2019/06/149433/Operacao-Ronda-Escolar-comemora-10-anos-nesta-quinta-feira-.html>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SAEB – **AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO – Edição 2016**. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2017-pdf/75181-resultados-ana-2016-pdf/file>. Acesso em: 6 out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa nacional de saúde escolar**: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. ISBN: 978-65-87201-77-1.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, n. 8, p. 432–443, 2002. ISSN: 1517-4522. DOI: 10.1590/s1517-45222002000200016.

D.A.R.E. **D.A.R.E. America Policies & Procedures**. 2019. Disponível em: <https://dare.org/d-a-r-e-officers/#policies-and-procedures>. Acesso em: 13 set. 2022.

DARE. **The History of D.A.R.E**. 2017. Disponível em: <https://dare.org/history/>. Acesso em: 13 set. 2022.

DAY, Nancy. **Violence in schools – learning in fear.** Berkeley Heights (NJ): Enslow Publishers, 1996. ISBN: 9780894907340.

FLACSO. **Brasil lidera ranking da OCDE de violência contra professores.** 2019. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=23194>. Acesso em: 13 set. 2022.

LASWELL, Harold D. **Politics: Who gets what when how.** Cleveland: Meridian Books, 1936.

LUCINDA, Maria da Consolação; NASCIMENTO, Maria das Graças; CANDAU, Vera Maria. **Escola e Violência.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MELO, Silas Tiago Oliveira De. **Revisão histórica do programa educacional de resistência às drogas: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais.** 2016. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/02052017135803991.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

MONTEIRO, Vitor Borges; ARRUDA, Elano Ferreira. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza. **CODE 2011 Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, 2011.

ODALIA, Nilo. **O que é Violência.** ebook ed., São Paulo: Edirora Brasiliense, 2017.

PMMG. **Proerd: Caindo na real.** Belo Horizonte: PMMG, 2014. 121 p.

PMMG. **O que é o Proerd.** 2019a. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/proerd/conteudo.action?conteudo=1561&tipoConteudo=itemMenu>. Acesso em: 15 set. 2022.

PMMG. **Os Centros de Treinamento.** 2019b. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/proerd/conteudo.action?conteudo=1554&tipoConteudo=itemMenu>. Acesso em: 3 set. 2022.

SCHLEICHER, Andreas. **PISA 2018: Insights and Interpretations.** Paris. ISSN: 00214892. Disponível em: [https://www.oecd.org/pisa/PISA 2018 Insights and Interpretations FINAL PDF.pdf](https://www.oecd.org/pisa/PISA%2018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf).

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo: estudo dos processos nas organizações administrativas.** 2ª ed. ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970. Disponível em: https://issuu.com/thaitroglo/docs/simon._comportamento_administrativo.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016.** Brasília. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf.

ZALUAR, Alba. **Um Debate Disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, p. 3–17, 1999.

GESTÃO COMPARTILHADA: Escolas Municipais conveniadas e suas contribuições na Segurança Pública.**SHARED MANAGEMENT:** *Municipal Schools and their contributions to Public Security.***Luciano Araújo Lima**¹
Nadjanara Lopes de Abreu²**Resumo**

Entre as ações pertinentes que contribuem de forma prática para minimizar os dilemas da Segurança Pública em nosso Estado, encontra-se o convênio entre a Polícia Militar da Bahia e as Prefeituras. A Polícia contribui com a gestão escolar responsabilizando-se pela gestão disciplinar das instituições conveniadas. Somado aos conteúdos curriculares, as escolas conveniadas implementam a formação integral do indivíduo com o apoio na formação moral e cívica, aspectos de grande relevância para a formação do cidadão. Como base nessa premissa, este trabalho tem como finalidade descrever de forma sintetizada como surgiu essa parceria e demonstrar dados que permitem afirmar que o convênio entre a PMBA e a Gestão Municipal está sendo um sucesso e contribui para a Segurança Pública. Para a realização desta análise, a metodologia utilizada, além de pesquisa bibliográfica e documental, foi realizado um levantamento com a Coordenação Geral do Modelo CPM, a fim de verificar a evolução em números desde o ano de início deste projeto. Diante do exposto, o resultado obtido com esta pesquisa foi o embasamento para afirmarmos que é crescente o número de municípios e unidades escolares que procuram a parceria para firmar convênio, permitindo concluir que esta é uma ação com aprovação social e que contribui de forma efetiva para a Segurança Pública, pois à medida que o maior número de crianças e adolescentes são contemplados, a tendência natural é que a sua formação moral e de valores seja mais completa, o que impacta significativamente nas suas ações dentro e fora da escola.

Palavras-chave: Educação; Segurança pública; Gestão compartilhada; Convênios; Polícia Militar.

1 Curso de Formação de Oficiais, Polícia Militar do Estado da Bahia, Academia da Polícia Militar, (PMBA – APM), Salvador, Bahia, Brasil. Coordenador de Gestão Orçamentária, Financeira e Licitações, 16º Batalhão da Polícia Militar 16º BPM, Serrinha, Bahia, Brasil. URL <http://lattes.cnpq.br/2796699810324068>, ORCID: 0000-0002-5104-659X, E-mail: luciano.araujo@pm.ba.gov.br Submetido em: set/2022. Aprovado em: nov/2022. Publicado em: jan/2023.

2 Bacharel em Administração, Faculdade de Tecnologia e Ciências FTC Feira de Santana, Bahia, Brasil. Professora, Prefeitura Municipal de Serrinha, Serrinha, Bahia, Brasil. URL <http://lattes.cnpq.br/9811303243688761>, ORCID 0000-0001-7965-2017, E-mail: nadjanaralopes@gmail.com.

Abstract

Among the pertinent actions that contribute in a practical way to minimize the dilemmas of Public Security in our State, is the agreement between the Military Police of Bahia and the City Halls. The Police contribute to school management by taking responsibility for the disciplinary management of partner institutions. In addition to the curricular contents, the associated schools implement the integral formation of the individual with support in moral and civic formation, aspects of great relevance for the formation of the citizen. Based on this premise, this work aims to describe in a summarized way how this partnership emerged and demonstrate data that allow us to affirm that the agreement between the PMBA and the Municipal Management is being a success and contributes to Public Security. In order to carry out this analysis, the methodology used, in addition to bibliographical and documental research, a survey was carried out with the General Coordination of the CPM Model, in order to verify the evolution in numbers since the beginning of this project. In view of the above, the result obtained from this research was the basis for us to affirm that the number of municipalities and school units that are looking for a partnership to sign an agreement is growing, allowing us to conclude that this is an action with social approval and that it contributes effectively to Public Safety, as the greater number of children and adolescents are covered, the natural tendency is for their moral and values formation to be more complete, which significantly impacts their actions inside and outside school.

Keywords: Education; Public safety; Shared management; Covenants; Military police.

1 INTRODUÇÃO

As questões de Segurança Pública são latentes, sendo um tema preocupante e amplamente discutido. Diversas estratégias são pensadas e colocadas em pauta, a fim de minimizar os dilemas sociais que envolvem situações de insegurança e violência. Entre as estratégias elencadas na busca da redução dos índices de violência estão a boa formação de nossas crianças e jovens, na sua base, desde cedo. Porém, a escola, como espaço de formação de nossas crianças e jovens, encontra-se impregnado por inúmeras situações que envolvem insegurança e diversos tipos de violência. Assim, salienta-se que este é um assunto de relevância, especialmente em virtude do contínuo crescimento do número de municípios que solicitam o convênio de parceria em a Polícia Militar, a fim de proporcionar uma gestão compartilhada. O presente estudo visa comprovar por meio de levantamento de dados, o crescimento das parcerias das escolas conveniadas, dando respaldo para afirmarmos que existe fortes indícios de contribuição relevante e significativa, bem como da aprovação social do projeto de Gestão Compartilhada.

Esta investigação foi realizada visto que é notório que o número de escolas conveniadas vem aumentando consideravelmente no decorrer dos anos em nosso Estado, desde a implantação do projeto na primeira escola conveniada, ampliando a quantidade de escolas, alunos e, conseqüentemente, famílias, contempladas com esta parceria. Cuidar e se atentar aos resultados e repercussões destes convênios é zelar pela imagem da corporação e da atividade policial, sendo imprescindível acompanhar o processo evolutivo do projeto a fim de chegarmos a conclusões e análises para contribuir para seu aprimoramento. Assim, apresentar dados relevantes deste crescimento se faz fundamental para corroborar a hipótese de que a parceria contribui na Segurança Pública.

Considerando o impacto que a educação escolar possui na formação de crianças e jovens, contribuir com a gestão disciplinar é uma ação necessária, benéfica e acertada. Esta parceria complementa a educação escolar e conteudista, com formação moral e cívica, além de inserir de forma eficiente e acertada questões de disciplina e respeito.

A demanda por esta parceria já era percebida no cotidiano de nosso trabalho. Não é fato novo a necessidade da presença de policiamento nas unidades escolares, sendo constante o convite para Polícia Militar realizar parcerias, aplicar projetos, realizar rondas e promover palestras que envolvam temáticas pertinentes, a fim de minimizar os casos de violência e agressões dentro da sala de aula, bem como no entorno das unidades. Os atos de violência presentes nas escolas variam desde agressões físicas e verbais, abrangendo preconceito, discriminação, *bullying*, uso de drogas e ameaças, nos casos mais graves. Neste respeito, acreditamos no trabalho preventivo primário e na parceria entre os diversos órgãos e instituições ligados ao apoio e proteção de jovens, de seus direitos e de combate à criminalidade, a fim de minimizar os efeitos que contribuem para a degradação moral.

Assim, podemos afirmar com convicção que uma das parcerias e projetos que apresentam na atualidade um forte impacto social positivo, refere-se a Gestão Compartilhada das escolas entre a Polícia Militar e as Gestões Municipais de nosso Estado. Este tem como fito inserir a Gestão Disciplinar nas unidades escolares públicas com o intuito de somar efetivamente na educação de nossos jovens, contribuindo para a formação de valores, bem como enfrentar estes dilemas e desafios cotidianos nas unidades escolares.

Entendemos que todo apoio é necessário e importante para a educação, pois este é um pilar para o bom desenvolvimento da sociedade. Ao mesmo tempo, reconhecemos que se o trabalho não for bem planejado, executado e controlado, tornar-se-á apenas mais um elemento obsoleto dentro da instituição escolar. Partindo desta premissa, analisaremos quais os indícios de que a Gestão Compartilhada das Escolas Municipais, mediante o Convênio entre a PMBA e a Gestão Municipal estão sendo bem-sucedidos, contribuindo, desta forma, para a Segurança Pública.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância do convênio para as unidades escolares, descrever de forma sintetizada como surgiu essa parceria e demonstrar dados que nos permitem afirmar que o convênio entre a PMBA e a Gestão Municipal para as escolas está sendo bem-sucedida, no sentido de auxiliar o alcance dos objetivos estratégicos da PMBA e para a Segurança Pública de nosso Estado, por meio de apresentação da evolução histórica do número de escolas conveniadas, desde o surgimento do projeto como um fator positivo de aprovação social.

Para isso, além de pesquisa bibliográfica e documental que embasou a descrição da evolução histórica deste convênio em questão, foi realizado um levantamento com a Coordenação Geral do Modelo de Ensino CPM, a fim de verificar a evolução em números das escolas conveniadas, desde o ano de início deste projeto, até o ano corrente. Esta análise se mostra de relevância, pois permitiu subtrair informações pertinentes sobre o fator de favorabilidade dos dados apresentados, pois entendendo que o crescimento do número de escolas conveniadas no decorrer dos anos, demonstra-se um indício positivo, de aprovação social às ações realizadas no projeto em tela, pois, à medida em que o maior número de crianças e adolescentes são alcançados, a tendência natural é que a sua formação moral e de valores mais completa, o que impacta significativamente nas suas ações dentro e fora da escola, e, conseqüentemente, na Segurança Pública.

Foram realizadas pesquisas de aprofundamento teórico por meio de levantamento bibliográfico. A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em qualquer trabalho deste cunho, pois com base nas bibliografias disponibilizadas sobre o tema em questão, busca-se embasamento teórico para as afirmativas e posturas durante todo o trabalho, a fim de chegar às suas próprias considerações. Não se pretende encontrar uma verdade absoluta, tampouco uma conclusão imutável, mas sim promover investigações que possam contribuir para uma mudança de postura e concepções com base nas necessidades observadas. Fonseca³ (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

É o primeiro passo de toda a pesquisa científica. O pesquisador, contudo, deverá tomar alguns cuidados ao realizar a pesquisa bibliográfica por meios eletrônicos, buscando fontes de informações confiáveis, evitando plágio e utilização de materiais irrelevantes. Geralmente utilizam-se teses, livros, resumos, artigos e monografias, bem como documentos oficiais. O cuidado tomado está relacionado a citar a fonte de informação, indicando todos os autores utilizados no corpo do texto em suas referências. Demonstraremos a seguir os dados levantados por meio das pesquisas realizadas.

2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

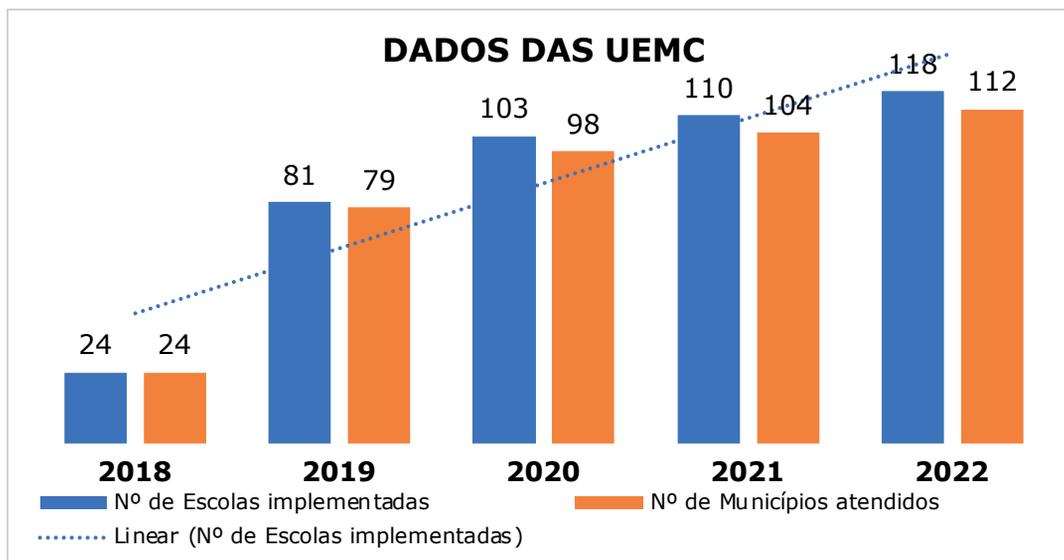
As questões de Segurança Pública e violência merecem atenção especial quando atinge o espaço escolar, já que este é um local de formação social de crianças e jovens, bem como de fortalecimento da

3 FONSECA, J. J. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Fortaleza, UEC, 2002.

identidade e de construção de cidadania (Cardia, 2006)⁴. Com base no Guia de Gestão do Modelo CPM – Gestão Compartilhada⁵ (2022, p. 9, 10), o qual descreve a evolução histórica do Modelo CPM, constatou-se nas escolas municipais baianas, uma crescente demanda por parte dos Prefeitos para implantação de Colégios da Polícia Militar - CPM. A fim de atender esta necessidade social, no dia 10 de maio de 2018, o Comandante Geral da PMBA, o Cel PM Anselmo Alves Brandão, o presidente da União dos Prefeitos da Bahia (UPB), Eures Ribeiro, e o Secretário de Segurança Pública, Ary Pereira de Oliveira, assinaram o Termo de Acordo de Cooperação Técnica (TACT) nº 02/2018, com base na Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005. O documento intencionava estabelecer a mútua cooperação entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP), por intermédio da PMBA, e a UPB, implementando então o Sistema de Ensino dos Colégios da Polícia Militar da Bahia – SECPM, em Colégios Municipais de Ensino dos Anos Finais. Neste período, o Ten Cel QOPM Jorge Ricardo Albuquerque Pereira, assumiu a coordenação geral do SECPM. Seu principal intuito foi difundir o projeto atendendo aos municípios solicitantes, fazendo a conexão entre todos os indivíduos envolvidos tanto na PMBA quanto na gestão municipal de educação. Para que o projeto pudesse ser colocado em prática, fez-se necessário a adaptação dos manuais que atendiam aos Colégios da Polícia Militar para as necessidades e especificidades das escolas municipais civis.

Logo após a assinatura do TACT Nº 002, foram criadas até dezembro de 2018, 24 (vinte e quatro) Unidades de Ensino Municipal Compartilhado (UEMC), sendo a primeira em Dias D’ Ávila e a segunda em Campo Formoso. Em 28 de maio de 2018, através do BGO nº 101, a Polícia Militar da Bahia torna público e oficial o projeto SECPM. Em 10 de setembro de 2019, através do BGO Nº 171, o Comandante Geral da PMBA publica a designação de Oficiais PM, gestores dos Termos de Cooperação Técnica do SECPM. Em 15 outubro 2020, o Instituto de Ensino e Pesquisa - IEP, através da Nota para Mural n.º IEP/ CEaD – 003/10/2020, publica o primeiro Processo Seletivo destinado ao Treinamento de Multiplicadores da Gestão e Metodologia do SECPM, realizando na modalidade de Educação a Distância (EAD), que na oportunidade capacitou 45 (quarenta e cinco) Oficiais da PMBA como multiplicadores. A partir de 10 de novembro de 2020, o projeto SECPM passa a ter denominação de Modelo de Ensino do Colégio da Polícia Militar – Gestão Compartilhada, com nomenclatura MCPM. O resultado desta parceria e deste projeto é certamente positivo, conforme demonstra gráfico abaixo, com os dados atualizados até setembro do ano corrente:

Gráfico 1: Número de escolas implementadas e municípios atendidos no decorrer dos anos (2018 a 2022).



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Os dados levantados por meio de informações cedidas pela Coordenação Geral do Modelo de Ensino CPM - Gestão Compartilhada nos permitem afirmar que o número de escolas conveniadas desde o ano de 2018 até o ano corrente tem crescido consideravelmente, mesmo diante de uma situação mundial atípica da pandemia do COVID-19. O aumento proporcional, tanto do número de escolas atendidas quanto

4 CARDIA, Nancy. Introdução. IN: RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. de O. **Violência na escola: um guia para professores**. São Paulo: Andhep - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

5 MINEIRO, Vanda Fabiana Ferreira Guanaes. LIMA, Luciano Araújo. **Guia de gestão do modelo com gestão compartilhada: Conceitos, Referências Normativas, Orientações e Procedimentos**. Polícia Militar da Bahia. Edição 01, Salvador, 2022.

de municípios que implementaram o convênio é prova convincente que a parceria está sendo bem sucedida e possui aprovação social, o que nos assegura que estaremos no caminho certo.

Contribuir para a educação de nossos jovens com o intuito de somar para uma formação integral e para a construção de valores morais alicerçados na cidadania faz parte do trabalho da PM junto às instituições de ensino. É de conhecimento geral que a principal instituição formal que dá base à sociedade e aos nossos jovens encontra-se em crise, especialmente na atualidade. Em consequência, os valores morais e a formação de cidadãos sofrem interferência direta neste descompasso. Acredita-se que a parceria entre a família, a escola e a sociedade são fundamentais na formação dos valores morais, sendo imprescindível um trabalho sintonizado para que a formação do indivíduo seja completa e eficaz. Esta formação conjunta e bem estruturada traz como resultados cidadãos mais conscientes e responsáveis.

A formação integral de um cidadão envolve aspectos intelectuais, emocionais, morais, cívicos e psicológicos, torando-os capazes de enfrentar os desafios e os dilemas da vida adulta. Apoiar as famílias na educação de nossos jovens é imprescindível e previne diversos problemas sociais. A formação de qualidade para jovens é basilar para a uma sociedade justa e igualitária, mais humanizada e solidária nesse viés educação escolar envolve muito mais que apenas ministrar os conteúdos curriculares, visa preparar os nossos jovens para o futuro e para a vida ativa em sociedade.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB definem o papel da escola como um grande agente capaz de contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para a cidadania e qualificando-a para o mercado de trabalho. Uma educação significativa influencia as relações individuais e o comportamento social dos indivíduos, a ponto de transformar à sua realidade, pautando-se na prevenção de problemas futuros.

A escola é um espaço propício para a formação e desenvolvimento da cidadania e de valores morais (BRASIL, 1997)⁶, porém, a convivência torna-se ainda mais desafiadora, pois lidamos com indivíduos em fase de formação, por isso a necessidade de disciplina e formação baseada em princípios que orientem a conduta e comportamento enquanto seres sociais. Assim, trabalhar contribuindo para a formação moral e cívico dos indivíduos em fase de formação nas unidades de ensino que contemplam crianças e adolescentes é uma estratégia inteligente para o policiamento preventivo e Segurança Pública.

Normas e regras, por sua vez, são aqui entendidas como dispositivos que orientam padrões de conduta a serem definidos e compartilhados pelos membros de um grupo. Os valores orientam as ações e possibilitam fazer juízo crítico sobre o que se toma como objeto de análise (...) A imposição, por si própria, contraria o princípio democrático da liberdade e, com isso, o máximo que se consegue é que as pessoas tenham “comportamentos adequados” quando sob controle externo, o que é essencialmente diferente da perspectiva da autonomia na construção de valores e atitudes (BRASIL, 1997, p. 33- 35).

O comportamento humano e a formação dos valores são temas de grande complexidade, pois é consequência de uma multiplicidade de fatores, envolvendo questões emocionais, familiares, sociais, econômicos, políticos e comportamentais. Porém, discutir questões que envolvam a formação integral do indivíduo é imperioso, pois somente assim podemos identificar formas de contribuir eficazmente para a boa formação social.

A escola ao mesmo tempo em que é considerada um local de aprendizagem de valores, do exercício da cidadania, da ética e da razão, é muitas vezes noticiada como lugar de incivilidades, brigas, ameaças, invasões, depredações, atos ilícitos, preconceituosos e discriminatórios e até mortes. A maioria destas questões encontram-se relacionadas à violência, à indisciplina e com o desrespeito, e estão diretamente interligados à crise de valores de respeito à diversidade, ética e solidariedade, presentes na sociedade e conseqüentemente entre as pessoas.

Somos agentes de transformação e quando refletimos isso em nossas ações temos resultados positivos. Precisamos repensar nossa prática e em união transformar a realidade que nos cerca. É uma tarefa difícil fazer a diferença, mas as recompensas são ainda maiores que o trabalho. Podemos fazer a diferença na vida de jovens, marcar a sua existência e direcioná-los para o caminho da paz, do amor e do respeito, mas é preciso esforço conjunto e trabalho árduo e contínuo. Trabalhar em parceria com a educação é uma forma de contribuir efetivamente para um mundo melhor.

Acredita-se que o aumento do número de escolas conveniadas é fator significativo como uma excelente estratégia de prevenção, contribuindo significativamente para a Segurança Pública de nosso Estado, por perceber que o trabalho preventivo é abstrato e envolve múltiplos fatores, apresentando resultados, no geral, a médio e longo prazo. É preciso um trabalho constante e contínuo, alicerçado na comunicação e no exemplo.

6 BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas transversais**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

3. CONSIDERAÇÕES

Com base nos dados analisados e informações apresentadas, percebeu-se de forma sucinta o motivo que embasou o surgimento do convênio entre as prefeituras e a PMBA. A importância do convênio para as unidades escolares e, conseqüentemente, para a Segurança Pública, torna-se evidente à medida que entende que se pode contribuir efetivamente com a gestão disciplinar de nossos jovens, complementando-se a formação e o currículo escolar, com ações que promovem a formação moral e cívica, por meio de ações preventivas.

Esta parceria é embasada no sentido de alcançar os objetivos estratégicos da PMBA, no que se refere à Perspectiva: resultados para a sociedade, T-OE1, “Aumentar a confiança da sociedade na Corporação”, E-OE2 “Ampliar o respeito aos direitos humanos e a responsabilidade social” e T-OE3 “Fortalecer a imagem institucional” (BAHIA, 2017).⁷

A análise da evolução histórica do número de escolas conveniadas, desde o surgimento do projeto permitiu-nos afirmar que o convênio entre a PMBA e a Gestão Municipal para as escolas está sendo um sucesso com base na aceitação social, contribuindo de forma significativa para a Segurança Pública à médio e longo prazo, à medida que contempla maiores números de alunos e famílias.

Sugere-se um trabalho complementar, a fim de perceber as impressões da clientela por meio das experiências vivenciadas, relatos recebidos e registros realizados por indivíduos inseridos no processo, sejam eles de civis, militares, educadores, familiares e alunos inseridos nas unidades conveniadas com a gestão compartilhada. Ressalta-se que não foi encerrada esta discussão, somente foram analisados os dados obtidos, a fim de verificar e descrever o crescimento evolutivo das solicitações de parceria entre Prefeituras e PMBA.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Polícia Militar da Bahia. Comando-Geral. **Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia**. Salvador, 2017.

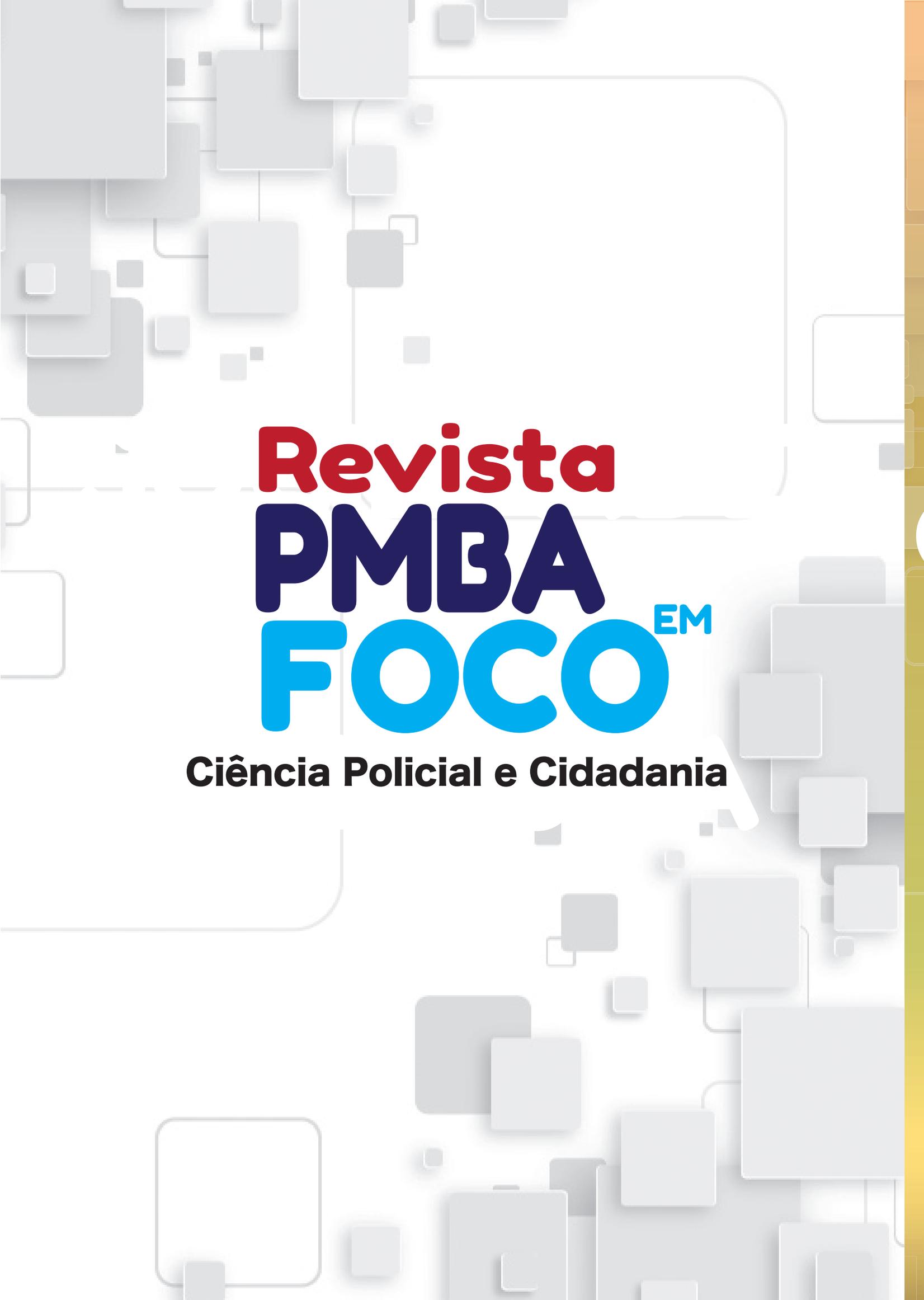
BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação de temas transversais**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CARDIA, Nancy. Introdução. IN: RUOTTI, C.; ALVES, R.; CUBAS, V. de O. **Violência na escola: um guia para professores**. São Paulo: Andhep - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

FONSECA, J. J. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza, UEC, 2002.

MINEIRO, Vanda Fabiana Ferreira Guanaes. LIMA, Luciano Araújo. **Guia de gestão do modelo com gestão compartilhada: Conceitos, Referências Normativas, Orientações e Procedimentos**. Polícia Militar da Bahia. Edição 01, Salvador, 2022.

⁷ BAHIA, Polícia Militar. Comando-Geral. **Plano Estratégico 2017-2025 da Polícia Militar da Bahia**. Salvador, 2017.



Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

The background features a vertical gradient from light orange at the top to bright yellow at the bottom. It is overlaid with a complex pattern of semi-transparent, overlapping squares and rounded rectangles in various shades of orange and yellow, creating a layered, geometric effect.

COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

AS CONTRIBUIÇÕES DO REFORÇO ESCOLAR EM MATEMÁTICA PARA ALUNOS DO 6º ANO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE ALAGOINHAS-BA

THE CONTRIBUTIONS OF EDUCATIONAL REINFORCEMENT IN MATHEMATICS FOR 6TH GRADE STUDENTS AT THE ALAGOINHAS - BA MILITARY POLICE SCHOOL

Alisson Salles Lima¹

Erivelton Nonato de Santana²

Resumo

O Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas faz parte de uma rede composta por dezesseis Colégios militares estaduais, sendo cinco situados na capital do Estado e onze no interior. Oferece ensino de nível básico, do 6º Ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Diante da discrepância observada nas aprendizagens em Matemática dos alunos ingressos no 6º Ano do Ensino Fundamental, o referido artigo buscou responder a seguinte questão: Um reforço escolar na disciplina Matemática melhoraria o desempenho destes alunos, proporcionando melhores condições de cursarem o referido ano letivo e obterem aprovação escolar? No ano letivo de 2021 foi ofertado aos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental um reforço escolar, através do projeto denominado “Projeto de Nivelamento” que proporcionou reforço escolar nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Assim, considerando esse contexto, o trabalho em questão teve como objetivo geral investigar a eficácia do reforço escolar na disciplina Matemática, no sentido de melhor prepará-los para o curso do ano letivo e também nos anos subsequentes. Também foi objetivo deste trabalho, contribuir para demonstrar a eficácia do referido reforço escolar no aprendizado dos conteúdos matemáticos nas séries seguintes. A pesquisa teve como embasamento teórico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996), bem como documentos oficiais do Conselho Nacional de Educação, além de estudos feitos por autores consagrados na área da educação. Na metodologia utilizamos o método dedutivo e a pesquisa quantitativa (com tabelas e dados estatísticos), bem como o qualitativo com aplicação de um questionário com os professores da disciplina Matemática. Com a realização desta pesquisa foi possível perceber, sob diversos aspectos, a importância e eficácia do referido projeto para o Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas.

Palavras-chave: CPM Alagoinhas; Educação; Ensino da matemática; Reforço Escolar.

Abstract

The Alagoinhas Military Police College is part of a network of sixteen state military colleges, five of which are located in the state capital and eleven inland. It offers basic education, from the 6th year of elementary school to the 3rd year of high school. Faced with the discrepancy observed in the learning in Mathematics of students entering the 6th year of Elementary School, the aforementioned article sought to answer the following question: A school reinforcement in Mathematics would improve the performance of these students, providing better conditions for them to attend the aforementioned school year and obtain school approval? In the 2021 school year, students in the 6th year of Elementary School were offered school tutoring, through the project called “Leveling Project”, which provided school tutoring in Mathematics and Portuguese Language subjects. Thus, considering this context,

¹ Cap QOPM/CPM Alagoinhas, Pós-Graduado em Educação Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Graduado em Licenciatura em Matemática, também pela UNEB. E-mail: alisson.salles1981@gmail.com. Submetido em: set/2022. Aprovado em: nov/2022. Publicado em: jan/2023.

² Professor Doutor Titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado ao Curso de Especialização em Educação Matemática do Departamento de Ciências Exatas e da Terra (DCET/Campus II). <http://orcid.org/0000-0002-0801-2546>. E-mail: ensantana@uneb.br.

the work in question had the general objective of investigating the effectiveness of tutoring in Mathematics, in order to better prepare them for the course of the school year and also in subsequent years. It was also the objective of this work to contribute to demonstrating the effectiveness of the referred school reinforcement in the learning of mathematical contents in the following grades. The research was theoretically based on the Law of Guidelines and Bases of Education (Law 9.394, of December 20, 1996), as well as official documents from the National Council of Education, in addition to studies carried out by renowned authors in the field of education. In the deductive method and quantitative research (with tables and statistical data), as well as the qualitative, with the application of a questionnaire with the teachers of the Mathematics discipline. With the accomplishment of this research it was possible to perceive, in several aspects, the importance and effectiveness of the referred project for the College of the Military Police of Alagoins.

Keywords: CPM Alagoins; Education; Elementary School; Math; School Reinforcement.

1 INTRODUÇÃO

O Colégio da Polícia Militar de Alagoins é integrante do Sistema de Ensino da Polícia Militar da Bahia, bem como do Sistema Estadual de Educação do Estado da Bahia, juntamente com mais 15 (quinze) colégios militares espalhados pelo Estado. Essa “rede CPM” atende, em média, 14.536 alunos nos níveis de ensino Fundamental (I e II) e Médio.

Segundo o Regimento Escolar dos Colégios da Polícia Militar (RECPM), os Colégios da Polícia Militar (CPM) têm como objetivos: desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, consolidando e aprofundando os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e possibilitando o prosseguimento nos estudos; proporcionar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; proporcionar um ensino de qualidade, valorizando o educando por meio de suas experiências, objetivando uma aprendizagem significativa que proporcione o desenvolvimento de sua autonomia.

O ingresso no CPM Alagoins ocorre por meio de sorteio público, onde os alunos ingressam a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental. Segundo o Instituto de Ensino e Pesquisa da PMBA – IEP, no ano de 2019, um total de 719 candidatos inscritos concorreram às 19 vagas ofertadas para o 6º Ano do Ensino Fundamental no CPM Unidade Alagoins.

Existe uma procura muito grande por parte das famílias de Alagoins e Região, buscando colocarem seus filhos para estudarem no CPM Alagoins, objetivando proporcionar-lhes uma educação de melhor qualidade. Aliado à disciplina, o colégio apresenta um ensino de qualidade, comprovado pela aprovação de seus alunos nas diversas avaliações externas, como Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e OBMEP – Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

A qualidade do processo de ensino/aprendizagem na Instituição pôde ser percebida mesmo com a paralização das atividades letivas no período compreendido entre março de 2020 à julho de 2021, por causa da pandemia provocada pelo novo corona vírus, conforme mostram os números. Na avaliação do ENEM do ano de 2020, 09 alunos da então 3ª Série do Ensino Médio conseguiram nota na redação acima dos 800 pontos e 03 obtiveram notas acima de 900 pontos, sendo que a aluna coronel³ da referida unidade de ensino obteve 980 pontos dos 1000 pontos totais possíveis – um resultado considerado excelente.

Como observado, a disciplina e a qualidade no ensino despertam o interesse da comunidade local em transferirem seus filhos para o CPM Alagoins. Essas crianças e adolescentes, ao ingressarem na sobredita unidade escolar, passam por um período de adaptação, tanto disciplinar quanto em nível de ensino/aprendizagem.

No 6º Ano do Ensino Fundamental, geralmente são admitidas crianças de 10 a 12 anos de idade advindas, em grande parte, de escolas públicas estaduais e municipais. Isso faz com que as turmas de 6º Ano do Colégio da Polícia Militar de Alagoins sejam bastante heterogêneas, formadas por alunos com uma boa base de conhecimentos matemáticos, adquiridos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e por outros que apresentam defasagens na aprendizagem destes conteúdos, o que compromete o percurso escolar destes últimos, colocando-os em certa desvantagem em relação aos primeiros.

Parte desse público advém das escolas públicas municipais, uma vez que são oriundos do 5º Ano

3 A aluna coronel é estudante da 3ª Série do Ensino Médio que obteve a maior “média global”, que é resultado de uma média ponderada da “média intelectual” e de comportamento disciplinar no ano letivo anterior, no CPM.

do Ensino Fundamental, série ofertada pelo poder público municipal. Outra parte advém de escolas públicas estaduais, a saber, alunos conservados no 6º Ano do Ensino Fundamental, uma vez que esta série é ofertada tanto pelo poder público municipal quanto pelo poder público estadual. Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Estados devem assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem e os Municípios devem oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.

Verificamos no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério de Educação e Cultura (MEC), que a nota que mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da rede pública municipal (Ensino Fundamental – Anos Iniciais) apresenta nota inferior à meta estabelecida pelo MEC/INEP, isso para o Estado da Bahia.

A **tabela 01** abaixo traz o IDEB observado na rede pública municipal de ensino no Estado da Bahia, nos anos de 2017 e 2019, bem como a meta estipulada para os mesmos anos.

Tabela 01 – Comparativo do IDEB 2017 e 2019

Estado da Bahia	IDEB Observado		Metas	
	2017	2019	2017	2019
Rede Pública Municipal	4.2	4.7	4.6	4.9

Fonte: SAEB e Censo Escolar.

O fato é que os níveis de aprovação dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental no CPM Alagoinhas não são satisfatórios. E o que chama a atenção não é apenas a reprovação escolar – conservação do aluno na série/ano mas também as dificuldades apresentadas por estes alunos na disciplina Matemática no decurso do ano letivo reveladas nos índices percentuais de alunos daquela série/ano submetidos ao processo de recuperação final da aprendizagem escolar, processo este realizado ao término da terceira unidade letiva.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, assegura a obrigatoriedade de estudos de recuperação, preferencialmente paralela ao período letivo, direcionados aos alunos como baixo rendimento escolar. Sobre esse tema, assim afirmou Evangelista (2016):

A recuperação paralela é compreendida como uma nova oportunidade que é dada ao aluno de se apropriar dos conteúdos não compreendidos. Essa oportunidade vai além da mera aquisição de nota, uma vez que envolve reflexão docente e busca contínua pelo aperfeiçoamento das práticas pedagógicas que devem priorizar o acesso aos saberes pelo aluno. (EVANGELISTA, 2016, p. 24)

Portanto, seja paralela às unidades letivas, seja ao final do ano letivo, a recuperação é uma estratégia didática que visa não apenas a aprovação escolar mas, principalmente, o sucesso no processo de aprendizagem dos alunos.

O CPM Alagoinhas admitiu 08 (oito) turmas de 6º Ano para o ano letivo 2018, totalizando 231 alunos e em 2019, 03 (turmas), totalizando 58. Na tabela abaixo, podemos verificar o percentual de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental submetidos à recuperação final por não atingirem a média na disciplina Matemática, bem como os alunos conservados, por reprovação na sobredita disciplina.

Tabela 02 – Nível de reprovação em Matemática / 6º Ano CPM

Ano letivo	2018	2019
Total de alunos	230	58
Alunos submetidos à recuperação final em Matemática	137	43
Percentual	59,57%	74,14%
Alunos conservados na Série/Ano por reprovação em Matemática	53	16
Percentual	23%	27,59%

Fonte: CDE⁴ – CPM Alagoinhas.

4 CDE – Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional do CPM Alagoinhas. Órgão de direção administrativa da unidade escolar responsável pela apuração, registro e arquivo das notas dos alunos e confecção do boletim escolar.

Se analisarmos a aprovação direta destes alunos na disciplina Matemática sem a necessidade de submissão ao processo de recuperação final da aprendizagem, obtemos um índice abaixo do 50%, o que não é desejável, muito menos satisfatório quando falamos em “qualidade no ensino público”.

A LDB afirma que o ensino deverá ser ministrado observados alguns princípios, dentre os quais a garantia de um padrão de qualidade, bem como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Para o ensino fundamental público, fica assegurado ainda o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático escolar, dentre outros direitos.

O conceito de qualidade do ensino que surge com a “democratização da escola pública” remete à ideia de igualdade, ou seja, de uma boa educação para todos, a despeito de sua condição econômica ou meio social. A escola de qualidade é aquela que promove o progresso dos alunos em uma ampla gama de êxitos intelectuais, sociais, morais e emocionais, levando em conta seu nível socioeconômico, seu meio familiar e sua aprendizagem anterior. Um sistema escolar eficaz é aquele que maximiza a capacidade da escola de alcançar os seus resultados (MARTIMORE, 1991, apud MARCHESI e MARTÍN, 2003, p. 21).

O ingresso no CPM Alagoinhas acontece por meio de sorteio público, onde os alunos integram a partir do 6º Ano do Ensino Fundamental. Esses alunos pertencem às mais diversas camadas/níveis sociais e, embora a maioria seja oriunda de escolas da rede privada de ensino, uma boa parte é oriunda de escolas públicas, seja da rede estadual ou municipal.

Através das avaliações externas que medem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), podemos verificar que a “nota” do ensino público aparece abaixo da média esperada, ainda mais quando falamos da região Nordeste.

Com isso, podemos inferir que tais alunos (oriundos das escolas públicas) tendem a apresentar “defasagens” na aprendizagem, o que requer dos órgãos de ensino a proposição e aplicação de medidas que visem sanar e/ou minimizar os prejuízos educacionais sofridos por este público. Essa situação confirma ainda mais a necessidade de um “reforço escolar” para estes alunos ao longo do seu percurso escolar na educação básica.

Segundo Vido (2001), o termo reforço escolar significa melhorar o que o aluno não consegue aprender; trata-se de um momento para reforçar o que se tem uma noção, fazer uma revisão de conteúdo.

O reforço escolar se constitui em “aulas extras”, fora do horário regular de sala de aula, sendo realizadas na própria escola ou outro ambiente apropriado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, com o objetivo de aprofundar o estudo dos conteúdos letivos ou revisar conteúdos anteriores que tenham correlação ou servem de base para o aprendizado dos conteúdos estudados em determinada unidade letiva.

De acordo com Rosa (2018), as aulas de reforço escolar são uma alternativa de grande importância para alunos que encontram dificuldades de aprendizagem em alguma disciplina e é uma maneira de intensificar o trabalho com determinados conteúdos para que sejam melhor compreendidos e assimilados pelos aprendizes.

O Parecer CNE/CEB nº 024/2008, do Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação, assim se pronunciou quanto à possibilidade de realização de processos de recuperação da aprendizagem (reforço escolar) na Educação Básica:

Como demonstrado na análise de mérito do presente parecer, (i) a recuperação da aprendizagem é um direito do estudante e obrigação do sistema de ensino, da escola e do professor; (ii) deve ser garantido o direito dos profissionais do magistério público da Educação Básica de utilizarem 1/3 (um terço) de sua jornada de trabalho para o desenvolvimento de atividades complementares à sala de aula, a serem retratadas em plano de trabalho próprio, construído coletivamente na escola; (iii) os Municípios podem estabelecer normas complementares que julgam adequadas ao melhor funcionamento de seus respectivos sistemas, que devem estar em coerência e consonância com as normas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e elaboradas de forma democrática com suas escolas e docentes. (BRASIL, 2008, p. 03)

Muitos alunos, em qualquer ano/série, seja da rede pública ou privada, recorrem ao “reforço escolar” para melhoria da aprendizagem e consequente aprovação escolar. E quando o assunto é a Matemática, isso é ainda mais evidente. Mas, em se tratando das classes menos favorecidas economicamente, custear um “reforço escolar” não seria nada fácil, ainda mais em meio à crise econômica que todo o Brasil enfrenta atualmente.

Considerando esse fato, a realização desse projeto pedagógico visou proporcionar aos alunos em déficit

de aprendizagem na disciplina Matemática, no 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas, um reforço escolar de forma inteiramente gratuita, de modo a garantir a devida adaptação destes alunos, pelo menos no âmbito educacional.

Por esta razão, foi desenvolvido ao longo do ano de 2021, o “Projeto de Nivelamento” que ofertou reforço escolar para os alunos ingressos no 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas, nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, com o objetivo de elevar os índices de aprendizagem escolar, bem como melhorar a preparação do referido alunado para o curso da disciplina no ano letivo em questão e também nos anos subsequentes.

Assim, o artigo aqui apresentado visou investigar a eficácia do referido projeto desenvolvido no CPM Alagoinhas, buscando encontrar indícios de que o reforço escolar na disciplina Matemática, de fato, melhorou o desempenho dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental no percurso do ano letivo e melhor os preparou para as séries seguintes.

Além dos objetivos iniciais destacados, o referido projeto também visa contribuir para melhorar o desempenho escolar dos estudantes nas avaliações externas e nos índices da prova SAEB e OBMEP, contribuir com os processos de recuperação da aprendizagem paralela às unidades letivas e estimular a reflexão crítica por parte dos docentes e demais agentes escolares sobre a importância do referido projeto na melhora da aprendizagem matemática nas escolas.

Para essa investigação, foi utilizada uma abordagem metodológica com tabelas de desempenho dos alunos, antes e após a realização do projeto, e aplicação, interpretação e análise do questionário aplicado aos professores da disciplina Matemática da instituição de ensino estudada.

Quanto a sua natureza, a pesquisa foi aplicada, pois buscou investigar como o reforço escolar contribuiu para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas, minimizando assim um problema que ocorria naquela comunidade, a saber, a diferenciação na base de conhecimentos prévios e na preparação dos alunos para o ano letivo.

No que tange aos seus objetivos, podemos considerar a pesquisa como explicativa, uma vez que busca identificar os fatores e circunstâncias que determinaram ou não o sucesso e a eficácia do projeto de nivelamento que proporcionou reforço escolar para os alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental.

Como resultado da pesquisa, pudemos verificar a importância do projeto, tanto do ponto de vista quantitativo, com a análise dos índices de aprovação escolar antes e após a realização do projeto, como qualitativo, baseados no olhar dos professores da disciplina Matemática, integrantes do lócus da pesquisa.

Como objetivo geral elegeu-se investigar a eficiência do reforço escolar na disciplina Matemática, para os alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas, no sentido de melhor preparar estes alunos para o curso da disciplina no referido ano letivo e nos subsequentes. Para a consecução do objetivo geral, especificou-se: contribuir para demonstrar a eficiência do referido reforço escolar no aprendizado dos conteúdos matemáticos nas séries seguintes; colaborar para aperfeiçoar o desempenho escolar dos estudantes nas avaliações externas e nos índices do IDEB, Prova Brasil e OBMEP; contribuir com os processos de recuperação da aprendizagem paralela às unidades letivas e; estimular a reflexão crítica por parte dos docentes e demais agentes escolares sobre a importância do referido projeto na melhora da aprendizagem matemática nas escolas.

2 METODOLOGIA

Considerando o potencial de contribuição social que esta pesquisa pode proporcionar à sociedade baiana numa perspectiva de melhoria da qualidade na formação educacional dos estudantes da rede pública estadual de ensino, buscou-se por uma metodologia adequada à realização da pesquisa realizada. Portanto, neste tópico serão apresentadas a descrição da abordagem adotada, a caracterização do lócus e o instrumento utilizado para a realização da coleta dos dados, bem como os procedimentos seguidos para a concretização da pesquisa aqui apresentada, quanto à abordagem, a pesquisa adotada neste projeto é do tipo quantitativa, uma vez que busca verificar os índices de reprovação escolar, tanto nas unidades quanto em todo o ano letivo, analisando tal estatística para proposição de um reforço escolar. Segundo Fonseca (2002), a pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.

Também podemos considerá-la qualitativa, pois serão analisados alguns aspectos subjetivos,

como opiniões, sentimentos e percepções (a influência ou não do projeto de nivelamento – reforço escolar, na elevação dos índices de aprendizagem e aprovação escolar) do público alvo. Para tanto, foi aplicado um questionário dividido em blocos temáticos. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto à natureza, a pesquisa configura-se como “aplicada”, pois, conforme explica Lima (2018), “busca investigar uma problemática e suas possíveis soluções para uma comunidade específica”, como também “[...] objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (MORESI, 2003, p. 8).

Quanto aos objetivos, podemos classificar a pesquisa em explicativa, pois preocupamo-nos em identificar os fatores ou circunstâncias que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007), que neste caso seria o porquê de parte dos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas não obterem o mesmo êxito no processo das aprendizagens escolares que os demais alunos da mesma série.

Quanto aos procedimentos temos também uma pesquisa de campo, pois é caracterizada pelas investigações em que [...] se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa, no nosso caso a pesquisa-ação. Segundo Thiollent:

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 1986, p. 14)

Portanto, estes são os aspectos da pesquisa realizada apresentada neste artigo e que teve como objetivo verificar, junto aos público discente do 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas, o índice de reprovação escolar e as variantes envolvidas nesse processo.

3 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS

O Colégio da Polícia Militar Professor Carlos Rosa está situado no Município de Alagoinhas-BA, na Rua Professor Arthur Pereira de Oliveira, s/nº, Bairro Thompson Flores, próximo ao centro da cidade. O referido estabelecimento de ensino é de fácil acesso, com suas ruas adjacentes em boas condições de pavimentação.

A supracitada unidade escolar faz parte da Rede CPM composta por 16 (dezesesseis) colégios militares, sendo 5 (cinco) na capital (localizados nos Bairros Dendzeiros, Luíz Tarquínio, Ribeira, Lobato e Cajazeiras) e 11 (onze) no interior do Estado (distribuídos nas cidades de Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Ilhéus, Itabuna, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Candeias, Juazeiro, Jequié, Barreiras e Bom Jesus da Lapa).

Fruto de um convênio entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, a referida unidade militar foi criada em 2006, mediante Decreto estadual nº 9.995, de 03 de maio de 2006 e, em fevereiro do ano de 2018, foi ampliada com a anexação do antigo Colégio Polivalente, que fica ao lado. Com isso, seu público discente, inicialmente, passou de 600 (seiscentos) para 1500 (Hum mil e quinhentos) alunos, aproximadamente. Atualmente, a escola conta com 964 (novecentos e sessenta e quatro) alunos.

A unidade escolar funciona em dois blocos (dois prédios distintos) e conta com 27 (vinte e sete) salas de aula, 01(um) laboratório de ciências, 01 (um) auditório, uma biblioteca ampla, com bom espaço físico e um ótimo acervo, duas quadras poliesportivas, um campo society e 01 (uma) cantina. Possui um público discente atual de 964 (novecentos e sessenta e quatro) alunos (distribuídos nos turnos matutino e vespertino), 46 (quarente e seis) professores, 30 (trinta) policiais militares, além de outros 20 (vinte) funcionários civis. Quanto à distribuição das séries, a escola oferta Ensino Fundamental II e médio.

O colégio trabalha com 03 (três) unidades letivas e adota a média 6,0 para aprovação final nas disciplinas em todos os níveis de ensino. No ano de 2017, começou a adotar os processos de recuperação da aprendizagem paralela às unidades letivas, isto para os alunos que não alcançarem o mínimo de 60% nas avaliações.

Atualmente, o CPM Alagoinhas conta, no Nível Médio, com 06 (seis) turmas da 3ª Série, com 116 (cento e dezesseis) alunos, 05 (cinco) turmas da 2ª Série, com 131 (Cento e trinta e um) alunos, e 06 (seis) turmas da 1ª Série com 177 (cento e setenta e sete) alunos, perfazendo um total de 424 (quatrocentos e vinte e quatro) alunos(as). No Ensino Fundamental, são 06 (seis) turmas do 9º Ano, com 153 (cento e cinquenta

e três) alunos, 06 (seis) turmas do 8º Ano, com 158 (cento e cinquenta e oito) alunos, 04 (quatro) turmas do 7º Ano, com 106 (cento e seis) alunos, e 05 (cinco) turmas do 6º Ano, com 123 (cento e vinte e três) alunos, perfazendo um total de 540 (quinhentos e quarenta) alunos (as).

4 EXECUTANDO A PESQUISA: a coleta de dados

Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário com os professores de Matemática do CPM Alagoinhas no mês de julho do ano de 2022. Segundo Gil (1999), o questionário apresenta algumas vantagens em relação a outros métodos de coleta de dados como, por exemplo: implica baixo custo, uma vez que não requer o treinamento dos pesquisadores; garante o anonimato das pessoas entrevistadas; as pessoas podem respondê-lo no momento em que julgarem mais conveniente; e não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. O mesmo autor define o questionário como:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL, 1999, p. 128)

O questionário, aplicado aos professores de Matemática do CPM Alagoinhas, foi composto de 10 (dez) perguntas (fechadas e de múltipla escolha), divididas em dois blocos temáticos. No primeiro bloco (perguntas de 1 a 3), buscou-se traçar um perfil dos professores em questão. No segundo bloco (perguntas de 4 a 10), são coletadas informações acerca do rendimento escolar dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas, antes e após o “Programa de Nivelamento”.

O referido questionário, composto de perguntas objetivas, buscou coletar, analisar, interpretar e apresentar as respostas dos professores alvos da pesquisa aos questionamentos propostos. Nesta etapa da pesquisa, procurou-se verificar junto aos professores em questão quais eram os índices de aprovação escolar dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas, antes e após a realização do referido projeto, se houve elevação dos índices de aprovação escolar após a realização do projeto e se, em ocorrendo a citada elevação, os entrevistados atribuíam-na à realização do projeto, no todo ou em parte.

Para a confecção do referido questionário, alguns aspectos referentes a sua estrutura foram observados, como: a divisão das perguntas em blocos temáticos, seguindo uma sequência lógica; clareza nas perguntas, com linguagem simples e acessível, com a preocupação de se evitar dúvida interpretação; e cada pergunta focada em apenas uma questão analisada e totalmente dentro do tema pesquisado.

Após a coleta, os dados foram organizados e sistematizados por meio das tabelas com dados estatísticos e dos resultados obtidos pela aplicação do questionário, foram feitas as análises das informações, as quais serão apresentadas e discutidas no tópico seguinte.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste tópico, serão apresentados os resultados alcançados na pesquisa, suas análises e interpretações, devidamente embasadas pelos dados, conceitos e informações apresentados no desenvolvimento do artigo.

Inicialmente, apresentamos, na tabela 5 abaixo, o índice de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas submetidos à recuperação final da aprendizagem escolar e o índice de alunos conservados no ano/série, nos anos de 2018 e 2019 (antes da realização do projeto de nivelamento), e 2021 (após a realização do projeto de nivelamento).

Tabela 05: Nível de reprovação em Matemática / 6º Ano CPM Antes e após a realização do “Projeto de Nivelamento”

Ano letivo	2018	2019	2021
Total de alunos	230	58	100
Alunos submetidos à recuperação final em Matemática	137	43	18

Percentual	59,57%	74,14%	18%
Alunos conservados na Série/Ano por reprovação em Matemática	53	16	0
Percentual	23%	27,59%	0%

Fonte: CDE⁵ – CPM Alagoinhas (2022)

Verifica-se que a quantidade de alunos ingressos no 6º Ano do Ensino Fundamental do Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas, nos anos de 2018, 2019 e 2021, foi bastante diversa. No entanto, podemos analisar a submissão desses alunos ao processo de recuperação final da aprendizagem e a conservação dos mesmos no ano/série nos respectivos anos letivos em dados “percentuais”, a fim de se obter uma análise mais próxima da realidade.

Foi aplicado um questionário aos professores da disciplina Matemática do *locus* da pesquisa, com a finalidade de subsidiar a investigação ora realizada. Conforme mencionado anteriormente, este questionário foi dividido em dois blocos temáticos, sendo o primeiro tratando do “perfil dos professores” (composto pelas perguntas de 1 a 3) e o segundo sobre “o rendimento escolar dos alunos antes e após a realização do programa de nivelamento (reforço escolar)” (composto pelas perguntas de 4 à 10). Os resultados do referido instrumento de coleta de dados seguem abaixo discriminados.

Em relação ao primeiro bloco temático – “Perfil do professor”, obtemos os seguintes resultados: 01(um) professor possui pós-graduação em nível de mestrado e 07 (sete) possuem especialização; 06 (seis) professores lecionam a disciplina Matemática no CPM Alagoinhas há mais de 08 (oito) anos e 02(dois) professores a lecionam de 03 (três) a 05 (cinco) anos; a metade dos professores entrevistados (04 (quatro) professores) já lecionaram a disciplina Matemática para o 6º Ano do Ensino Fundamental, sendo 02 (dois) deles em apenas 01 (um) ano e os outros dois em 02 (dois) ou mais anos.

Em relação ao segundo bloco temático, “Sobre o rendimento escolar antes e após o Programa de Nivelamento”, obtivemos os seguintes resultados: Quanto à aprovação dos alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas, nas unidades letivas e no ano letivo como um todo, antes da aplicação do Projeto de Nivelamento, 01(um) professor indicou estar a referida aprovação acima de 60%, 01(um) professor indicou estar abaixo de 30% e 06 (seis) professores não souberam informar. Quanto à aprovação destes mesmos alunos, nas mesmas condições do item anterior (unidades letivas e ano letivo), após a aplicação do Projeto de Nivelamento, 01(um) professor indicou estar esta aprovação acima de 60%, 01 (um) professor indicou estar entre 30% e 60% e 06 (seis) professores não souberam informar.

Na pergunta que questionou aos professores se estes atribuíam a melhora no índice de aprovação dos alunos na disciplina Matemática à realização do Programa de Nivelamento, 02 (dois) professores afirmaram que sim, outros dois professores disseram que “em parte” e 04 (quatro) professores não souberam informar. Ao serem perguntados se aprovariam a continuação do referido projeto naquela unidade escolar, 04 (quatro) professores afirmaram que sim e outros 04 (quatro) não souberam informar.

Na última pergunta do questionário, que procurou saber a opinião dos professores de Matemática do CPM Alagoinhas sobre a aprovação ou não da “expansão” do referido projeto para outras unidades escolares, 05 (cinco) professores disseram que sim e 03 (três) professores não souberam informar. Quanto a esta última resposta, 05 (cinco) professores comentaram a respeito, afirmando ser o reforço escolar muito importante para melhorar e aprimorar as aprendizagens na disciplina Matemática.

6 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Da análise dos dados da tabela, percebe-se que o índice de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental submetidos à recuperação final da aprendizagem foi bastante elevado nos anos letivos de 2018 e 2019 (59,57% e 74,14%, respectivamente), contrastando com o mesmo índice no ano de 2021 (ano da aplicação do projeto de nivelamento no Colegio CPM Alagoinhas) que registrou 18%.

Quanto à reprovação escolar e a consequente conservação no ano/série, percebemos que, nos anos antecedentes à realização do projeto de nivelamento, essa taxa também foi elevada, ficando em 23% em 2018 e 27,59% em 2019. Em 2021, ano da aplicação do referido projeto, não houve reprovação escolar na citada série. Isso se deu para toda a rede pública estadual de ensino, pois, em virtude da paralização do ensino público no ano de 2020, por conta da pandemia da Covid-19, foi criada a Portaria 2008/2021, de 30 de novembro de 2021, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que estabeleceu o “continuum

5 CDE – Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional do CPM Alagoinhas. Órgão de direção administrativa da unidade escolar responsável pela apuração, registro e arquivo das notas dos alunos e confecção do boletim escolar.

curricular 2020-2021”, sendo garantido o avanço escolar para todos os discentes para o ano letivo de 2022.

Em virtude da Portaria 2008/2021, não podemos atribuir, diretamente, a “total” aprovação dos alunos na Matemática, no ano letivo de 2021, à aplicação do projeto que proporcionou o reforço escolar na referida disciplina. Contudo, fica evidente a importância do reforço escolar realizado, pois verificou-se uma considerável diminuição no percentual de alunos submetidos aos processos de recuperação final da aprendizagem na disciplina Matemática, o que, provavelmente, proporcionou a aquisição de habilidades e competências propostas para o referido público discente.

Sobre a análise do questionário aplicado chama a atenção a quantidade considerável de professores que afirmaram não saberem informar sobre os níveis de aprovação do 6º Ano do Ensino Fundamental, mesmo tendo 04 dos 08 professores já com experiência no ensino para esta série. No entanto, um dos professores afirma ter percebido uma elevação na aprovação destes alunos, a qual era abaixo de 30% e, após o reforço escolar subiu, ficando entre 30% e 60%.

Da mesma forma, percebe-se um número considerável de professores que preferiram não se posicionar quanto à importância do projeto para a unidade escolar e sua continuação, fator que merece reflexões e diálogos entre os agentes escolares, visando garantir ainda mais visibilidade ao projeto. O fato é que 04 professores se posicionaram favoravelmente, tanto quanto à importância do reforço escolar para a aprendizagem e aprovação na disciplina Matemática como também sobre sua continuação na instituição.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise de todas as informações coletadas nesta pesquisa, bem como do embasamento teórico adotado, concluímos ser de fundamental importância a realização do Projeto de Nivelamento – Reforço Escolar, realizado no Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas, no ano letivo de 2021. A pesquisa aponta sinais de que, após a realização do reforço escolar, o índice de alunos do 6º Ano do Ensino Fundamental do CPM Alagoinhas submetidos a recuperação final da aprendizagem na disciplina Matemática, diminuiu consideravelmente, configurando-se como um resultado positivo.

Analisando também os pontos de vista apresentados pelos professores de Matemática da unidade escolar pesquisada, obtem-se indicativos de que o projeto de nivelamento (reforço escolar em Matemática) foi eficaz na sua proposta em melhorar os índices de aprendizagem e aprovação escolar. E esses indicativos contribuem para justificar a continuidade do projeto na referida unidade escolar, bem como a perspectiva de sua expansão e ampliação para outras escolas do município.

É bem verdade que boa parte dos professores que responderam ao questionário não se posicionaram quanto a alguns aspectos relacionados ao projeto de reforço escolar, respondendo “não saber informar” sobre pontos essenciais para a pesquisa. Isso mostra, talvez, que os benefícios provenientes do reforço escolar aplicado na citada unidade de ensino não se mostram perceptíveis para estes professores, uma vez que alguns deles lecionam em séries mais avançadas. Isso faz com que eles só possam perceber os benefícios deste projeto num futuro próximo.

O referido projeto mostra-se, também, como sendo de grande relevância para outras unidades públicas de ensino, uma vez que muitas são as dificuldades na aprendizagem da disciplina Matemática no ensino público como um todo.

Não obstante, cabe salientar que novas pesquisas a respeito do tema em questão, bem como sobre o desenvolvimento desse projeto no CPM Alagoinhas, e em outras localidades, são necessárias para revelar, de modo ainda mais evidente, a eficiência de tal iniciativa e suas contribuições no processo formativo dos alunos envolvidos.

Por esses motivos, recomendamos que o referido projeto seja continuado na unidade escolar pesquisada, bem como seja divulgada e estendida a proposta para outros estabelecimentos de ensino através de seus dirigentes.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1.882** – A sistemática de Avaliação do Ensino e da Aprendizagem nas Unidades Escolares da Educação Básica da Rede Pública Estadual. 2013.

BAHIA (Estado). SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Portaria nº 5.872**. Regimento Escolar das unidades escolares integrantes do Sistema Público Estadual de Ensino. 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB** – Lei de Diretrizes Básicas da educação nacional.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Estudos de Recuperação**. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Consulta Referente à Implantação de Projeto de Reforço Escolar**. Parecer CNE/CEB nº 024. 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. **Índice de Desenvolvimento da educação Básica – IDEB. Resultados**. Disponível em: <https://ideb.inep.gov.br/resultados/>. Acesso em: 26 Abr 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI. 2013. p. 151-153.

CARVALHO, Mateus. **Curso preparatório para concursos**: saiba quem é e como atua o CPC, 2020. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/concursos/noticias/mercado-concursos/cpc-concursos-conheca-o-curso>> Acesso em: 14 Abr 2021.

COSTA, Renata Luiza da. **As mediações no coração das práticas de ensino-aprendizagem**: uma abordagem dialética. Campinas, 2015.

CRUZ, Kamila Cristina Miranda. **Funções da Avaliação Escolar**. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/funcoes_avaliao> Acesso em 08 de outubro de 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A Qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília, 2007.

EVANGELISTA, Sueanne Oliveira. **A Recuperação Paralela no processo de ensino e aprendizagem**: Desafios da Coordenadoria Adjunta Pedagógica da Coordenadoria Distrital de Educação 3/SEDUC – AM. Juíz de Fora. Universidade Federal de Juíz de Fora, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática**”. Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LIMA, Alisson Salles. **A importância dos estudos de recuperação paralela no ensino-aprendizagem de Matemática no Colégio da Polícia Militar de Alagoinhas**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Alagoinhas, BA, 2018.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB. 2003.

OLIVEIRA, Vanessa Teixeira Duque de. BATISTA, Nildo Alves. **Avaliação formativa em sessão tutorial: concepções e dificuldades**. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, Brasil.

ROSA, Ana Carine Silva Sampaio. **O reforço escolar como espaço de superação das principais dificuldades escolares**. Universidade Estadual de Goiás, Pires do Rio, GO, Brasil.

SILVA, Rinaldo Henrique Aguilar da. SCAPIN, Luciana Teixeira. Utilização da avaliação formativa para a implementação da problematização como método ativo de ensino-aprendizagem. **Estudos em Avaliação Educacional**., São Paulo, v. 22, n. 50, p. 537-552, set./dez. 2011.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1986.

VIDO, M. H. C. **Recuperação de alunos: uma questão problemática**. 2001. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP., 2001.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa – como ensinar**. Porto Alegre, Artmed, 1998.

A IMPORTÂNCIA DA QUALIFICAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES PARA EQUITAÇÃO VOLTADA À ATIVIDADE DE EQUOTERAPIA

THE IMPORTANCE OF QUALIFICATION OF MILITARY POLICEMEN FOR RIDING AIMED AT RIDING THERAPY ACTIVITY

Daniel Nascimento Ferreira¹

Resumo

A equoterapia é um tratamento que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais que vem sendo oferecido pelas Polícias Militares como forma de valorizar o ser humano e promover a integração entre Polícia e sociedade. A PMBA, particularmente, oferece esse serviço através de oito Unidades Operacionais. Todavia, os policiais militares que lidam com os cavalos utilizados na equoterapia precisam de um curso específico que os qualifique a atuar nesse mister. Deste modo, este artigo tem como objetivo propor um Curso Básico de Equitação para Equoterapia voltado para a preparação do policial responsável por lidar com os cavalos que vão ser utilizados nesta atividade, bem como com os pacientes. Para tanto, utilizou-se como abordagem metodológica o método dedutivo, pesquisa bibliográfica e descritivo, transversal e não experimental, com uso das pesquisas bibliográfica para fundamentação teórica e de campo para coleta de dados, dando-se abordagem qualitativa às informações coletadas. Identificou-se que para ter o domínio do uso correto das embocaduras e linguagem universal das ajudas, conhecimento das prováveis reações do animal, governo na condução do equino, além de prepará-lo para agir em caso de acidentes. Esses conhecimentos não são obtidos com o Curso de Socorrismo de Equinos ou Policiamento Montado, ele precisa estar qualificado para preparar, supervisionar e conduzir o cavalo destinado à equoterapia durante essa prática. Assim, a criação de um curso destinado à Equitação voltada para Equoterapia, mostrou-se relevante para a excelência nessa prestação de serviço.

Palavras-chave: Qualificação; Policial Militar; Equoterapia; Equitação.

Abstract

Equine therapy is a treatment that uses the horse within an interdisciplinary approach in the areas of health, education and riding, seeking the biopsychosocial development of people with disabilities and/or with special needs, which has been offered by the Military Police, as a way of valuing the human being and promote the integration between Police and society. PMBA, in particular, offers this service through eight Operating Units. However, the military police who deal with the horses used in equine therapy need a specific course that qualifies them to act in this field. Thus, this article aims to propose a Basic Riding Course for Equine Therapy, aimed at preparing the police officer responsible for dealing with the horses that will be used in this activity, as well as with the patients. For this purpose, the deductive method was used as a methodological approach, bibliographical and descriptive research, transversal and non-experimental, with the use of bibliographic research for theoretical foundation, and field research for data collection, giving a qualitative approach to the collected information. It was identified that in order to master the correct use of bits and universal language of aids, knowledge of the likely reactions of the animal, management in driving the horse, in addition to preparing it to act in case of accidents. This knowledge is not obtained with the Equine Rescue Course or Mounted Policing, he needs to be qualified to prepare, supervise and drive the horse intended for equine therapy during this practice. Thus, the creation of a course for Riding focused on Equine Therapy, proved to be relevant for excellence in service delivery.

¹ Capitão PMBA - SSP/BA; Especialista, Mat. 30.376.016-5, Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares – Academia de Polícia Militar (APM). Salvador BA, Brasil. E-mail: daniel.ferreira@pm.ba.gov.br. Submetido em: Out/2022. Aprovado em: Dez/2022. Publicado em: Dez/2022 .

Keywords: Qualification; Military police; Hippotherapy; Horsemanship.

1 INTRODUÇÃO

A equoterapia ou hipoterapia, é uma terapia que tem como facilitador o cavalo¹. É um método terapêutico e educacional interdisciplinar que utiliza o cavalo dentro das áreas de saúde, educação e equitação, objetivando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas portadoras de deficiências ou de necessidades especiais¹. A equoterapia emprega as técnicas de equitação em simultâneo com atividades que objetivam proporcionar ao praticante, benefícios físicos, psicológicos e sociais.

Em paralelo à crescente prática dessa terapia, inúmeras pesquisas já comprovaram cientificamente seus benefícios, sendo que a maior parte delas focou nos benefícios mais visíveis e mensuráveis decorrentes do movimento tridimensional do cavalo. Não obstante, hoje já são pesquisados outros aspectos, como os cognitivos, psicomotores, emocionais, sociais, esportivos, entre outros², de modo que atualmente considera-se que a Equoterapia pode atuar no desenvolvimento integral das pessoas.

Todavia, apesar de o cavalo ter uma função ímpar e inquestionável na terapia em comento, quem estabelece a dinâmica da relação praticante-cavalo são os profissionais envolvidos nesse encontro. Cada sessão é realizada por uma equipe multiprofissional, atuando de forma interdisciplinar³.

Entre os supramencionados profissionais devem estar: fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, professores de educação física, pedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, médicos e outros³. A composição da equipe interdisciplinar deve levar em consideração o programa de equoterapia a ser executado, bem como sua finalidade e objetivos a serem alcançados³. Sua composição mínima deve ser de três profissionais, um de cada área: saúde, educação e equitação, este último, no caso, seria um Policial Militar (PM).

Deste modo, esta pesquisa tem como questionamento central: de que forma pode-se preparar melhor o policial responsável por lidar com os cavalos que vão ser utilizados na atividade de equoterapia, para que ele seja um equitador qualificado para lidar com pacientes e cavalos dessa atividade específica? Definiu-se como objetivo: propor um Curso Básico de Equitação para Equoterapia voltado para a preparação do policial responsável por lidar com os cavalos que vão ser utilizados nesta atividade, bem como com os pacientes.

A justificativa para este estudo é principalmente social e institucional e perpassa pelo fato de que aumentam os Centros de Equoterapia sob a responsabilidade da Polícia Militar da Bahia, de maneira que além do Esquadrão de Polícia Montada – Itapoã, que desde o ano de 1993 realiza com sucesso, em parceria com a Associação Baiana de Equoterapia (ABAE), o atendimento em equoterapia, prestando assistência educacional, de saúde, além de propiciar inclusão social de crianças e jovens com deficiência em toda a Região Metropolitana de Salvador, atualmente já existem outros centros de equoterapia vinculados à PMBA nas seguintes Unidades: Esquadrão de Polícia Montada – Feira de Santana, Esquadrão de Polícia Montada – Itabuna, 3º Batalhão de Ensino, Instrução e Capacitação (BEIC)/Juazeiro, 13º BEIC/Teixeira de Freitas, 14º Batalhão de Polícia Militar (BPM)/Santo Antônio de Jesus, 19º BPM/Jequié e 20º BPM/Paulo Afonso e deste modo, torna-se essencial preparar os PMs para as atividades relacionadas ao trabalho com equinos com a finalidade terapêutica.

Parte-se do entendimento de que o policial militar que lida com os pacientes, bem como com os cavalos destinados ao fim específico da equoterapia, por terem as características adequadas a esse fim (altura, peso, temperamento, entre outras), nem sempre tem a qualificação ou os conhecimentos necessários para o trabalho nesta atividade, muitos deles não conhecem a finalidade da equoterapia; não sabem quais profissionais atuam nessa atividade; não tem noção de socorros de urgência em caso de acidente com alguma criança; não tem conhecimentos básicos que indiquem, por exemplo, quando o cavalo está indisposto ou apresenta algum problema físico que possa acarretar um acidente com alguma criança; não sabem encilhar e desencilhar corretamente o animal; desconhecem a importância de uma correta higiene equina para essa atividade; não tem noções acerca de ferrageamento, para saber se uma ferradura está gasta e/ou mal colocada e precisa ser trocada, não conseguem identificar se o cavalo está claudicando por conta disso, ou não; desconhecem a importância do trabalho com a guia na equitação, dentre outros conhecimentos fundamentais a essa prática.

Importa salientar que a equoterapia é realizada com crianças extremamente vulneráveis, portadoras de diversas patologias tais como: paralisia cerebral, déficits de coordenação motora, autismo, hiperatividade, sequelas de acidente vascular cerebral (AVC), estresse, Síndrome de Down, Síndrome de Charge, Síndrome de West e Síndrome de Klinefelter.

Todo o exposto evidencia uma lacuna que precisa ser preenchida pela Corporação. Ademais, trata-se de um estudo que contribui para a consecução de três objetivos estratégicos (OEs) do Plano Estratégico da Polícia Militar 2017-2025, tais sejam: “OE1: Aumentar a confiança a sociedade na Corporação”, “OE3: Fortalecer a imagem institucional” e “OE11: Desenvolver competências profissionais em todos os níveis hierárquicos, mediante ações de ensino, pesquisa e instrução”⁴.

Na equoterapia, o condutor (ou auxiliar-guia) é o profissional responsável pela condução do cavalo durante a sessão e por manter a qualidade do passo em todas as suas variantes de amplitude e frequência, além de executar todas as mudanças, de andamento ou de direção, de forma correta, respeitando as limitações morfológicas do cavalo e preservando o equilíbrio do praticante⁵.

Para a execução correta da condução é necessário o desenvolvimento de técnicas específicas, estudo etológico e treinamento. Ademais, o cavalo deve estar apto a executar com perfeição o passo, engajado, calmo e atento, bem como as mudanças de direção e as figuras de pista. Destarte, ainda que o treinamento do cavalo seja realizado por um equitador habilitado, é o condutor quem deve conhecer as técnicas necessárias para substituir os comandos do cavaleiro montado pelos comandos dados do chão, o que demanda conhecer o posicionamento e a distância correta para a condução, bem como sincronizar seus passos, manejar as rédeas e a guia (e o chicote) e posteriormente executar as mudanças de direção, as mudanças de lado, as figuras de pista utilizadas na equoterapia. Deve também ter conhecimento sobre o uso correto das embocaduras e a linguagem universal das ajudas⁵.

Conforme o supracitado autor, o início de um bom treinamento de condução é entender o comportamento equino, qual o espaço seguro e o espaço limite de pressão bem como entender as suas reações mais singelas. O condutor, de posse desses conhecimentos estará apto a promover uma condução preservadora das qualidades do movimento e contribuinte das ações multidirecionais exercidas pelo passo do cavalo. Como pode-se observar, o trabalho com cavalos e mais especificamente com equoterapia deve ser baseado em fundamentos técnico-científicos.

No entanto, a maior parte dos policiais militares que atuam na equoterapia limita-se apenas a estar ali segurando o cavalo. Concomitantemente, o educador físico, o fisioterapeuta, o terapeuta ocupacional, ou outros profissionais que aplicam o tratamento com a criança montada, não têm habilidades com os cavalos, que são da Polícia Militar. Essa lacuna no treinamento dos policiais que atuam na equoterapia, nas Unidades onde esse serviço é oferecido, foi decisiva para a definição do objetivo geral deste trabalho, que é mostrar a importância de se criar um Curso Básico de Equitação para Equoterapia, voltado para a preparação do policial responsável por lidar com os cavalos que vão ser utilizados na atividade de equoterapia e com os seres humanos envolvidos nesse processo.

Para o desenvolvimento deste artigo, adotou-se o método dedutivo que “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. (GIL, 2008, p. 9). Adota-se uma perspectiva metodológica de pesquisa descritiva que segundo Prodanov e Freitas (2013, p.53) é o tipo de pesquisa em que “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. [...] Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática”. Numa abordagem qualitativa com análise interpretativa, contextual e etnográfica (MARKONI: LAKATOS, 2007), realizou-se uma revisão bibliográfica em consulta à livros, revistas, trabalhos acadêmicos e artigos sobre o tema em estudo objetivando conhecer os fatos e fenômenos relacionados a ele. Conforme Andrade (1997, p. 34) “uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc.”

Os instrumentos da pesquisa utilizados compreendem a pesquisa bibliográfica, posto que foram utilizados livros, revistas e trabalhos acadêmicos; e a pesquisa documental, posto que foram utilizados questionários, entrevistas, artigos, etc. para levantamento da situação em questão.

2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário com 3 questões aos comandantes das 08 Unidades da PM que oferecem o serviço da equoterapia, tais sejam: 3º BEIC/Juazeiro, 13º BEIC/Teixeira de Freitas, 14º BPM/Santo Antônio de Jesus, 19º BPM/Jequié, 20º BPM/Paulo Afonso, EsqdPMont/Itapoã, EsqdPMont/Feira de Santana, EsqdPMont/Itabuna.

Perguntou-se: qual a Unidade comandada pelo pesquisado; quantos PMs nos efetivos que atuam no serviço de equoterapia, nas respectivas UOEs, possuem curso de equitação especificamente voltado para a equoterapia; e, se o pesquisado acha relevante que a PMBA crie um curso com o objetivo de qualificar

este efetivo ministrando conhecimentos como: socorros de urgência a crianças/adultos em atendimento, equitação clássica voltada à equoterapia, hipologia, etc.

Verificou-se por meio das respostas obtidas que, dentre as 08 (oito) Unidades da PMBA que oferecem o serviço da equoterapia, 06 (seis) delas (75%) não contam com nenhum PM qualificado para esse serviço por meio de curso específico para esse fim. Por isso, os 08 (oito) Comandantes destas Unidades foram unânimes em afirmar a relevância do Curso proposto por este trabalho.

É preciso que as Unidades da PMBA que oferecem o serviço de equoterapia tenham policiais qualificados para esse mister por meio de curso específico. O curso pode ser empregado sempre que houver disponibilidade por parte do Esquadrão de Polícia Montada – Itapoã (ou outra Unidade proponente), autorização pelo Instituto de Ensino de Pesquisa, quórum mínimo de alunos, combinada com a disponibilidade de recursos humanos e recursos materiais da Unidade.

O curso se desenvolverá por meio da utilização de metodologias específicas relacionadas ao trato com solípedes, empregados como ferramenta auxiliar no processo terapêutico, ofertando-lhes todo o embasamento teórico-prático para um proficiente desempenho por parte do policial militar nas atividades multidisciplinares de terapia com cavalos que futuramente será empregado, contando com aulas teóricas e práticas, assessoradas por recursos institucionais que facilitem o aprendizado pela percepção audiovisual.

As avaliações do curso dar-se-ão por meio de verificações teóricas e práticas, nos momentos peculiares a cada uma delas, mensurando com média final mínima para aprovação individual. Os instrutores serão responsáveis pela aplicação da avaliação das suas disciplinas e atividades. A forma de medição de resultados concernentes ao aproveitamento dos discentes em cada atividade poderá ser realizada durante a execução da mesma, cabendo ao instrutor observar a participação e o rendimento de cada discente, por meio de avaliação escrita e/ou prática.

As atividades serão desenvolvidas, preferencialmente, na sede do Esquadrão de Polícia Montada - Itapoã, na sede de outro Esquadrão de Polícia Montada, ou em local que contenha estrutura física e logística adequada para atender às exigências e especificidades de uma capacitação desta envergadura.

Quanto aos impactos orçamentários não há que se falar em acréscimos com despesas na aquisição de equinos, alimentação, suplementação equina, materiais de encilhamento e/ou ferrageamento, pois estas já estão previstas no cronograma de gastos anuais da Unidade Operacional Especializada, por meio do Núcleo de Gestão Administrativa e Financeira do Comando de Policiamento Especializado. As despesas do curso estão discriminadas conforme a **tabela 1**, e representam um valor irrisório diante dos benefícios que serão alcançados com a melhoria do serviço que será prestado à população pós-capacitação.

Tabela 1 – Planilha de Custos do Curso Básico de Equitação para Equoterapia.

PLANILHA DE CUSTOS					
DESPESAS COM HONORÁRIOS DE ENSINO:					
Corpo Docente	Qtd. Horas	Valor Hora-aula	Valor aulas (R\$)	Atividade docência (20%)	Total
(Instrutor Chefe)	18	R\$ 25,00	R\$ 450,00		R\$ 450,00
Auxiliar de Coordenação	18	R\$ 19,00	R\$ 342,00		R\$ 342,00
Instrutoria	90	R\$ 25,00	R\$ 2.250,00	R\$ 450,00	R\$ 2.700,00
Monitoria	70	R\$ 19,00	R\$ 1.330,00		R\$ 1.330,00
SUBTOTAL 1					R\$ 4.822,00

DESPESAS COM MATERIAIS E SERVIÇOS					
Itens	Valor Unitário (R\$)	Quantidade / Aluno	nº de alunos	Quant. total	Valor Total (R\$)
Camisas padrão do Curso para quadro de Instrutores e Monitores	R\$ 25,00	1	20	20	R\$ 500,00
Placas de premiação para os 03 primeiros colocados	R\$ 70,00	1	3	3	R\$ 210,00
SUBTOTAL 2					R\$ 710,00
DESPESAS COM MATERIAS DE EXPEDIENTE, CONSUMO E SERVIÇO					
Itens	Valor Unitário (R\$)	Qtd. de alunos		Valor Total	
Material de Expediente	11,00	20		R\$ 220,00	
Impressão de Certificados	5,00	20		R\$ 100,00	
SUBTOTAL 3					R\$ 320,00
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO					
Itens	Valor Unitário (R\$)	Quantidade de pessoas	Dias	Valor Total	
Café/almoço/janta	33,00	0	10	R\$ 0,00	
Água Mineral	2,27	20	10	R\$ 454,00	
SUBTOTAL 4					R\$ 454,00
DESPESAS COM LOCAÇÃO DE AMBULÂNCIA					
Serviço Médico de S.A.V	Valor Serviço (R\$)	Quantidade por Aluno	TURNOS DE 6 HORAS	Total	
Ambulância com Médico	R\$ 2.700,00		01	R\$ 2.700,00	
SUBTOTAL 5					R\$ 2.700,00
CUSTO TOTAL: R\$ 9.006,00					

CUSTO POR ALUNO: R\$ 450,30

CUSTO POR ALUNO REFERENTE AOS HONORARIOS: R\$ 241,11

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Com o curso proposto, espera-se obter como resultados:

- Ofertar para a população um serviço de melhor qualidade;
- Efetivo mais técnico;
- Redução a quase zero, do risco de algum acidente que venha a macular a imagem da corporação;
- Policiais esclarecidos sobre a importância dessa atividade e do curso para o seu desempenho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A equoterapia é um tratamento que vem sendo largamente oferecido pelas Polícias Militares do Brasil, como forma de valorizar o ser humano promovendo a assistência a educação, saúde e inclusão social de crianças adolescentes e suas famílias. A PMBA, particularmente, oferece esse serviço por meio de oito das suas Unidades Operacionais.

Assim, este artigo teve como objetivo propor um Curso Básico de Equitação para Equoterapia, voltado para a preparação do policial responsável por lidar com os cavalos que vão ser utilizados nesta atividade, bem como com os pacientes. Identificou-se que dentre as 8 unidades da PM que oferecem equoterapia, 06 não possuem policial qualificado para a função, desta forma, o curso básico para equitação proposto neste artigo revelou-se fundamental tanto para o melhor desenvolvimento do trabalho com os pacientes e cavalos, como para a imagem da corporação. Estando, portanto, em conformidade com três objetivos estratégicos (OEs) do Plano estratégico da Polícia Militar 2017-2025, tais sejam: “OE1: Aumentar a confiança a sociedade na Corporação”, “OE3: Fortalecer a imagem institucional” e “OE11: Desenvolver competências profissionais em todos os níveis hierárquicos, mediante ações de ensino, pesquisa e instrução”.

Ressalta-se que o público-alvo para ser tratado por meio da equoterapia são extremamente vulneráveis e enquanto elas estão sobre o cavalo, além do Policial Militar que o conduz, outros profissionais envolvem-se ativamente da atividade. Neste contexto, a correta limpeza do animal, o conhecimento de prévio das suas prováveis reações e o perfeito domínio das técnicas de equitação indispensáveis à sua condução são de responsabilidade exclusiva do PM.

Neste sentido, o acesso aos conhecimentos ministrados no Curso de Policiamento Montado, que oferta conhecimentos sobre Técnicas e Táticas de Policiamento Montado e Noções de Controle de Distúrbios Cíveis Montado, etc., ou Curso de Socorrismo de Equinos, que irá capacitá-los para a confeccionar curativos, conhecer e identificar pelagens, não suprem a lacuna de conhecimento demandada na atividade de Equoterapia, onde o policial precisa estar qualificado para preparar, supervisionar e conduzir o cavalo durante a prática da equoterapia, além de prepará-lo para agir em caso de acidentes. Portanto, o curso proposto irá qualificar este profissional para o exercício laboral seguro e proficiente na Equoterapia maximizando os resultados esperados pela terapia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria. Margarida. **Introdução à Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ARRUDA, Kether van Prehn. **Segurança na equoterapia**: minimizando riscos e promovendo um melhor e mais intenso contato entre praticante e cavalo. 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/68906301-Seguranca-na-equoterapia.html>. Acesso em: 10 set. 2022.

BAHIA. Polícia Militar da Bahia. **Plano Estratégico 2017 – 2025**: a PMBA rumo ao seu bicentenário. Salvador: EGBA, 2017.

CERQUEIRA, Antonia Lilian Santana de; SANTOS, Dilson Antônio Rosário dos; SILVA, Deraldo Antônio Moraes da. **Manual de Metodologia Científica**: desmistificando o método. Salvador: Press Color, 2018.

COLAMARINO, Eduardo. **O auxiliar-guia e a condução do cavalo de equoterapia e de equitação especial**. Equus Equitação especial, 31 de agosto de 2009. Disponível em: <https://equitacaoespecialversao.blogspot.com/2009/08/o-auxiliar-guia-e-conducao-do-cavalo-de.html>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUTZ, Cláudio Simon. **Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade**. João Pessoa-PB: Casa do Psicólogo, 2007.

KAGUE, Cyntia Mayumi. **Equoterapia**: sua utilização no tratamento do equilíbrio em pacientes com Síndrome de Down. Monografia (Graduação em Fisioterapia). 53 f. Cascavel-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

LAKATOS, Eva. Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

LITERACIA DIGITAL: Biblioteca Universitária como recurso auxiliar à Literacia Acadêmica.

DIGITAL LITERACY: University Library as an auxiliary resource for Academic Literacy.

Lílian Cerqueira¹**Resumo**

A utilização de ferramentas digitais como meio de comunicação na atividade científica tem proporcionado o surgimento de novas formas de produção, desenvolvimento e difusão da pesquisa. Destaca-se que as Normas Gerais de Ação (NGA) da Academia de Polícia Militar da Bahia (APM/BA) que tem por finalidade regular a rotina diária dos Alunos-a-Oficial PM desde o horário da alvorada, procedimentos em sala de aula à revista do recolher que se dá às 21 horas, leva-nos a admitir a hipótese que esta rotina estabelecida pode configurar num fator que dificulte o exercício da pesquisa e o aprimoramento da Literacia Acadêmica. Por isso, pretende-se com este trabalho responder a seguinte indagação: qual a relevância da utilização de uma Biblioteca Universitária para ser utilizada como recurso auxiliar na investigação à Literacia Acadêmica do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia? Dessa forma, o presente artigo apresentou algumas reflexões teóricas, através do método dedutivo, com pesquisa descritiva, utilizando como instrumentos da pesquisa a revisão de literatura, bibliográfica e documental em um estudo do cenário a partir da aplicação de um questionário através da ferramenta *Google Forms*, a fim responder a questão levantada. Por fim, a partir da análise do questionário, considerou-se que a importância da biblioteca para o acadêmico reside, em grande medida, na disponibilização de informação para a elaboração e fundamentação teórica dos trabalhos acadêmicos e que tal ferramenta contribuiria à investigação e aprimoramento da produção científica dada a escassez do tempo advindo da rotina diária dos docentes.

Palavras-chave: Literacia Acadêmica; Academia de Polícia Militar da Bahia; Biblioteca Universitária (BU).

Abstract

The use of digital tools as a means of communication in scientific activity has led to the emergence of new forms of production, development and dissemination of research. It should be noted that the General Norms of Action (NGA) of the Bahia Military Police Academy (APM/BA) whose purpose is to regulate the daily routine of students and PM officers from dawn, classroom procedures to the magazine the curfew that takes place at 9 pm, leads us to admit the hypothesis that this established routine can configure a factor that hinders the exercise of research and the improvement of Academic Literacy. Therefore, this work intends to answer the following question: what is the relevance of using a University Library to be used as an auxiliary resource in the investigation of Academic Literacy of the Training Course for Officers of the Military Police of Bahia? Thus, this article presented some theoretical reflections, through the deductive method, with descriptive research, using as research instruments the literature, bibliographic and documentary review in a study of the scenario from the application of a questionnaire through the Google Forms tool, in order to answer the question raised. Finally, based on the analysis of the questionnaire, it was considered that the importance of the library for academics resides, to a great extent, in providing information for the elaboration and theoretical foundation of academic works and that such a tool would contribute to the investigation and improvement of the scientific production given the scarcity of time arising from the teachers' daily routine.

¹ Doutoranda pela Universidade de Coimbra (2021), Mestra pela UNIFACS (2013). Salvador, Bahia, Brasil. Autora dos Livros: Manual de Metodologia Científica: Desmistificando o método (2013) e A Comunicação e Comunicação Organizacional: reflexões à atuação profissional (2021). E-mail: alcerqueira08@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3112-559X>. Submetido em: Set/2022. Aprovado em: Dez/2022.

Keywords: Academic Literacy; Bahia Military Police Academy; Digital tool; University Library.

1 INTRODUÇÃO

O processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua habilidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, processada e transmitida.

Nesta mesma linha de raciocínio, percebe-se que o uso da *web* como meio de comunicação da atividade científica tem proporcionado o surgimento de novas formas de produção e disseminação da informação, e o uso das mídias sociais tem proporcionado novas oportunidades, sobretudo para o compartilhamento de informação na atividade científica.

A literacia digital refere-se à capacidade de uma pessoa aceder, compreender, avaliar e utilizar a informação e a tecnologia de forma e responsável no ambiente digital. Isso inclui habilidades como navegar na internet, pesquisar e avaliar informações online, comunicar através de plataformas digitais, segurança online e privacidade de dados.

Destaca-se que na Academia de Polícia Militar da Bahia (APM/BA) existe um documento legal intitulado de “Normas Gerais de Ação (NGA)” que tem por finalidade regular a rotina diária dos Alunos-a-Oficial da APMBA desde o horário da alvorada, ou seja, ao acordar, dos **procedimentos em sala de aula ou outro local de instrução**, à revista do recolher que se dá às 21 horas, quando o Aluno-de-dia realiza a verificação de presença, fiscalização e orientação dos Alunos-a-Oficial de serviço, ao horário do pernoite, no horário de apagar as luzes e estabelecer o silêncio.

Segundo essa Norma, dentre outras atribuições, cada Aluno-a-Oficial também é responsável pela manutenção da limpeza, higiene e conservação da cama, dos armários, das cadeiras e quaisquer outros materiais que lhe forem destinados, além da limpeza dos alojamentos e arrumação dos beliches que deverá ser realizada logo após acordar. Atividades estas que são supervisionadas pelos alunos escalados no serviço interno.

Acerca da literacia acadêmica, capacidade de ler, escrever e pensar criticamente dentro de um contexto acadêmico, esta é concebida como sendo essencial para o sucesso na educação superior e é uma habilidade fundamental que os estudantes precisam desenvolver para ter sucesso em suas disciplinas. Isso inclui a compreensão das expectativas da comunidade acadêmica em relação à escrita, leitura e pesquisa, bem como o desenvolvimento de habilidades como a identificação de fontes confiáveis e a síntese de informações complexas.

Nesse contexto, a realização dessa pesquisa justificou-se por entender, não obstante ao cumprimento dessas atividades, a importância de dedicação ao estudo e produção científica à formação policial militar e que a rotina do Alunos-a-Oficial da Academia de Polícia Militar da Bahia muitas vezes impacta nessa produção.

Diante do exposto, objetivou-se com o presente artigo apresentar algumas reflexões, com base na revisão da literatura e da pesquisa descritiva, os resultados de um levantamento feito através de um questionário aplicado pela ferramenta digital *Google Forms* a respeito da relevância da utilização de uma Biblioteca Universitária (BU) na Polícia Militar da Bahia/Academia de Polícia Militar da Bahia, no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia, a fim de utilizar essas informações disponibilizadas nesse instrumento como recurso auxiliar à produção científica que subsidie os alunos do 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Bahia (CFOPM) na Literacia Acadêmica. De forma mais específica, pretendeu-se identificar a relevância dada pelos pesquisados acerca da relevância da utilização dessa ferramenta digital.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico é o caminho que é seguido para se alcançar um objetivo de pesquisa, incluindo as etapas que devem ser seguidas e as técnicas a serem utilizadas. Ele é um elemento essencial em qualquer projeto de pesquisa, pois permite que os pesquisadores planejem e organizem seu trabalho de forma sistemática, garantindo que todas as etapas do processo sejam conduzidas de maneira eficiente e rigorosa.

Ele é importante porque fornece uma estrutura clara para a pesquisa, permitindo que os pesquisadores possam coletar dados de forma consistente e analisá-los de maneira objetiva. Além disso, ajuda a garantir

a validade e confiabilidade dos resultados da pesquisa, uma vez que todas as etapas do processo foram seguidas corretamente.

Entre as etapas comuns do percurso metodológico estão a definição do problema de pesquisa, a revisão bibliográfica, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados. Cada etapa requer habilidades e técnicas específicas, que devem ser escolhidas com base na natureza da pesquisa e nos objetivos do estudo.

Quivy (2008), em seu livro *Manual de Investigação científica*, destaca que a definição de objetivos é fundamental para orientar a pesquisa e fornecer um propósito claro para o estudo. Os objetivos ajudam a delimitar o escopo da investigação, estabelecer as questões de pesquisa e determinar a direção do trabalho de pesquisa.

Para consecução do objetivo proposto, buscou-se apresentar considerações sobre Literacia Digital, Literacia Acadêmica e Biblioteca Universitária (BU), bases teóricas que permitiram situar o problema no âmbito da área da pesquisa proposta.

Admitiu-se como hipótese para melhorar o desempenho dos alunos na Literacia Acadêmica a utilização de Biblioteca Universitária (BU) para auxílio à produção científica que os subsidie nas pesquisas.

A pergunta de partida é o ponto de partida essencial para qualquer investigação científica, pois orienta todo o processo de pesquisa. Quivy enfatiza que a formulação adequada da pergunta é crucial para definir o escopo, os objetivos e a abordagem metodológica da pesquisa.

Em face ao objeto de estudo, foi formulada a seguinte questão: de que maneira a utilização de uma Biblioteca Universitária seria relevante como recurso auxiliar na investigação à produção científica que subsidie os alunos do 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Bahia (CFOPM) na pesquisa e, por conseguinte, na Literacia Acadêmica?

Para a consecução da proposta, o presente artigo pretendeu, por método dedutivo que, segundo Gil (2009, p.9 *apud* CERQUEIRA; SANTOS e SILVA, 2013, p.33), “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular”, expor de forma sucinta o tema abordado, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área em questão. Optou-se pela pesquisa descritiva, pois, segundo Sampieri; Collado; Lucio (2006, p.100), nela “o objetivo do pesquisador consiste em descrever situações, acontecimentos e feitos”.

Atendendo ao objetivo da pesquisa, o material foi analisado e sistematizado buscando manter a fundamentação teórica do artigo, com vistas a identificar a relevância de utilização de uma Biblioteca Universitária no citado curso de formação.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois se efetivou uma análise interpretativa, contextual e etnográfica (CERQUEIRA; SANTOS e SILVA, 2013, p.41), tratando-se de uma pesquisa não experimental e qualitativa, pois foi realizada uma análise interpretativa.

Quanto aos procedimentos de coleta e análise de dados, compreendeu a pesquisa bibliográfica, posto terem sido utilizados sites acadêmicos, a exemplo do *SciELO* com os seguintes filtros: Literária Digital e Literacia Acadêmica e Bibliotecas Universitárias (BU); livros impressos e digitais, a partir de estudos de Benavente (1996) que coordenou o trabalho “A literária em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica”; Buckingham (2015), através do seu trabalho “Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização”; Castells (1999), “A sociedade em rede”; Coelho (2018), versando sobre Letramento digital; Elicker (2021), também sobre “Literacia digital”; Corrêa (2020) que dissertou sobre “Literacia acadêmica em Bibliotecas Universitárias”; Pereira, Pinto e Moura (2015) que discorreu sobre os “Níveis de Literacia Midiática”, além de outros que escreveram ao longo do tempo como, por exemplo, REIS, Renato de Oliveira. *Biblioteca universitária: espaço de ensino, pesquisa e extensão*. 1995. Livro aborda a biblioteca universitária como espaço de aprendizagem e produção científica, destacando a importância da biblioteca no contexto universitário; GÓMEZ, Maria Néliida González de. *Bibliotecas universitárias: políticas e estratégias de gestão*. 2013. Livro discute as políticas e estratégias de gestão das bibliotecas universitárias, enfatizando a importância do papel das bibliotecas no contexto das instituições de ensino superior e; RIBEIRO, Ana Lúcia Ferreira. *Bibliotecas universitárias: reflexões para a construção de uma política de informação*. 2016. Este livro apresenta reflexões sobre a biblioteca universitária como espaço de construção de políticas de informação, abordando temas como acesso à informação, formação de usuários e tecnologia aplicada à biblioteca; além de aplicação de um questionário aplicado através da ferramenta digital *Google Forms* composto por 10 afirmações para que os respondentes assinalassem o grau de sua concordância quanto ao anunciado para análise da situação em questão.

A exposição dos objetivos da pesquisa foi realizada no decorrer das aulas, ocasião em que também foi solicitado aos alunos que respondessem ao questionário.

3 UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

As Normas Gerais de Ação (NGA) da Academia de Polícia Militar da Bahia têm por finalidade regular a rotina diária dos Alunos-a-Oficial da Polícia Militar da Bahia desde o horário da alvorada, ou seja, ao acordar, dos **procedimentos em sala de aula ou outro local de instrução**, a revista do recolher que se dá às 21 horas e no horário de apagar as luzes e silenciar que ocorre às 22h. Cada Aluno-a-Oficial, dentre outras atribuições, é responsável pela manutenção da limpeza, higiene e conservação da cama, dos armários, das cadeiras e quaisquer outros materiais que lhe forem destinados, além da limpeza dos alojamentos e arrumação dos beliches, o que deverá ser realizado logo após acordar, além das escalas no serviço interno. Por conta disso, entende-se que o aluno não dispõe de muito tempo para a leitura e pesquisa.

O processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua habilidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida, ficando patente que hoje vive-se num mundo digital construído através de um processo, cuja justificativa é a necessidade de ampliação da comunicação.

Castells (1999) abre as reflexões do seu livro “Sociedade em Rede” defendendo a ideia de que vivemos, nesta transição de milênio, uma revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação que começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado, abordando a questão da informação e das redes, sob pontos de vista distintos: culturais, econômicos, sociais e políticos. Contudo, para Castells (2003, p. 43, *apud* ELICKER *et al*, 2021, p. 13) nem a sociedade aponta o curso da alteração tecnológica, uma vez que fatores, inclusive criatividade e iniciativa ativa, intervêm no processo de inovação científica, tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado depende de um complexo padrão interativo.

A literacia digital é cada vez mais importante no mundo atual, pois a tecnologia e o uso da internet estão muito presentes em muitos aspectos das nossas vidas, como a educação, o trabalho, as relações sociais e o acesso à informação. Aqueles que não possuem uma adequada literacia digital podem encontrar-se em desvantagem e ter dificuldades para participar plenamente na sociedade atual.

É importante que as pessoas adquiram habilidades e conhecimentos em literacia digital para poderem beneficiar das oportunidades que o mundo digital oferece.

Atinente a questão do letramento, especificamente o digital, Coelho (2018) apresenta que este deve trazer o indivíduo como ponto de partida e o processo de apropriação de uma tecnologia ou de algum outro recurso midiático — o acesso — depende das estratégias forjadas pelos próprios sujeitos para fazer uso do material. Seja para o trabalho, ou para o lazer, ou para registro de experiências, ou para o estudo, ou para a expressão artística.

Ainda referindo-se à literacia digital, a sua universalidade é apontada como necessária no combate à infoexclusão, segundo (Robero *et al*, 2015, p. 52, *apud* OLIVEIRA & GIOCOMAZZO, 2017, pp. 153-174).

As TIC são hoje meios de desenvolvimento econômico, social, cultural e tecnológico, e como tal a literária digital deve ser universal, conciliando conteúdos teóricos e práticos que permitam avanços no exercício ativo e crítico da cidadania, uma vez que para combater a exclusão, qualquer que ela seja, é fundamental conhecer, refletir e participar e estas parecem ser necessidades transversais às diferentes gerações digitais.

A literacia digital refere-se à capacidade de uma pessoa utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) de forma efetiva e crítica e isso envolve habilidades para acessar, avaliar, utilizar e criar conteúdo digital, bem como a compreensão dos princípios subjacentes à tecnologia da informação. A Literacia Digital é considerada uma habilidade essencial para participar plenamente da sociedade atual, que é cada vez mais dependente da tecnologia e da comunicação digital.

Ratificando a importância de destacar que a literacia digital não se resume apenas ao uso de tecnologias digitais, mas também envolve a capacidade de avaliar criticamente informações *on-line* e entender como as tecnologias digitais podem afetar a sociedade, a economia e a cultura. Como tal, a literacia digital é uma habilidade em constante evolução que requer atualização e aprimoramento contínuos.

Nesse contexto, não menos importante citar a infoexclusão como sendo a exclusão de pessoas ou grupos sociais do acesso à informação e às Tecnologias de Informação e Comunicação. Essa exclusão pode ser causada por diversos fatores, como a falta de recursos financeiros ou de infraestrutura, a falta de habilidades e conhecimentos para usar as TIC, a falta de acesso a redes de comunicação, entre outros.

E nesse contexto, entende-se que a literacia digital pode ajudar a reduzir a infoexclusão, pois, ao capacitar as pessoas com habilidades para utilizar as TIC, elas podem ter acesso a informações, serviços e

oportunidades que antes não estavam disponíveis para elas. No entanto, é importante lembrar que a literária digital não é a solução para todos os problemas de exclusão digital, e que outras medidas também podem ser necessárias para garantir que todas as pessoas tenham acesso à tecnologia e à informação.

Ainda atinente ao tema, Kelman (1995, p. 19), entende letramento “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita como, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos”.

Pereira; Pinto & Moura (2015, p. 12), referindo-se à literatura que versa sobre a literacia para os media, dissertam se tratar do acesso, compreensão e avaliação de modo crítico, processamento e criação das comunicações.

Essa literacia é considerada uma habilidade fundamental na sociedade atual, onde a comunicação de massa é uma fonte importante de informação e entretenimento. Ao desenvolver a literacia para os media, as pessoas podem ser mais críticas e conscientes em relação ao conteúdo que consomem, o que pode ajudá-las a tomar decisões mais informadas e a se proteger contra a desinformação e a manipulação.

É particularmente importante para os usuários que estão expostos a uma grande quantidade de conteúdo dos media e podem ter dificuldade em discernir o que é verdadeiro e o que é falso.

Conforme entendimento de Goodson e Mangan (1996, *apud* BUCKINGHAM, 2010), a expressão letramento digital com frequência é mal definida, tanto em termos de seu objetivo geral quanto em termos do que implica. No uso contemporâneo, o letramento digital (ou computacional) com frequência equivale a um conjunto mínimo de capacidades que habilitem o usuário a operar com eficiência os *softwares*, ou a realizar tarefas básicas de recuperação de informações.

Alguns autores defendem que a utilização das tecnologias digitais é de extrema importância nos tempos atuais, contudo, para que haja eficiência e eficácia na sua utilização, é necessário que se desenvolva habilidades de leitura e escrita, conforme apresentado por Elicker (2021, p. 22) ao apontar que “O uso das tecnologias digitais é extremamente necessário, entretanto, para que seja eficiente no contexto diário, é preciso desenvolver habilidades e competências de uso.” Nesse mesmo diapasão, Buckingham (2010, p. 49) complementa que “o letramento digital é bem mais do que uma questão funcional de aprender a usar o computador e o teclado, ou fazer pesquisas na *web*, ainda que seja claro que é preciso começar com o básico”.

Em uma época em que há um volume exorbitante de informações de fácil acesso, o desafio é desenvolver a capacidade de selecionar, refletir e se situar a partir delas. (Coelho, 2018, p. 16).

A partir do surgimento do Estudo Nacional de Literacia, Benavente (1996, p. 13) apresentou o “conceito utilizado nos estudos canadenses em que [...] literária é entendida como as *capacidades de processamento da informação escrita na vida cotidiana*.” Entendendo-se que a importância da escrita está principalmente no desenvolvimento de novas habilidades, a exemplo de dominar as normas da língua portuguesa, redigir textos de diversos gêneros.

Versando sobre a literacia, essa é concebida como o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita, o que não pode ser medido pelo nível de domínio da norma culta. Na mesma linha de raciocínio, a Literacia Acadêmica refere-se ao domínio das práticas de leitura e escrita de textos científicos, configurando-se numa aptidão extremamente necessária para o sucesso universitário, o que pode ser medido através das avaliações orais e escritas.

Ainda atinente ao termo literacia, Morais (2013, p. 4) conceitua como um “conjunto das habilidades da leitura e da escrita (identificação das palavras escritas, conhecimento da ortografia das palavras, aplicação aos textos dos processos linguísticos e cognitivos de compreensão)”.

Benavente (1996, p. 22), no livro sob sua coordenação que versa sobre o Estudo Nacional de Literacia, cujo objeto da investigação é a análise dos níveis de literária da população portuguesa, disserta que “A análise extensiva da literária de uma população consiste na identificação da estrutura de distribuição social das competências de leitura, escrita e cálculo utilizadas na resolução de problemas da vida social, profissional e pessoal”. Soares (2010) apresenta que “O indivíduo que vive em estado de letramento é aquele que usa socialmente, a prática e responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita”.

Por sua vez, Odi & Viale (2013, *apud* CORRÊA & GARCÍA-QUISMONDO, não paginado), apresentam que “a palavra letramento remete às práticas e usos sociais da leitura e escrita eficientes e ao conjunto de competências que um indivíduo adquire e desenvolve com o fito de compor um conhecimento a partir dessas práticas e usos”.

Morais & Kolinsky (2016) distinguem entre três tipos de letrado, em função do que ele faz utilizando suas capacidades de leitura e escrita autônomas. O tipo de letrado mais frequente é o letrado simplesmente produtivo (ou reprodutivo), aquele que utiliza estas capacidades para adquirir conhecimento (pela leitura) e para comunicar informação (pela escrita).

Porém, há letrados que não são simplesmente (re) produtivos, mas que criam algo de novo a partir

das suas leituras e o fazem conhecer através da escrita. Entre estes letrados inovadores, inventivos, estão os letrados científicos, eles descobrem conhecimento e transmitem este novo conhecimento.

Finalmente, há o tipo de letrado (bem mais raro), que através das suas capacidades e atividades de literária consegue formular uma teoria, uma concepção geral no seio de um domínio ou cobrindo mais do que um domínio, que abre caminho para uma nova maneira de interpretar, conceitualizar, exprimir o mundo e nós próprios.

Acerca do letramento no ensino superior, Bezerra (2012, p. 247, *apud* CORRÊA & GARCÍA-QUISMONDO, não paginado) apresentam que diversos estudos sobre os letramentos no ensino superior, quer se voltem para cursos de graduação quer para a pós-graduação *lato e stricto sensu*, dão conta de que não é simples para os estudantes se apropriarem de novas práticas de leitura e escrita tão somente pelo fato de haverem sido promovidos a esses níveis de ensino.

Na literacia acadêmica, que pode ser definida como a capacidade de ler, escrever e pensar criticamente dentro de um contexto acadêmico, inclui-se a habilidade de compreender textos acadêmicos, realizar pesquisas de forma eficaz, apresentar argumentos bem fundamentados e comunicar ideias de forma clara e precisa.

A literacia acadêmica se refere à capacidade de uma pessoa de compreender, analisar e utilizar de forma eficaz textos e informações em um contexto acadêmico. Isso inclui habilidades como a leitura crítica, a escrita acadêmica, a compreensão e utilização de fontes de informação e a comunicação oral e escrita em um ambiente acadêmico.

A literacia acadêmica é essencial para o sucesso dos estudantes no ensino superior, pois eles serão frequentemente solicitados a ler textos acadêmicos complexos, compreender e aplicar conceitos teóricos e comunicar de forma eficaz em diferentes formatos, como ensaios, artigos e apresentações.

Além disso, a literacia acadêmica também é importante para os pesquisadores e acadêmicos em geral, pois eles precisam ser capazes de ler e compreender textos complexos, avaliar fontes de informação e comunicar suas descobertas de forma clara e precisa para o público acadêmico.

Desenvolver habilidades em literacia acadêmica requer prática e treinamento, e muitas instituições de ensino superior oferecem programas de apoio para ajudar os estudantes a aprimorar suas habilidades de leitura, escrita e comunicação em um contexto acadêmico.

Além disso, a literacia acadêmica também pode ajudar os alunos a se tornarem cidadãos mais informados e críticos, permitindo que avaliem argumentos de forma mais eficaz e compreendam melhor os problemas complexos que enfrentamos na sociedade.

Em resumo, a literacia acadêmica é uma habilidade fundamental que permite que os indivíduos tenham sucesso na educação e contribuam de forma significativa para a sociedade como um todo.

Genericamente, as bibliotecas têm por finalidade a preservação e o armazenamento dos mais variados tipos de informações, voltadas para suprir as necessidades dos usuários, através do estudo, leitura e da pesquisa.

Seguindo o processo de mudança, sobretudo referente à inovação tecnológica, as bibliotecas vêm se adaptando ao dinamismo social. Ou seja, as Bibliotecas Universitárias tornaram-se espaços diferenciados para atender a necessidades de estudo e pesquisa, configurando-se numa ferramenta digital que reúne desde os periódicos e acervos de obras de referencial teórico.

Referente ao surgimento das Bibliotecas Universitárias, Maxwell (2011) apresenta que estas surgiram na Idade Moderna, juntamente com a formação das universidades, com o intuito de satisfazer as necessidades educacionais, culturais, científicas e tecnológicas da comunidade acadêmica e instituições em que estão inseridas e tem como objetivo estimular o hábito de estudos nos universitários.

A partir da proposição deste trabalho, destaca-se pesquisa realizada por Corrêa & García-Quismondo (2020) que desenvolveram um estudo exploratório e descritivo sobre Literária Acadêmica em Bibliotecas Universitárias (BU), visando a discutir as possibilidades de atuação das Bibliotecas Universitárias no desenvolvimento de habilidades necessárias ao sucesso da comunidade acadêmica, defendendo a ideia que a Biblioteca Universitária pode transformar-se em centros dinâmicos para o desenvolvimento de habilidades múltiplas necessárias ao sucesso da jornada universitária, conceituando como sendo “o conjunto dessas habilidades como literária acadêmica”.

O livro “Bibliotecas Universitárias: políticas e estratégias de gestão”, de autoria de Maria Nélide González de Gómez e publicado em 2013, aborda a importância do papel das Bibliotecas Universitárias no contexto das instituições de ensino superior. A autora discute as políticas e estratégias de gestão necessárias para garantir a eficiência das bibliotecas, enfatizando a relevância da adoção de medidas que possibilitem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Ao longo do livro, a autora destaca os principais desafios enfrentados pelas Bibliotecas Universitárias, como a adaptação às mudanças tecnológicas e a necessidade de inovação. Além disso,

Maria Nélide González de Gómez defende a importância da formação de usuários e da capacitação dos profissionais que atuam nas Bibliotecas Universitárias.

Por meio de uma análise crítica das políticas e estratégias de gestão adotadas pelas bibliotecas universitárias, o livro busca contribuir para o fortalecimento dessas instituições e para o seu papel como espaços de produção e disseminação do conhecimento.

Destaca-se que as Bibliotecas Universitárias são fundamentais para o ensino superior, pois oferecem uma ampla variedade de recursos que auxiliam no aprendizado, na pesquisa e na formação acadêmica dos estudantes. Dentre as principais contribuições que as BUs proporcionaram, podemos destacar: o acesso à informação, disponibilizando uma ampla variedade de materiais, como livros, periódicos, teses, dissertações, *e-books*, vídeos, entre outros; suporte à pesquisa, por meio de orientação e treinamento sobre como utilizar as fontes de informação e como acessar as bases de dados; promoção e incentivo à leitura, posto disponibilizarem um vasto acervo de livros, revistas e periódicos e; formação de competências como, por exemplo, a capacidade de buscar e avaliar informações, aprimorar a sua escrita e comunicação, e desenvolver habilidades críticas e analíticas.

Em complemento ao que foi exposto, entende-se que o acesso às Bibliotecas Universitárias pode ser justificado, sobretudo, por sua função de apoio ao ensino, pesquisa e extensão das universidades como facilitadora ao acesso às informações e por configurar-se como ferramenta auxiliar à pesquisas, posto disponibilizar de forma organizada e sistematizada a afluência à informação e, conseqüentemente, ao conhecimento.

Uma Biblioteca Universitária é uma biblioteca que faz parte de uma universidade e tem como objetivo fornecer recursos e serviços de informação para apoiar o ensino, a aprendizagem e a pesquisa da comunidade universitária.

Essas Bibliotecas geralmente possuem uma ampla coleção de materiais impressos e eletrônicos, incluindo livros, periódicos, dissertações, teses, artigos de revistas, trabalhos acadêmicos e materiais multimídia, como CDs, DVDs e outros formatos de mídia digital.

Uma Biblioteca Universitária (*on-line*) é uma biblioteca virtual que disponibiliza recursos e serviços de informação através da internet. Essas bibliotecas oferecem acesso a uma ampla variedade de materiais, incluindo livros, periódicos, dissertações, teses, artigos de revistas e materiais multimídia em formato digital.

As BUs (online) geralmente possuem interfaces de pesquisa avançadas que permitem aos usuários pesquisar e encontrar rapidamente os materiais de que precisam. Elas também podem oferecer serviços de empréstimo de livros eletrônicos, acesso a bases de dados acadêmicas e outras ferramentas de pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No livro Manual de Investigação em Ciências Sociais (2008), Raymond Quivy destaca que a análise das informações coletadas é um estágio crucial da pesquisa, pois permite ao pesquisador explorar, interpretar e compreender os dados em relação às questões de pesquisa e aos objetivos do estudo.

Nesta seção foi realizada a apresentação e análise dos dados coletados acerca da percepção de 44 (quarenta e quatro) alunos do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Bahia (CFOPM/APMBA), sendo 22 (vinte e dois) respondentes da turma C e 22 pertencentes à turma D, 2º semestre, ano 2022, acerca da relevância da utilização de ferramenta digital, especificamente uma Biblioteca Universitária, através de um questionário composto por 10 questões de múltipla escolha, aplicado através da ferramenta digital *Google Forms*.

Destaca-se que os dados levantados foram embasados na revisão de literatura e a análise inicial gerou em torno da percepção que o aluno tem referente à importância da utilização de uma Biblioteca Universitária à pesquisa científica e à literária acadêmica.

A Biblioteca Universitária é uma fonte importante de informação e recursos para a pesquisa científica. Ela oferece acesso a uma ampla gama de materiais de referência, incluindo livros, periódicos científicos, artigos, teses, dissertações e outros recursos de pesquisa.

Tomando por base o previsto nas Normas Gerais de Ação (NGA) da Academia de Polícia Militar da Bahia, os docentes foram questionados sobre o tempo destinado às leituras e pesquisas acadêmicas. Nesse quesito, as respostas mais frequentes foram: 75% dos entrevistados respondeu que dispõe de 2 horas diárias e 25 % dos entrevistados respondeu que a atividade fica a critério do aluno.

Ainda tendo como base as Normas Gerais de Ação (NGA) da Academia de Polícia Militar da Bahia, inquiriu-se acerca da qualidade do tempo destinado às práticas de leituras e pesquisas acadêmicas.

Após análise, a distribuição das respostas foram assim distribuídas: 6,25% respondeu serem satisfatórios e 93,75% respondeu serem insuficientes. Ou seja, a maioria dos respondentes entende como insuficiente o tempo disponível à leitura.

Acerca das dificuldades que os discentes encontram à prática da pesquisa científica, notadamente em relação ao tempo ou local, ou que não havia dificuldade, obtendo-se as seguintes respostas: 96,88% dos entrevistados respondeu que era o tempo; 3,13% dos entrevistados respondeu que era o local. Nesse caso, ratifica-se a hipótese que a falta de tempo impacta no desenvolvimento da Literacia Acadêmica.

Baseado na hipótese apresentada, questionou-se acerca das contribuições do uso de ferramenta digital para a pesquisa, onde obteve-se o seguinte resultado: 93,75% entende como sendo muito relevante e 6,25% entende como relevante.

Acerca da Literacia acadêmica, quando questionados sobre a importância do domínio das práticas de leitura e escrita de textos científicos, visando o desenvolvimento da produção científica, 100% respondeu que sim, acreditava na importância dessa prática acadêmica.

Em seguida, foram questionados se se consideravam leitores que utilizavam a leitura para adquirir conhecimento; se são do tipo que criam a partir de suas leituras ou; se se consideram leitores que conseguem formular uma teoria, uma concepção no seio de um domínio, obtendo-se as seguintes respostas: 96,88% afirmou que se considera um leitor que utiliza a leitura para adquirir conhecimento; % afirmou que se considera um tipo de leitor que cria a partir de suas leituras e 3,13% afirmou que se considera leitor que consegue formular uma teoria, uma concepção no seio de um domínio, destacando-se, nesse quesito, a importância apresentada pelos alunos da prática da leitura para aquisição de conhecimento.

Dando continuidade, a fim de ratificar a questão anterior, notadamente de saber a relevância da pesquisa científica para esses alunos, obteve-se o resultando em 87,50% entende como sendo muito relevante e 12,50% entende como sendo relevante.

Os alunos também foram questionados acerca do acesso a uma Biblioteca Universitária, onde 81,25% respondeu que sim, já havia acessado, enquanto que 18,75% respondeu que não, nunca acessou.

Na sequência, foram questionados acerca da relevância de acesso a Biblioteca Universitária, que fosse dotada dos principais sites acadêmicos para pesquisa científica, resultando em 81,25% dos questionados apontando como sendo muito relevante; em 18,75% referindo-se como relevante, o que ratifica a importância atribuída pelos alunos à essa ferramenta digital à qualidade da produção científica e, conseqüentemente, à Literacia Acadêmica no curso em questão.

Constatou-se que a utilização da Biblioteca Universitária (BU) *on-line* é essencial para a pesquisa científica de alta qualidade. Ela oferece acesso a recursos de informação, apoio à pesquisa, colaboração interdisciplinar e preservação do conhecimento, tornando-se uma ferramenta fundamental para o sucesso dos pesquisadores.

5 CONSIDERAÇÕES

Com base na revisão de literatura e pesquisa aplicada, este artigo visou apresentar algumas reflexões teóricas sobre a percepção dos Alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar da Bahia (CFO/PMBA), 1º ano, turmas C e D, acerca da relevância da utilização de uma Biblioteca Universitária *on-line* com ferramenta auxiliar à Literacia Acadêmica.

Para tanto, apresentou-se que as Normas Gerais de Ação (NGA) da Academia de Polícia Militar da Bahia que tem por finalidade regular a rotina diária dos Alunos-a-Oficial da PMBA e suas responsabilidades que vai desde o horário da alvorada, ou seja, ao acordar, dos **procedimentos em sala de aula ou outro local de instrução**, à revista do recolher que se dá às 21 horas, quando o Aluno-de-Dia realiza verificação de presença, fiscalização e orientação dos Alunos-a-Oficial de serviço, ao horário do pernoite, no horário de apagar as luzes e dormir e/ou silenciar, pode interferir no desenvolvimento à Literacia Acadêmica.

Em resumo, ratificou-se que a literacia acadêmica é uma habilidade fundamental para o sucesso dos estudantes na academia, pois lhes permite compreender melhor os textos acadêmicos, desenvolver habilidades de leitura crítica, realizar pesquisas eficazes e escrever textos acadêmicos de alta qualidade.

Ratificou-se que as Bibliotecas Universitárias (Bus) exercem um papel fundamental no ensino superior, proporcionando aos alunos o acesso a informações e recursos que criaram para o desenvolvimento acadêmico e pessoal. Elas são um espaço para o estudo, a pesquisa, a troca de ideias e o desenvolvimento de competências importantes para o mercado de trabalho para a vida profissional, social e acadêmica.

As BUs (online) são importantes para atender as necessidades de estudantes, pesquisadores e professores que precisam de acesso a materiais de pesquisa e informação, independentemente da sua

localização geográfica. Isso é particularmente importante em situações em que o acesso físico à biblioteca não é possível ou mais difícil.

A partir da revisão de literatura e pesquisa aplicada, constatou-se que os discentes do 1º ano, 2º semestre, turmas C e D, ano de 2022 do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Bahia, concebem como de grande relevância a utilização de uma Biblioteca Universitária (BU) *on-line* como ferramenta de apoio ao ensino e pesquisa, à Literacia Acadêmica, posto facilitar o acesso à informações, sobretudo pela falta de tempo advindo da rotina diária regulamentada na NGA.

Por fim, reforçou-se a ideia de que Bibliotecas Universitárias são fundamentais à promoção da Literacia Acadêmica, pois fornecem acesso a uma ampla variedade de recursos de informação, oferecem treinamento em literacia informacional, assistência técnica, espaços de estudo e colaboração, além de serviços de intercâmbio com outras bibliotecas. Todos esses recursos e serviços são essenciais para que os estudantes, professores e pesquisadores possam realizar estudos acadêmicos de alta qualidade e promover a pesquisa e a produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

BENAVENTE, Ana (Coordenadora); ROSA, Alexandre; COSTA, António Firmino da e ÁVILA, Patrícia. **A literária em Portugal**: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica. Fundação Calouste Gulbenkian/Conselho Nacional de Educação. Lisboa, 1996.

BUCKINGHAM, David. Cultura digital, educação midiática e o lugar da escolarização. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v.35, n.3, 2010. p.37-58. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/13077/10270>. Acesso em: 20 maio de 2022.

CERQUEIRA, Antonia Lílian Santana de.; SANTOS, Dilson Antonio Rosário dos. ; SILVA, Deraldo Antônio Moraes da. **Manual de Metodologia Científica**: Desmistificando o Método, Ed. Artset. BA, 2013. 129p.

CASTEL, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer; atualizado para 6ª edição: Jussara Simões – A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COELHO, Mozart Aubert Nascimento. **Letramento digital**: novas perspectivas para a prática cidadã. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS II. Grau Zero — Revista de Crítica Cultural, v. 6, n. 2, 2018 | 17. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/6094>. Acessado em: 18-05-2022.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; GARCÍA-QUISMONDO, Miguel Ángel Marzal. **Artigo**. Literacia acadêmica em Bibliotecas Universitárias. Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 25, pp. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2019.e70249>. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14763386026/html>. Acessado em: 31-05-2022.

ELICKER, Ana; Barbosa, Débora; BATTISTELLO, Viviane (Organizadoras). **Literacia digital: diversidade e inclusão em sala de aula.** – 1.^a ed. – porto Alegre: CirKula, 2021. 207 p.: il. – (coleção Literacia Digital, v. 2).

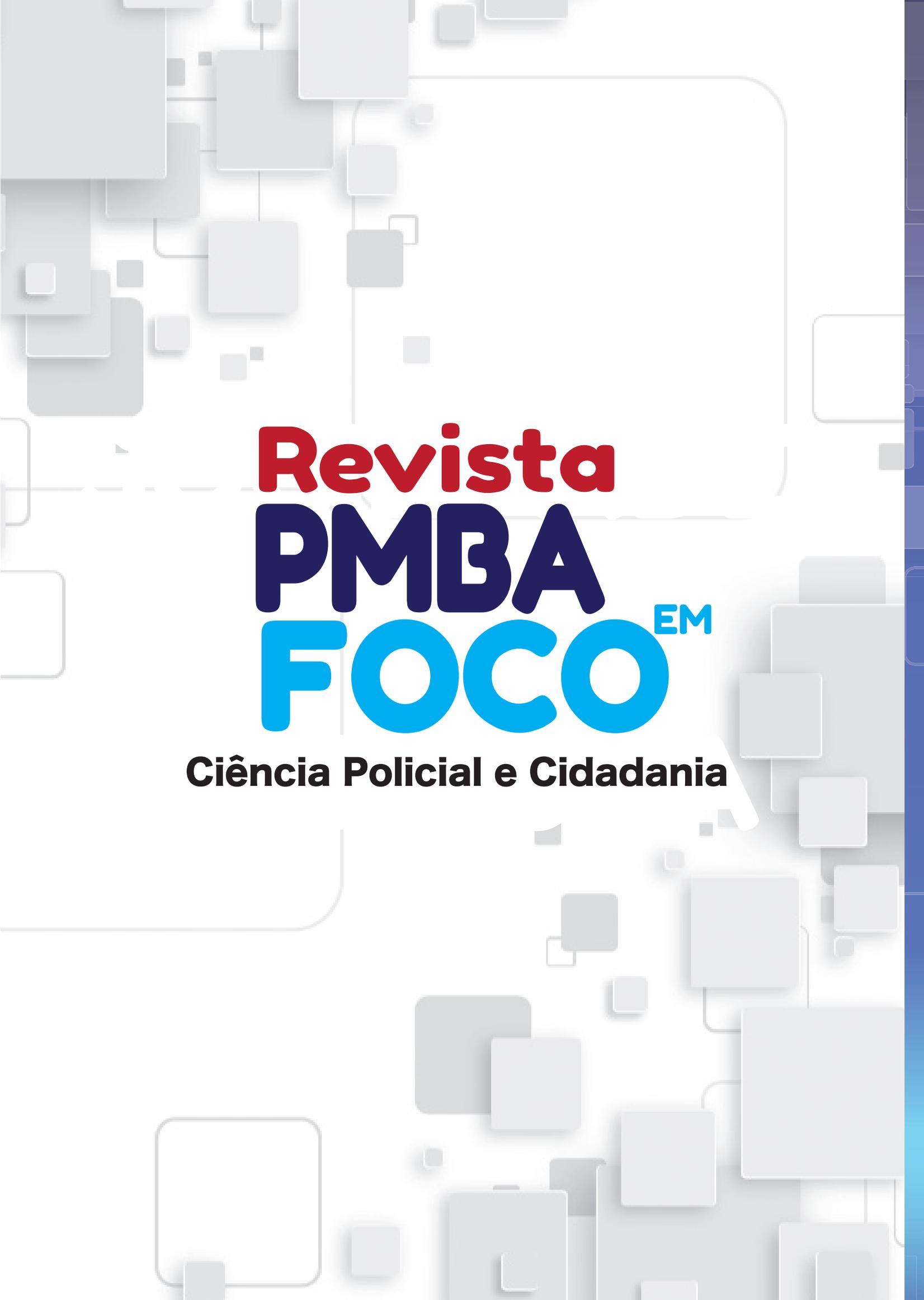
GÓMEZ, Maria Nélide Gonzales de. **Bibliotecas Universitárias: políticas e estratégias de gestão.** Brasília, DF: Briquet de Lemos?Livros, 2013. 160 pp. ISBN 9788574194554.

KLEIMAN, A. B. **Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola.** In: Kleiman, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita.** Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 15-61.

MAXWELL. **A biblioteca Universitária.** Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19211/19211_5. PUC-Rio- Certificação digital nº 0821848/CA. Acessado em 22-06-2022.

MORAIS, José; Kolinsky, Régine. **Artigo.** Literacia científica: leitura e produção de textos científicos. Dossiê - Leitura e Produção de Texto • Educ. rev. (62) • Oct-Dec 2016 • <https://doi.org/10.1590/0104-4060.48025>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/TmTWQKJc88Sv3htgPfvXSVb>. Acessado em: 31-05-2022.

PEREIRA, Sara; PINTO, Manuel; Moura, Pedro. **Níveis de Literacia Midiática: Estudo Exploratório com Jovens do 12º ano.** **E-Book**, 144 pp. Editora CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Universidade do Minho, Braga – Portugal. 2015.



Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

The background features a complex, abstract pattern of overlapping squares and lines in various shades of blue and purple. The squares vary in size and opacity, creating a sense of depth and movement. The lines are thin and connect the squares, forming a network-like structure. The overall effect is a modern, digital aesthetic.

DIREITO

O CONECTÁRIO DA BUSCA PESSOAL: conceito e os limites da fundada suspeita.*THE CONSEQUENTIAL OF PERSONAL SEARCH: the concept and limits of founded suspects.*Francisco José Moreira Machado Junior ¹**Resumo**

Este artigo visa elucidar o significado da expressão “fundada suspeita” prevista no Código de Processo Penal como requisito da busca pessoal e desvendar os limites da abordagem policial sob o prisma dos direitos fundamentais na ótica do agente de segurança pública. Além disso, também busca dirimir as consequências de uma abordagem feita aos arrepios da legislação, informar ao agente policial os requisitos de uma abordagem fundamentada e conscientizar a sociedade civil sobre a importância desse método preventivo de combate à criminalidade. Para a consecução do objetivo proposto, o artigo utilizou o método dedutivo e a pesquisa descritiva. No momento da coleta dos dados, optou-se pela pesquisa transversal. Tratou-se de uma pesquisa não-experimental. O instrumento da pesquisa utilizado foi a pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Fundada suspeita; Código de Processo Penal; Segurança Pública.

Abstract

This article aims to elucidate the meaning of the expression “founded suspicion” provided for in the Criminal Procedure Code as a requirement of personal search and to unveil the limits of the police approach from the perspective of fundamental rights from the perspective of the public security agent. In addition, it also seeks to resolve the consequences of an approach made contrary to the legislation, inform the police officer of the requirements of a reasoned approach and make civil society aware of the importance of this preventive method of combating crime. To achieve the proposed objective, the article used the deductive method and descriptive research. At the time of data collection, cross-sectional research was been chosen. It was a non-experimental research. The research instrument used was bibliographic research, of a qualitative nature.

Keywords: Founded suspicion; Code of Criminal Procedure; Public security.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a conceituar a expressão “fundada suspeita” e interpretar a revista íntima do Código de Processo Penal à luz da visão agente de segurança pública a fim de que as abordagens sejam feitas sem que isso desague em abusos de poder tampouco enfraqueça a autoridade dos órgãos de controle social.

Sabe-se que, após recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, em maio de 2022, afirmando que é ilegal a busca pessoal realizada sem mandado judicial e apenas com fundamento em critérios subjetivos¹, efervesceram-se as discussões acerca do real conceito da fundada suspeita. No entanto, nota-se que esse é o entendimento exarado pela jurisprudência e doutrina jurídica brasileira desde o início do século XXI e, de modo algum, se interpretado à luz da Constituição Federal, tornará ilegítima a discricionariedade policial militar nas abordagens.

¹ Bacharel em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Aluno-a-Oficial PM, Polícia Militar da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/7307328281437360> E-mail: fjmmjunior@hotmail.com. Submetido em: Out/2022. Aprovado em: Dez/2022. Publicado em: Dez/2022 .

O presente artigo valeu-se do método dedutivo que, segundo Gil (2009, p.9 *apud* CERQUEIRA; SANTOS; SILVA 2013, p.33), “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular”, expor de forma sucinta o tema abordado, considerando que esta abordagem proporciona resultados significativos na área em questão. Optou-se pela pesquisa descritiva, pois, segundo Sampieri; Collado; Lucio (2006, p.100), nela “o objetivo do pesquisador consiste em descrever situações, acontecimentos e feitos”.

Os instrumentos da pesquisa utilizados compreendem a pesquisa bibliográfica, posto que foram utilizados livros, revistas e trabalhos acadêmicos; bem como que a pesquisa documental, para levantamento da situação em questão.

Quanto ao momento da coleta dos dados, tratou-se de uma pesquisa transversal, posto os dados, segundo Sampieri; Collado; Lucio (2006, *apud* CERQUEIRA; SANTOS; SILVA, 2013, p. 38) terem sido coletados em um momento único.

Por fim, quanto ao enfoque, foi realizada uma pesquisa qualitativa, pois se efetivou uma análise interpretativa, contextual e etnográfica (CERQUEIRA; SANTOS; SILVA, 2013, p.41).

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 O CONCEITO DA BUSCA PESSOAL: CONSTRANGIMENTO OU SEGURANÇA?

A busca pessoal, conforme Maria Carolina Ramos, consiste na realização de uma revista íntima no corpo de um sujeito por um policial a fim de encontrar algum objeto que comprove a conduta criminosa daquele agente (RAMOS, 2019)². Com isso, a autora assevera ainda que a abordagem policial, por si só, já traz um constrangimento ao indivíduo tendo em vista que a pessoa submete a sua intimidade corporal ao policial.

Como se sabe, a intimidade é um direito fundamental e somente poderá ser restringida se, em confronto com outro direito fundamental, vier a sucumbir no caso concreto. Esse é o fundamento que valida a busca pessoal prevista no art. 244 do Código de Processo Penal como válida perante a Constituição Federal. Assim sendo, quando o policial submete uma pessoa à abordagem corporal, ele sopesa os direitos à intimidade e à segurança pública, fazendo aquele sucumbir perante esse. No entanto, essa escolha pelo agente de segurança pública não pode ser indiscriminada e sem fundamento.

É justamente em tal caso que surgem diversas discussões na sociedade em volta da busca pessoal. Se, por um lado, parte das pessoas dizem que a abordagem policial baseada no tirocínio do agente é ilegal por violar a essência do direito à intimidade; outra parte da população afirma que a revista corporal é uma estratégia preventiva dos órgãos de controle social no combate à criminalidade.

Por isso, embora o entendimento majoritário dos tribunais superiores seja pela ilegalidade da busca fundamentada exclusivamente em critérios subjetivos, não se pode dizer que a experiência policial apurada deve ser totalmente descartada. De acordo com Gustavo Veras, o tirocínio do agente de segurança pública, que é o discernimento psicológico de entender que algo não está certo, sempre trouxe bons resultados aos órgãos policiais no combate ao crime, e não deve ser rechaçado (VERAS, 2011)³.

Dessa forma, a solução para essa discussão está, primeiramente, no trabalho de política criminal dos órgãos de controle a fim de conscientizar a sociedade de que a abordagem policial visa à manutenção da ordem pública, sendo um constrangimento tolerável, e não um vexame contra o qual não há exceções. Para além disso, o agente policial também precisa saber que a busca pessoal não deve ser feita de maneira indiscriminada, tendo em vista que, posto que tolerável, constitui um constrangimento, devendo, portanto, o executor da busca se ater aos requisitos previstos no próprio Código de Processo Penal e, sobretudo, aos direitos fundamentais ponderados em cada situação fática para que não se cometam injustiças.

2.2 CONCEITO DE FUNDADA SUSPEITA

O Código de Processo Penal afirma que a busca pessoal independerá de mandado, no caso, por exemplo, de fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito:

Art. 244. A busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver

fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, ou quando a medida for determinada no curso de busca domiciliar (BRASIL, 1941).⁴

Nesse ínterim, o cerne da busca pessoal está na expressão “fundada suspeita”, cujo conceito é vago e denota insegurança jurídica não somente à sociedade, mas também ao agente de segurança pública que precisa justificar as revistas íntimas realizadas conforme essa norma processual penal em aberto. Com isso, a doutrina e a jurisprudência encontram enormes barreiras para definir essa expressão sem que isso deságue em um esvaziamento da atividade policial ou em uma carta branca para abordagens indiscriminadas.

Para tentar solucionar essa celeuma, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao conceituar a “fundada suspeita”, utilizou-se do Minidicionário da Língua Portuguesa de Antônio Augusto Amora, no qual ele afirma:

A definição literal da palavra suspeita, segundo o dicionário, é o mesmo que conjectura, desconfiança mais ou menos fundada, suposição, suspeição. O dicionário já traz a suspeita como uma desconfiança com certo grau de fundamento, o que nos faz ter uma ideia de que em toda suspeita, existe um fundamento (...) (AMORA, 2009)⁵.

Nesse diapasão, o STF, desde o HC 81.305/GO, no ano de 2002, assevera que a fundada suspeita não pode se basear em aspectos unicamente subjetivos⁶. Diante disso, não há nenhuma novidade no fato de que o policial, ao realizar uma abordagem no corpo de uma pessoa, deve se ater, no mínimo, a critérios objetivos que caracterizem uma fundada suspeita como denúncia de vítimas ou testemunhas. Por esse motivo, a decisão recente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no âmbito do RHC 158.580/BA sobre a ilegalidade da busca pessoal balizada apenas em aspectos subjetivos somente fez ratificar a já existente posição dos Tribunais Superiores acerca do tema desde o início do século XXI.

No entanto, é salutar afirmar que os conceitos de “fundada suspeita” e “certeza” não se confundem. O agente de segurança pública, ao revistar o corpo de alguém, não precisa ter a certeza de que aquela pessoa esteja praticando uma infração penal. Conforme Gustavo Badaró, em seu livro sobre Processo Penal, enquanto que a primeira expressão informa uma desconfiança com fundamento, a segunda traz exatidão. Ora, a certeza da prática de um crime não é requisito da busca pessoal, basta a mera suspeição fundada. (BADARÓ, 2009).⁷

Além disso, não se deve desprezar o tirocínio policial – ou melhor, os aspectos subjetivos. A atividade policial é técnica, baseada na ciência e o agente de segurança pública tem uma rotina que o permite entender os comportamentos que tornam uma pessoa suspeita da prática de um delito. Logo, ao aspecto objetivo, imprescindível requisito à busca pessoal, alia-se a experiência técnica de quem labuta diariamente no combate à criminalidade.

Nesse contexto, muito embora os Tribunais Superiores entendam que a intuição policial por si só não pode fundamentar uma busca pessoal, isso não quer dizer que o tirocínio do agente de segurança pública deve ser totalmente desprezado na análise probatória. Ao revés disso, o que é rechaçado pelo STJ no RHC 158.580/BA é o chamado *fishing expedition* ou pesca probatória que significa uma “carta branca” para que os policiais militares façam abordagens indiscriminadas a fim de encontrar algum criminoso “na sorte”. Em verdade, a experiência do policial que trava uma luta diuturna contra a criminalidade sistêmica deve ser extremamente valorizada para que, ao corroborar com os aspectos objetivos, tragam uma maior segurança na seletividade das pessoas que serão abordadas.

Vê-se, portanto, que a fundada suspeita significa uma desconfiança com fundamento. Para os tribunais superiores, a fundada suspeita tem que ser baseada em aspectos objetivos, não devendo se limitar tão somente à intuição policial. No entanto, não se deve olvidar de que a experiência do agente de segurança pública é salutar para que os aspectos objetivos sejam notados. Por isso, cabe ao policial saber aliar os critérios da fundada suspeita para selecionar as prováveis pessoas a serem abordadas, a fim de que isso não deságue em abuso de autoridade, mas também compete aos tribunais e à sociedade entenderem que a busca pessoal constitui um marco na prevenção de delitos e a experiência do policial militar é indispensável na execução da atividade de segurança pública.

2.3 CONSEQUÊNCIAS DE UMA BUSCA PESSOAL IRREGULAR

Por fim, caso a revista íntima seja realizada aos arrepios da legislação processual penal e em desconformidade com a Constituição Federal, pode trazer consequências indesejadas ao abordado, ao

policial e, inclusive, ao flagrante executado em decorrência da abordagem.

Em relação ao abordado, o direito à intimidade é previsto no art. 5º, X, da Constituição Federal: “X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;” (BRASIL, 1988)⁸

Nesse caso, se uma busca pessoal for realizada em desconformidade com o conceito de fundada suspeita, poderá ensejar, ao abordado, grave violação à sua intimidade e à sua honra. Com isso, o sujeito, vítima de uma abordagem irregular, terá o direito ao possível dano material ou moral assegurado de acordo com o mandamento constitucional.

Em segundo plano, o agente de segurança pública violador da intimidade de outrem, além de ser alcançado civilmente pelo dano material ou moral causado ao abordado via ação de regresso pelo Estado, também pode ser alcançado administrativamente pela própria instituição caso haja violação de alguma normativa do órgão. Todavia, insta salientar que, não obstante seja bastante difundida essa ideia, não constitui crime de Abuso de Autoridade uma busca pessoal realizada exclusivamente em aspectos subjetivos por conta da falta de tipificação dessa conduta na Lei 13.869/19. Nesse caso, parece ser mais razoável e proporcional a não responsabilização criminal do agente policial que realiza uma busca pessoal visualizando apenas o seu tirocínio.

Em última análise, a consequência mais desastrosa está na ilegalidade do auto de prisão em flagrante lavrado. Segundo entendimento dos tribunais superiores nos julgados já citados, é ilegal a prisão em flagrante realizada por meio de uma busca pessoal irregular além de todas as provas que dela derivem.

Por esse motivo, o policial deve se atentar aos requisitos da fundada suspeita para que isso não deságue na liberdade, em audiência de custódia, de um criminoso que deveria estar privado de sua liberdade em virtude da infração penal cometida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dito isso, deve-se entender a busca pessoal como a realização de uma revista íntima no corpo de um sujeito por um policial, a fim de encontrar algum objeto que comprove uma conduta criminosa. Por isso, coloca em ponderação os direitos fundamentais à intimidade e à segurança pública que devem ser sopesados pelos policiais que executam a abordagem, conforme os requisitos previstos no art. 244 do Código de Processo Penal.

Um desses requisitos é a fundada suspeita que valida a busca pessoal sem mandado judicial. Como fora exarado, a fundada suspeita não pode ser baseada exclusivamente em critérios subjetivos, mas em critérios objetivos. No entanto, isso não quer dizer que o tirocínio policial deva ser deixado de lado. Ao revés disso, a experiência de pessoas que labutam na segurança pública é essencial na percepção dos critérios objetivos. Nesse ponto, a fundada suspeita plena é aquela que consegue aliar o tirocínio policial e os fundamentos objetivos de uma suspeição.

Por derradeiro, uma busca pessoal ilegal pode trazer consequências negativas não somente ao abordado, mas também ao agente policial que a executou e, inclusive, ao flagrante lavrado em decorrência da abordagem irregular.

Vê-se, portanto, que esse tema deve ser debatido com todas as partes envolvidas na busca pessoal, para que o conceito e os requisitos da abordagem não sejam interpretados a ponto de desaguar em um abuso de poder pelos agentes de segurança, muito menos no esvaziamento da atividade policial preventiva.

REFERÊNCIAS

STJ, 6ª Turma, **RHC 180.580/BA**, Rel. Min. Rogério Schietti, DJ 20/04/2022 p. 50.

² RAMOS, Maria Carolina. **Busca Pessoal do Código de Processo Penal**. Canal Ciências Criminais, [S. l.], p. 1, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/678241932/busca-pessoal-do-codigo-de-processo-penal>. Acesso em: 18 maio 2022;

³ VERAS, Gustavo. **O velho tirocínio policial ainda sobrevive**. Nova Criminologia, [S. l.], p. 1, 24 ago. 2011. Disponível em: <https://nova-criminologia.jusbrasil.com.br/noticias/2667267/o-velho-tirocinio-policial-ainda-sobrevive>. Acesso em: 18 maio 2022.

⁴ BRASIL. **Decreto-Lei nº 3689**, de 03 de outubro 1941. Código de Processo Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em 17 de maio 2022;

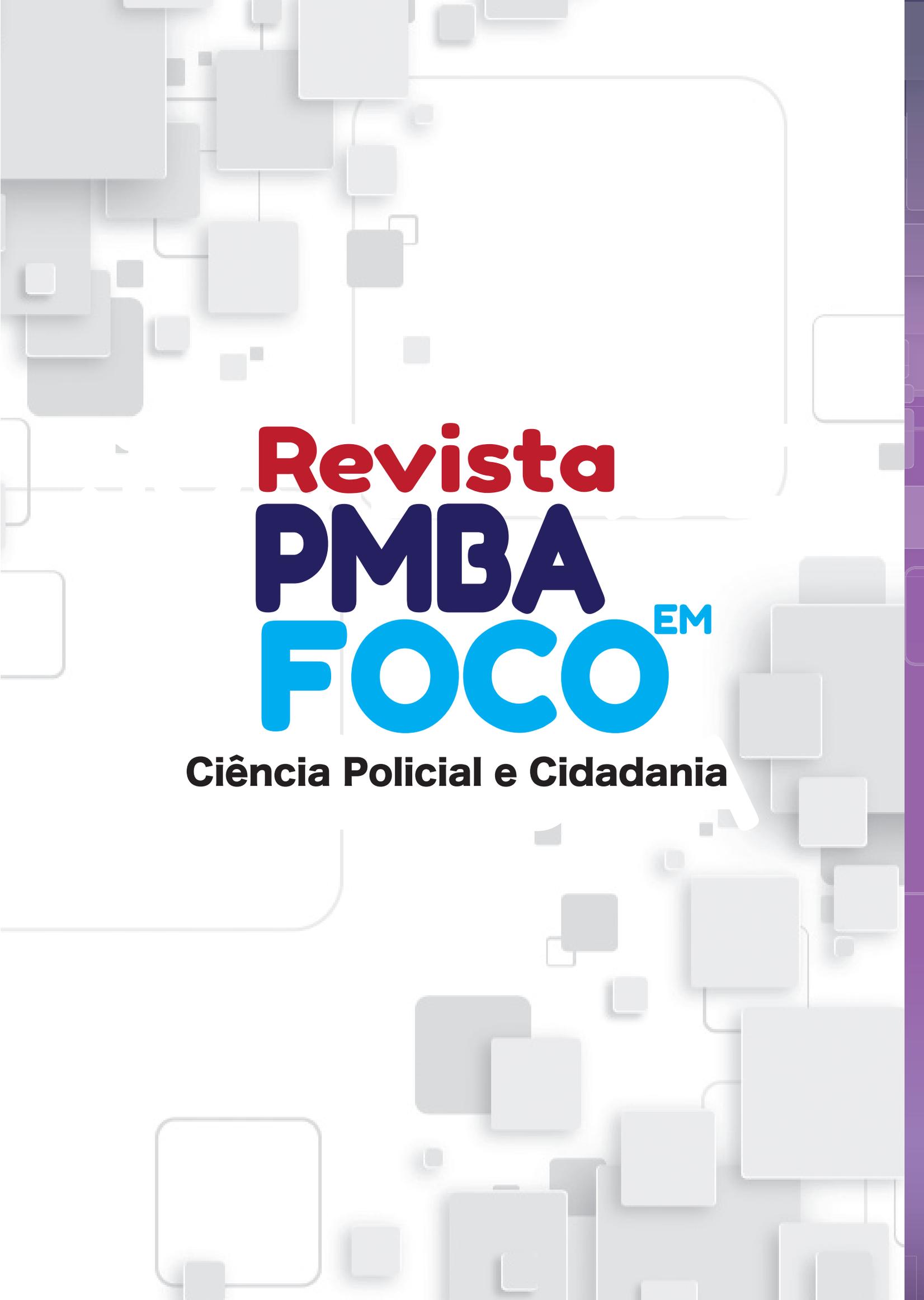
⁵ AMORA, Antônio Augusto Soares. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 2009;

⁶ STF, 1ª Turma, **HC 81.305/GO**, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ 22/02/2002 p. 35;

⁷ BADARÓ, Gustavo. **Direito processual penal**: tomo II/ Gustavo Badaró. – 2. ed. atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009;

⁸ BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.





Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

The background is a deep purple color with a complex pattern of white and light purple geometric shapes. These shapes include squares, rectangles, and rounded rectangles of various sizes, some of which are connected by thin white lines, creating a network-like or circuit-like appearance. The overall effect is modern and digital.

SOCIEDADE E CULTURA

PROERD E RONDA ESCOLAR: estratégias de prevenção à evasão escolar na cidade de jequié/ba

PROERD AND SCHOOL RONDA: *strategies to prevent school dropout in the city of jequié/ba.*

Isnéia de Souza Lima¹

Rosemar M. N. Pessoa²

Resumo

O ato de educar implica uma influência mútua entre o processo pedagógico e a sociedade. Neste desenvolvimento, a sociedade é afetada por meio da mudança interna causada pela educação. Contudo, dados quantitativos comprovam que a sociedade tem sido prejudicada através da evasão escolar. Deste modo, a Polícia Militar da Bahia foi convocada neste artigo para, junto com educação, atuar na prevenção dos alunos que pretendem evadir-se das escolas da cidade de Jequié/Ba, por motivo de violência e drogas, despertando e alertando estes para fatos e valores necessários ao crescimento da sociedade por meio da educação. O estudo em questão fundamentou-se no método dedutivo, a partir da pesquisas bibliográficas, exploratórias e qualitativas, bem como o aporte da pesquisa documental através de manuais, relatórios de serviço de policiais militares e diretrizes operacionais da PMBA que orientam a implementação e efetivação do policiamento comunitário, além de apresentar os resultados até então obtidos.

Palavras-Chave: Polícia; Educação; Sociedade; Evasão; Prevenção.

Abstract

The link of education implies a mutual influence between the pedagogical process and the society. In this development, the society is affected by the inner change caused by education. However, quantitative data proves that the society has been harmed through the school dropout. Therefore, the police was convened in this article, for, along with the education, to act preventively in the student rescue from school from the city of Jequié/Ba, due to violence and drugs, awakening and alerting him to the fact and necessary value for the growth of the society through the education. The study in question was based on bibliographic, exploratory and qualitative research, in addition to the use of the theoretical contribution of manuals, service reports from military police and PMBA operational guidelines that guide the implementation and effectiveness of the community policing, besides to provide the results obtained so far.

KeyWords: Police; Education; Society; Evasion; Prevention.

1 Aspirante-a-Oficial...

2 Aspirante-a-Oficial...

INTRODUÇÃO

Jequié é um município brasileiro do Estado da Bahia, localizado à 365 km da capital baiana, no sudoeste da Bahia, com uma população de 156.272 habitantes, conforme estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2021.

Esta cidade possui 126 escolas municipais, das quais 66 oferecem o Ensino Fundamental nos anos iniciais (do 1º ao 5º ano), 18 escolas oferecem o ensino fundamental nos anos finais (do 6º ao 9º ano) e 15 ofertam a EJA (Educação de Jovens e Adultos) e todas essas unidades de ensino são contempladas com a Ronda Escolar durante todo o ano letivo.

Em relação ao PROERD, este atende uma média de 12 a 15 escolas por semestre, em virtude do quantitativo de policiais militares pertencentes ao 19º BPM – Batalhão de Polícia Militar –, habilitados a ministrar as instruções do programa ser reduzido.

Além desses estabelecimentos de ensino Municipal, Jequié dispõe de escolas estaduais e particulares. Destas, apenas o CPM – Colégio da Polícia Militar Professor Poeta Luis Neves Coutrim –, enquanto unidade estadual aplica o PROERD, além de algumas escolas particulares.

A prevenção da evasão escolar objetiva mudanças sociais na comunidade jequieense através da contribuição da Polícia Militar à educação, por entender que educar não mais se restringe apenas a escola, posto que aqueles que contribuíram para a formação cidadã também educaram e, neste arrolamento, cabe incluir o Policiamento Comunitário, haja vista o envolvimento da Polícia com a educação, assim, escola e Polícia não são repartidas, estão em uma relação de convívio em um ambiente propício a prevenção e enfrentamento à evasão escolar, notadamente através da disciplina e do respeito.

Deste modo, a Polícia é convocada neste escrito para, junto com a educação, atuar preventivamente na proteção do aluno na escola, com vistas a despertar e alertar para fatos e valores necessários ao crescimento da sociedade por meio da educação. Na medida em que ela prepara-se para, pela prevenção, alterar comportamentos e valores que possam afetar a educação positivamente, com a manutenção do aluno na escola e completamente a existência da própria sociedade, é esta que tem sido afetada por meio da mudança interna causada pela educação.

A construção social convida todos a somarem esforços, trocarem experiências e mudarem comportamentos hoje consolidados, na busca de um caminho mais digno para a humanidade. O entendimento da sociedade complexa e os investimentos necessários para a mudança são o início do reconhecimento dos desafios futuros que se estabelecem e a identificação das transformações que podem ser implementadas como possibilidades. (FARFUS, 2008, p. 17)

Na sociedade contemporânea, a educação configura-se num aspecto estratégico ao ser empregada pela polícia na prevenção da evasão escolar. A Polícia é a instituição que representa a proteção de uma sociedade, na defesa dos valores de concepção humanitária, presentes em cada pessoa. A sociedade necessita que a educação some esforços com a polícia, com trocas de experiências para mudanças de comportamentos hoje estabilizados, na busca de um caminho mais digno para a humanidade com a diminuição da violência, esta que é uma das causas da saída do aluno da escola.

O investimento necessário para a mudança é o início do reconhecimento dos desafios futuros que se estabelecem nas transformações que podem ser implementadas pela Polícia na educação. Portanto, o artigo “**PROERD E RONDA ESCOLAR: estratégias de prevenção a evasão escolar na cidade de Jequié/Ba**”, organizou e sistematizou uma nova metodologia, processos e avanços da educação no qual priorizamos a permanência dos alunos na escola.

O processo de aprendizagem é uma forma de gerar mudança no homem como resultado de um novo olhar sobre o objeto estudado e das práticas que ele exige para melhor se relacionar com aquilo que ele representa ou proporciona. A máxima de que a aprendizagem gera mudança de comportamento é real, pois, conforme enuncia Luckesi (2001, p. 45): “A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social”.

O entrosamento da Polícia à comunidade a torna o principal vetor de prevenção da sociedade, assim a dinâmica de proximidade como é exercida a atividade policial, gera oportunidades para realizar não só o controle das atividades que interferem na saída do aluno da escola, mas também projetos para o retorno do aluno que evadiu.

O estudo é uma proteção ao aluno das Escolas públicas da Cidade de Jequié/Ba que pretende

evadir da escola por motivo de drogas e violência; neste artigo, os policiais militares, fardados, treinados e com material apropriado desenvolvem cursos de prevenção junto às comunidades com alto número de evasão escolar, por meio de ações da Ronda Escolar e do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD).

O enfoque desse escrito versa em expressar a importância do emprego das nuances da Polícia Comunitária como forma de interação com a educação na busca da proteção discente da evasão escolar. Neste contexto, é necessária a utilização de métodos e procedimentos que têm como alvo a mudança das condutas fomentadoras desse desvio. A linha de atuação para a prática do artigo é a Ronda Escolar e o PROERD. Essas especificações se juntam com as ferramentas da educação e, neste diálogo, a sociedade cresce. E é somente com a troca de vivências que se transformam os comportamentos. Assim tem-se que:

A Ronda Escolar é uma operação do orgânico do Comando de Policiamento Especializado (CPE) implementada desde 2009 através do Convênio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação do Estado e a Secretaria de Segurança Pública, “visando ao desenvolvimento de ações voltadas à implementação do Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas”. (CARTILHA PROTOCOLO DE ATUAÇÃO DA RONDA ESCOLAR, 2016, p. 10)

A finalidade do serviço policial militar efetivado através da Ronda Escolar é proporcionar e atender as demandas de segurança da comunidade escolar as quais legalmente estão incluídas no rol de sua competência. Necessário se faz criar mecanismos de interação da Polícia juntamente com a comunidade escolar.

O outro projeto de fundamental importância é o PROERD, um programa de caráter social realizado através do esforço cooperativo entre as bases Polícia Militar, Escola e Família, para melhor coesão no sistema preventivo contra drogas e violência, voltado para crianças e adolescentes. Uma de suas prioridades é propor ações conjuntas entre essas instituições para prevenir e reduzir o uso de drogas e a violência na comunidade escolar, bem como promover melhoria da qualidade de vida.

Diante da necessidade da Polícia utilizar-se da educação como ferramenta de prevenção, nota-se que na modernidade, o professor não é o único que educa. O policial militar que atua nos projetos educacionais também é imbuído nesta causa. Neste contexto, é destaque a utilização de projetos e programas de prevenção que têm como objetivo a mudança da conduta fomentadora da evasão escolar através do trabalho da Polícia junto à educação.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 POLÍCIA COMUNITÁRIA, MÃO AMIGA DA SOCIEDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil resume o papel da Polícia Militar à proteção da comunidade por meio do acompanhamento do comportamento social, no que se refere à ordem pública que deve ser preservada a partir de uma atuação que se destaque visivelmente de forma ostensiva, com o intuito de ser notada por todos, o que por si só, indica antecipar-se ao crime por meio da presença nos ambientes onde está a comunidade.

Desta forma, à Polícia Militar caberá sempre uma atuação visível, presente, realçada para interagir com a sociedade, o que causa sensação de proteção e ordem. Esta ostensividade prevista na Constituição da República Federativa do Brasil enfatiza a importância que a atividade policial deve ser para o bem-estar da comunidade, porque essa constante presença, sempre aparente e evidenciada junto das pessoas, sugere a criação de uma relação entre o visual das vestimentas, carros e armamento utilizados pelo policial e o que isso deve despertar na sociedade. Assim, à luz da Constituição, o sentido da Polícia Militar é estar presente junto das pessoas. Para atingir eficácia, esta interação inicia-se pelo visual, mas precisa se aprofundar para algo de maior interação entre a Polícia e a sociedade. Deve ganhar contornos de uma relação cada vez mais comunitária no sentido de terem em comum os mesmos valores que, no caso, assegurarão a segurança pública.

O conceito de Polícia Comunitária, para Skolnick e Bayley (2002), está ligado a este viés de interação entre a polícia e a comunidade. O termo que tem sido muito empregado quando se quer designar

um modelo de maior proximidade entre a Polícia e comunidade carece de certa precisão. Muitas vezes tem sido entendido como aplicável somente para a comunidade ordeira. A imprecisão deste conceito ajuda na identificação dos aspectos que forma o termo ‘Polícia Comunitária’. Assim, a simples existência desta nomenclatura, decorre da necessidade de se distinguir este modelo em relação aos outros arquétipos de policiamento existentes, pois se existe ‘Polícia Comunitária’, deve existir um tipo de Polícia que não o seja, conforme conceito apresentado:

Policiamento Comunitário é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida da área. (TROJANOWICZ; BUCQUEROUX, 1994, p. 4-5)

Para Oliveira (2015), o conceito mais empregado entre as polícias brasileiras aborda a proximidade com a comunidade no processo de criação e execução de estratégias para atuarem contra o crime e o medo gerado por ele no seio da sociedade, mas que também transcende a isso, pois busca agir, outrossim, em relação à desordem social, antes que ela propicie condições para que se proliferem delitos, visto que a prioridade da polícia comunitária está na prevenção.

O conceito proposto foi inovador, assim considerado por Skolnick e Bayley (2002), e é atribuído ao comissário Arthur Woods da Polícia de Nova Iorque, entre 1914 a 1919 que inspirou diversas mudanças no entendimento da atividade policial, com o intuito de afastá-la de intervenções de políticos ou do caráter puramente repressivo.

O policiamento comunitário considera a comunidade participe de todo o processo de decisão e manutenção da ordem o qual protagoniza ações capazes de gerar segurança e ordem pública se realizadas junto com a polícia. Merece destaque a abordagem de Skolnick e Bayley (2002), em relação ao fato de que quando existe aumento da confiança entre a comunidade e a polícia, mesmo depois da eclosão do delito, a possibilidade de se obter informações capazes de levar à prisão do criminoso é muito maior do que quando a comunidade possui sentimento hostil à força policial. Neste sentido, nem mesmo o tempo rápido para atender aos chamados é capaz de gerar sensação de segurança e credibilidade da polícia.

A interação com a comunidade exige ainda uma capacidade de empatia, alteridade, diálogo sem discriminação e capacidade de considerar as multiculturas que formam a sociedade para se obter uma relação emancipatória e sustentável. Dessa forma, Skolnick e Bayley (2002) reforçam a necessidade de ‘habilidades especiais’ para realizar uma ‘aliança’ com os cidadãos de modo a facilitar o ‘sentimento de comunidade’ que deve vigorar entre os moradores. Para que isso ocorra, a polícia deve buscar ser sensível aos problemas ali existentes. Esse interesse se constitui como um aspecto crucial para ‘construir o envolvimento da comunidade’, que não é tarefa fácil, mas gera efeito positivo para a prevenção do crime e é isto que se pode chamar de ‘Policiamento Comunitário’ conforme afirmam, ao citar a fala de Stewart:

Não se pode esperar que a polícia controle sozinha o crime. Os cidadãos são uma parte essencial da equação [...] o papel das pessoas na ajuda da manutenção da paz é crucial. A não ser que as vítimas e as testemunhas relatem os crimes, tragam informações, acompanhem o caso todo, e participem ativamente dos esforços organizados para a prevenção do crime, nosso sistema de justiça não pode funcionar como deveria. (STEWART *apud* SKOLNICK; BAYLEY, 2002, p. 69).

Entende-se, dessa forma, que o papel desempenhado pela Polícia Militar, no tocante a Polícia Comunitária, é de mão amiga.

2.2 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO ESCOLAR – PCE

O Policiamento Comunitário Escolar é o processo de policiamento que trabalha em parceria com a comunidade escolar para identificar, priorizar e resolver problemas existentes. Essa parceria busca melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar, o que proporciona a integração dos educadores, educandos, policiais militares e demais profissionais, com o intuito de aprimorar a segurança e a educação desenvolvidas nas escolas.

Muitos são os órgãos que compõem a comunidade escolar, por exemplo: os alunos, professores, pais de alunos, servidores, Policial Militar, Ministério Público, Conselho tutelar, Polícia Civil, Vara da Infância e Juventude, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, comunidade do perímetro escolar, Prefeituras, dentre outros.

O propósito do Policiamento Comunitário Escolar é prevenir a violência e a prática do ato infracional que possa ser cometido por crianças e/ou adolescentes. A comunidade escolar deve ser estimulada a colaborar com o policial militar e este, por sua vez, deve dar credibilidade as informações recebidas.

O PCE é dito comunitário por envolver uma ação integradora entre outros setores da sociedade. É inegável a função do operador do policiamento escolar moderno, o qual retrata uma dinâmica de proximidade, na busca de alternativas para melhor compreender o que se passa com aquele público e, lógico, fazer cumprir a legalidade.

2.3 PROGRAMAS QUE FAZEM A DIFERENÇA

A escola é o recorte da sociedade em que vivemos. Se quisermos uma sociedade desenvolvida e ética, precisamos investir em educação. A escola é uma instituição de instrução por excelência e de convivência de diversos grupos sociais. Para que esses grupos sociais convivam em harmonia, é necessária a ação de políticas públicas conjuntas e de qualidade.

Episódios de violência nas escolas infelizmente fazem parte do noticiário da nossa comunidade. Não raro, observamos os jornais televisivos darem amplo destaque a uma briga generalizada entre alunos ou a um ato de violência contra um professor ou uma professora. Outro problema enfrentado pelas escolas é o avanço do tráfico de drogas para dentro dos muros escolares. Lidar com essas situações requer direcionamento específico visto que, para além da legislação geral, os estudantes, menores de idade, estão amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA).

A fim de atender as demandas específicas da área educacional na cidade de Jequié, no interior da Bahia, desde o mês de julho de 2014, a Polícia Militar, através do 19º Batalhão de Polícia Militar, oferece ao Município o serviço de Ronda Escolar, além do PROERD que já é aplicado desde o ano de 2009.

Desde então, o 19º Batalhão da Polícia Militar de Jequié desenvolve a missão de atuar nas escolas pertencentes ao Município e região, o que proporciona segurança e tranquilidade para um público formado por estudantes, professores, funcionários e comunidades próximas dessas escolas, a fim de garantir o bom e ordeiro funcionamento das unidades de ensino, através da atuação de policiais capacitados, com o intuito de proteger os alunos da evasão escolar, prevenir os episódios de violência e evitar a disseminação das drogas (lícitas ou ilícitas) no ambiente escolar.

Estes programas são desenvolvidos nas escolas públicas e têm por objetivos incutir nos alunos, aspectos de segurança individual e coletiva, diminuir e, quiçá, chegar ao fim das evasões escolares e, prioritariamente, contribuir na formação do caráter do indivíduo que, nos dias atuais, corre sérios riscos devido à violência em nossa sociedade, atualmente voltada para valores materiais.

O Programa de Policiamento Escolar é uma atividade de policiamento ostensivo exercida através de um serviço direcionado e voltado para a promoção da segurança no atendimento das demandas da comunidade escolar. A atuação em um policiamento escolar consiste na visita aos estabelecimentos de ensino para atendimento das demandas escolares, em reforço ao policiamento das Unidades Operacionais e sendo realizada pela Operação Ronda Escolar. A implementação do policiamento estará orientada pela doutrina da Polícia Comunitária, tendo por objetivo a prevenção da violência, o desencadeamento de ações operacionais direcionadas aos perpetradores de atos ilícitos, a salvaguarda da incolumidade das pessoas e do patrimônio e da melhoria do sistema de segurança escolar.

A Ronda Escolar, na cidade de Jequié/BA, tem o objetivo inicial de reduzir a criminalidade no ambiente escolar, isto por meio do patrulhamento e de permanência em áreas internas, externas e adjacentes dos estabelecimentos de ensino, a qual direciona a ação da Polícia Militar à proteção das crianças e adolescentes. Ela atua na prevenção e na repressão da criminalidade e da violência, porém, a ênfase é na atividade de assessoramento e consultoria no que se refere à segurança no ambiente escolar e fora deste, além de garantir total apoio às escolas, com suporte e orientação aos estudantes, professores e funcionários sobre a manutenção de um ambiente escolar seguro, com acompanhamento às possíveis ocorrências, as quais serão legalmente direcionadas às medidas cabíveis. Ademais, a Ronda Escolar assume a responsabilidade pela proteção das escolas e segurança da comunidade escolar nas áreas internas e adjacentes à escola.

A prevenção é a principal função da Ronda Escolar; a repressão a crimes e a atos infracionais mantém-se em segundo plano. Os policiais empregados no serviço de ronda escolar devem dar atendimento às

solicitações dos diretores das unidades de ensino, realizar o aconselhamento de alunos, a integração com as comunidades locais, a mediação na resolução de conflitos e exercer o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas públicas, a fim de coibir práticas delituosas.

O fenômeno da violência escolar na cidade de Jequié é mais crítico em escolas públicas da periferia, o que reflete as desigualdades sociais que existem na sociedade. A violência e o uso de drogas por parte das crianças e adolescentes são fenômenos que estão frequentemente associados entre si, o que constitui em relevantes causas e questões geradoras da evasão escolar, bem como frustrações dos alunos, o que resulta em reprovações, falta de perspectivas e comportamentos agressivos nas relações com os professores.

O uso de drogas se expande em todos os ambientes infanto-juvenis, especialmente nas escolas. Tanto drogas lícitas (cigarros e bebidas alcoólicas) quanto ilícitas (maconha, cocaína, crack, etc.), são substâncias facilmente acessíveis e atraentes para os jovens.

O Programa de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD) tem suas origens nos Estados Unidos da América, tem como base o *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.R.E.), que surgiu no ano de 1983 no Distrito Escolar de Los Angeles, em conjunto com o Departamento de Polícia daquela localidade, chegou ao Brasil no ano de 1992 através da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O PROERD apresenta estratégias preventivas que reforçam os fatores de proteção referentes à Família, Escola e Comunidade. A cooperação dos órgãos envolvidos no processo proporcionará às nossas crianças uma vida saudável, na perspectiva de uma cultura de paz para toda sociedade. Neste sentido, o Programa atua com materiais específicos, que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes.

O Programa é desenvolvido em escolas públicas e privadas por policiais militares qualificados em 3 currículos do Ensino Fundamental:

1. Educação Infantil e anos iniciais;
2. 5º Ano;
3. 7º Ano.

A faixa etária de atendimento do PROERD às crianças está compreendida entre 9 e 12 anos de idade; o programa é estruturado de forma pedagógica em 17 lições ministradas por policiais militares obrigatoriamente fardados que foram escolhidos dentre os capacitados em curso especial próprio para instrutores PROERD. Sua atuação é por meio de uma linguagem acessível e 15 atividades interativas em que se buscam estímulos para que os estudantes resolvam seus problemas na fase em que se encontram. A fim de complementar um ciclo de proteção integral em prevenção primária, também existe um currículo educacional de prevenção direcionado aos pais, responsáveis ou educadores dos alunos PROERD.

Ao final do curso todos os discentes são instruídos a fazer uma redação e relatar todo o conhecimento adquirido sobre o que foi ministrado em sala de aula. Como forma de reconhecimento ao aprendizado e comprometimento dos alunos para com o projeto, durante a solenidade de formatura, os alunos protagonistas das melhores redações são agraciados com uma bicicleta, prêmio que já se tornou símbolo de destaque dos “Proerdianos”.

Na manhã do dia 10 de junho do corrente ano, na Arena da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), após o período pandêmico, momento no qual as escolas passaram a funcionar de forma remota (aulas através de plataformas online), por um ciclo de 02 anos, foi realizada a solenidade de formatura dos alunos do Sistema Municipal de Ensino que concluíram o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Jequié e o 19º Batalhão de Polícia Militar. Estiveram presentes no evento autoridades representantes dos órgãos que compreendem a comunidade escolar, como o Secretário de Relações Institucionais e Comunicação Social de Jequié, que representou o Prefeito do Município, a Secretária de Educação, o Comandante do 19º Batalhão de Polícia Militar, o Comandante da CIPE Central, o Coordenador do PROERD, o Subcomandante do 8º Grupamento do Corpo de Bombeiros - Jequié, representante do comandante, dentre outras.

O momento foi destinado, também, à premiação das melhores redações escritas por estudantes das escolas municipais com o tema PROERD que foi ministrado em 8 unidades escolares, e contemplou 850 alunos com o objetivo de desenvolver habilidades para a saúde e segurança pessoal dos estudantes, através das atividades que promovem a participação e a interação social nas discussões e no desenvolvimento de aptidões que os conduza ao enfrentamento das dificuldades e faça uma abordagem sobre os problemas que as drogas trazem, além de técnicas para resistir às pressões dos colegas, técnicas de autocontrole, riscos e consequências, resistência ao *bullying* e valorização da vida.

Segundo o comandante do 19º Batalhão:

“Droga é uma droga! Precisamos combater a droga, que é esse flagelo que gera a

criminalidade. Agradeço aos professores! esse é o momento que nós, policiais militares, nos tornamos professores e vamos para a sala de aula junto com as crianças para transformar os estudantes em futuros adultos comprometidos. O PROERD visa incluir a nossa juventude na sociedade, buscando dar a criança ferramentas para que ela possa compreender que a droga faz mal, que a droga é ruim, que a droga vai interferir nas suas decisões e, automaticamente, a criança busque o melhor para si. (Reinaldo Souza dos Santos – Tenente Coronel PM, 2022).

Par abranger um público que na maioria é composto por adolescentes em uma faixa etária mais crítica e mais problemática e que necessita de um atendimento específico quando se trata de orientação quanto aos direitos e deveres perante a comunidade escolar perante a sociedade e principalmente na convivência familiar, o estudo proposto é direcionado especificamente para o Programa Ronda Escolar e PROERD.

A atuação da Ronda Escolar e do PROERD, na cidade de Jequié, além de apresentarem resultados positivos na redução dos índices de criminalidade, apresentam-se ao cidadão como protetores e garantidores da boa convivência dos alunos no ambiente escolar, o que resulta na melhoria da imagem do Estado como protetor de toda a sociedade.

De acordo com os dados obtidos através da Secretaria Municipal de Educação de Jequié, por meio do Relatório de Desempenho Escolar (Matriculados x Evasão), dos anos de 2018 e 2019, foi observado o seguinte quantitativo de evasão:

2018

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 6º ANO: 120 para 1889 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 7º ANO: 78 para 1355 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 8º ANO: 44 para 627 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 9º ANO: 15 para 451 matriculados.

2019

ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 6º ANO: 99 para 2379 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 7º ANO: 60 para 1822 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 8º ANO: 29 para 1253 matriculados;
ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - 9º ANO: 10 para 670 matriculados.

Através destes dados é possível comprovar que houve uma redução no índice de evasão escolar nos segmentos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, os quais indicam 2,19%, 2,46%, 4,70% e 1,83%, respectivamente. Assim, é visível que a parceria entre a Polícia Militar e a educação no combate à evasão escolar é efetivamente positiva para a sociedade jequeense.

3 CONSIDERAÇÕES

A essência desse estudo foi analisar os resultados bibliográficos e mensurara efetividade do Policiamento Comunitário através da Ronda Escolar e do Programa Educacional de Resistência às Drogas(PROERD) nas escolas públicas da cidade de Jequié – Bahia, no combate a evasão dos alunos.

O policiamento comunitário visa trabalhar em parceria com a comunidade, a fim de prevenir e solucionar problemas. As rondas escolares também possuem como objetivo o estreitamento de laços com a comunidade escolar e o desenvolvimento de ações socioeducativas e programas de proteção dentro desses ambientes. Diante disso, observa-se que as especificações da Polícia Comunitária nas escolas públicas de Jequié têm refletido de maneira benéfica, seja pela diminuição da evasão escolar, seja pela redução da criminalidade, através da conscientização e mudançano comportamento de alunos, além de aumentar asensação de segurança garantida a todas as unidades de ensino e principalmente pelos alunos da comunidade.

A equipe de policiais designados para a Ronda Escolar recebe capacitação para atuar exclusivamente na área educacional. O efetivo empregado no PROERD também. São profissionais habilitados e qualificados para atuarem tanto na prevenção quanto na repressão de casos de violência e uso de drogas nas escolas; também realizam atividades como palestras e peças teatrais. Assim, os policiais da Ronda Escolar e PROERD conseguem desmistificar a visão de polícia apenas repressora e estabelecer uma convivência no meio escolar de maneira pacífica que inspira confiança. O policial passa a ser visto como alguém com quem o estudante pode contar para promover a sua segurança na escola.

A segurança escolar é uma das prioridades dentro da segurança pública, sobretudo em nível

municipal e necessita de investimento e inovação constantes. Só com segurança é possível garantir os direitos de crianças e adolescentes a um acesso digno a educação onde eles possam se desenvolver em sua plenitude para a formação de uma sociedade mais pacífica, justa e igualitária.

Ao observar os relatórios de desempenho escolar da Secretaria Municipal de Educação de Jequié e os relatórios de produtividade da Ronda Escolar, ficam evidentes os resultados positivos, consequência dos trabalhos desenvolvidos pelas nuances da Polícia Comunitária na cidade de Jequié/BA. Os dados estatísticos obtidos através desses relatórios confirmam: Os números reduzidos de ocorrências registradas pela Ronda Escolar eo percentual de evasão escolar, abaixo de 5%, são frutos do desenvolvimento de um trabalho sério e comprometido com a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade.

Ademais, ao verificar as redações desenvolvidas pelos alunos participantes do PROERD, é notória a demonstração de mudança de comportamento e conscientização, afirmada pelos próprios alunos em seus escritos. Dentre essas redações, destaca-se o depoimento do aluno Marlon Silva: “No PROERD eu aprendi sobre risco e consequência e que nossos atos podem ter efeitos positivos e negativos e dependem das nossas escolhas. No PROERD eu aprendi muito e colocarei tudo isso em prática na minha vida, principalmente sobre comportamentos agressivos e ofensivos que não devem ser praticados”. O aluno Lucas Peres relatou: “O PROERD é um programa educacional do qual participei e amei, pois aprendi lições de vida que nunca esquecerei. No PROERD aprendi que fazer boas escolhas nos leva a sermos bons cidadãos. Na minha vida vou ter que fazer boas escolhas e agora sei selecioná-las, porque fiz PROERD que, afinal, significa Programa Educacional de Resistência às Drogas. A experiência que eu tive nessas dez semanas foi um inesquecível aprendizado.”

Por conseguinte, observa-se que o policiamento comunitário se revelou eficiente como estratégia organizacional, uma vez que, através de programas e projetos desenvolvidos de forma educativa, possibilitou a aproximação entre os agentes de segurança e a comunidade escolar, o que melhorou a imagem da Polícia Militar e trouxe benefícios que irão refletir não apenas nas escolas, mas também na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

Cartilha Protocolo de Atuação da Ronda Escolar, 2016, P. 10

CHRISPINO, Álvaro; Raquel. A judicialização das relações escolares e a responsabilidade civil dos educadores. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., v. 16, nº 58: p. 9-30. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: . Acesso em: 28 mar. 2015.

CUBERO, R; MORENO, M. C. **Relações Sociais nos Anos Escolares**: Família, Escola, Companheiros, p. 250-259, in César Coll (org.). Desenvolvimento Psicológico e educação: psicologia evolutiva, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CUNHA, Marcos Vinícius da. Dewey. **Escola nova e construtivismo**: continuidade, descontinuidade e recontextualização, p.15-44, in ALMEIDA, J.S. (org.). Estudos sobre a profissão docente. Araraquara: FCL/ UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

BRASIL. **Curso Nacional de Policiamento Comunitário Escolar**. Ministério da Justiça e Cidadania/ Secretaria Nacional de Segurança Pública: Brasília, DF, 2012.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA; Zilma. **Psicologia na Educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FARFUS, Daniele. **Espaços educativos**: um olhar pedagógico. Curitiba: Ibplex, 2011.

BAHIA (Estado). Polícia Militar da Bahia. **Manual de Doutrina de Polícia Ostensiva da PMBA**: PMBA01-MT-03.001. / Polícia Militar da Bahia - Salvador, 2020.

POLÍCIA MILITAR – BAHIA. Segurança Pública. **Plano Estratégico**. Gestão Estratégica. SOBRINHO, Demóstenes Silva Madeira – CapQOPM.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policciamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policciamento Comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

ZAGURY, Tania. **Escola sem conflito**: parceria com os pais. Rio de Janeiro Record, 2002.

Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário – Conceito. Disponível em: <<https://www.policiaomunitaria.ms.gov.br/conceito>>. Acesso em 21 mar 2022.

Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário – Conceito. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/m47QbPsC7vdt45JDMLy7Ndy/?lang=pt>>. Acesso em 21 mar 2022.

BAHIA (Estado). PROERD – **Programa de Resistência às Drogas**. Disponível em: <<https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm>>. Acesso em 03 jul 2022.

BAHIA (Estado). PROERD - Programa de Resistência às Drogas. Formatura do PROERD. Disponível em: <<http://www.jequie.ba.gov.br/noticias/prefeitura-de-jequie-e-policia-militar-realizam-formatura-do-proerd-para-850-alunos-do-sistema-municipal-de-ensino>>. Acesso em: 03 jul 2022.

BAHIA (Estado). Polícia Militar da Bahia. **Ronda Escolar** – Disponível em: <<http://www.pm.ba.gov.br/index.php>>. Acesso em 11 fev 2022.

O JOGO DO ESPELHO – RONDA MARIA DA PENHA: uma estratégia de intervenção**MIRROR GAME – RONDA MARIA DA PENHA: an intervention strategy****Patrícia Barbosa Sanches¹****Jacqueline Mary Soares de Oliveira²****Marizangela Farias da Cruz³****Resumo**

A violência doméstica e familiar contra a mulher tem atingido alarmantes números na sociedade brasileira com vitimização fatal. Como expressiva violação dos direitos das mulheres necessita de atenção dos(a) gestores públicos e da sociedade. Por conta disto, existe a necessidade de criar mecanismos que aprimorem a discussão nos mais diversos espaços. Com método dedutivo, pesquisa bibliográfica e documental, baseada em estudos sobre violência de gênero e documentos oficiais, o objetivo geral deste artigo consiste em descrever a técnica do “Jogo do Espelho” criado por uma ex- Comandante da Operação Ronda Maria da Penha - OpRMP (Salvador/Bahia) tomando como instrumento de ação de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, preconizada pela Lei 11.340/2006-Lei Maria da Penha, enquanto que entre os objetivos específicos buscamos analisar a aplicabilidade dos jogos lúdicos utilizados e debater os resultados alcançados.

Palavras-chave: Violência doméstica, familiar contra a mulher; Direito das Mulheres, Jogos lúdicos.

Abstract

Domestic and family violence against women has reached alarming numbers in Brazilian society with fatal victimization. As a significant violation of women’s rights, it needs attention from public managers and society. Because of this, there is a need to create mechanisms that improve the discussion in the most diverse spaces. With a deductive method, bibliographic and documentary research based on studies on gender violence and official documents, the general objective of this article is to describe the technique of the “Mirror Game” created by a former Commander of Operation Ronda Maria da Penha - OpRMP (Salvador/Bahia), taking as an instrument of action to prevent domestic and family violence against women, recommended by Law 11,340/2006- Maria da Penha Law, while among the specific objectives we seek to analyze the applicability of the recreational games used and discuss the results achieved.

Keywords: Domestic and family violence against women, women’s right, playful games.

1 Pós- Graduada em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM, da Universidade Federal da Bahia- UFBA. Assistente Social, Radialista, Cabo da PMBA, lotada no Departamento de Promoção Social- DPS/PMBA. <http://lattes.cnpq.br/2644703233664699> E-mail: patriciabsanches@gmail.com

2 Mestra em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismos, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Assistente Social, Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), Salvador, Bahia, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/6303097625483154> Email: jacqueline.mary.soares@gmail.com

3 Graduada em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Assistente Social, Cabo da PMBA, lotada no 7º Batalhão de Polícia Militar- BPM, Irecê- Bahia, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8233762988448466> Email: farias18mai@gmail.com. Submetido em: Out/2022. Aprovado em: Dez/2022. Publicado em: Dez/2022

1 INTRODUÇÃO

A análise do fenômeno da violência deve contemplar aspectos que dizem respeito aos indivíduos, grupos, classes, instituições e principalmente quanto ao gênero. Nesse sentido, Minayo (2003a, p.29), destaca que “em suas relações [os seres humanos], empregam diferentes métodos e meios de coerção e aniquilamento direto e indireto (econômico, jurídico, militar, social, psicológico) sobre seus semelhantes, com a finalidade de reter ou conquistar poder, posses e privilégios”. Porém, a violência deve ser analisada a partir de suas raízes históricas como se verifica na Bíblia segundo Odalia (2012), pois nela já pode perceber um repositório incomum de violências: da violência física à violência sutil e maliciosa, do estupro ao fratricídio, do crime passionai ao crime político.

Com efeito, as ações de enfrentamento às nefastas consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher, prescindem da intervenção estatal através de polícias públicas. Para Denhardt (2013), na contemporaneidade o “novo serviço público” tem que atuar com base em alguns pressupostos fundamentais de inclusão da cidadania. Para tanto, sinaliza alguns temas relevantes como: a) promover a dignidade e o valor do novo serviço público; b) reafirmar os valores da democracia, da cidadania e do interesse público enquanto valores proeminentes da administração pública, e partir desses temas elabora sete princípios-chave para um novo serviço público. O primeiro diz respeito a servir cidadãos, não consumidores, ou seja, o servidor público não responde apenas a demandas de consumidores, mas se concentra na construção de relações de confiança e colaboração com e entre os cidadãos, na realidade diz que “O serviço público é visto como uma forma ou extensão da cidadania. A cidadania é concebida não como um *status* legal, mas como uma questão de responsabilidade e moralidade” (Ibidem, p. 265).

Por conseguinte, com base nestes pressupostos é que surge a Operação Ronda Maria da Penha – OpRMP, criada no dia 08 de março de 2015, através da assinatura do Termo de Cooperação Técnica que envolve o Poder Executivo do Estado da Bahia com a Secretária de Segurança Pública (SSP/BA), a Secretária de Políticas para Mulheres (SPM/BA), a Defensoria Pública (DP/BA), o Ministério Público (MP/BA) e o Tribunal de Justiça (TJ/BA). Assim, vale destacar que a (OpRMP-BA) tem por objetivo principal acompanhar as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar encaminhadas pela justiça, realizando visitas diárias na residência, trabalho ou local que a assistida indicar para fiscalizar o cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência (MPU) expedidas pelas Varas de Violência doméstica e familiar contra as mulheres e previstas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), nos seus artigos 18º a 23º.

Na perspectiva sociológica e cultural, segundo Bourdieu (2005), o mundo social opera através de profundos mecanismos com suas estruturas cognitivas e as estruturas sociais decorrente da experiência dóxica do mundo social (a lógica reprodutora do sistema educacional), em particular que produzem efeitos simbólicos de legitimação (sociodiceia) decorrente da ordem de *representação* mais ou menos consciente e intencional. Portanto, a ordem social estruturada pela dominação masculina funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar tal dominação alicerçada na divisão social do trabalho em que distribui as atividades atribuídas a cada um dos sexos: o mercado/assembleia reservado aos homens, a casa reservada às mulheres; o tempo, a jornada, o ano agrário ou ciclo de vida, momentos de ruptura, masculinos e longos períodos de gestação, femininos. Tal poder de dominação pode ser resumido nesta passagem expressa por Bourdieu (Ibidem, p.25):

Assim, a definição social dos órgãos sexuais, longe de ser um simples registro de propriedades naturais, diretamente expostas à percepção, é produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças, ou o obscurecimento de certas semelhanças.

Como visto nesta análise teórica/empírica de Bourdieu, os desafios da realidade fática da violência praticada contra as mulheres representa um epifenômeno onde existe uma associação de fenômenos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados pela administração pública e a sociedade. Em verdade, a criação da OpRMP-BA possibilitou identificar como são engendradas de maneira simbólica pela qual a dominação masculina atua na vida das mulheres. Esta violência simbólica eufemizada que interdita a subjetividade das mulheres operando de maneira a impedir/restringir suas percepções sobre as injunções no mundo real, significa dizer que as práticas da violência doméstica e familiar passam a ser naturalizada pela ordem masculina, sendo necessário atuar segundo previsão do artigo 7º e 8º da Lei Maria da Penha (LMP). Diante desta situação, foi necessário criar estratégias que, de forma lúdica, pudessem despertar as subjetividades das mulheres no que se refere aos diferentes tipos de violência, ciclo da violência, a Lei Maria da Penha, as medidas protetivas de urgência e a Rede de Enfrentamento, dentre outros temas correlatos colaborando na autoidentificação dos fatores sociais, econômicos, políticos e psicológicos que atravessam a vida das mulheres pelos constantes atos de violação dos seus direitos humanos.

Ora, a criação de uma legislação com objetivo de proteger as mulheres brasileiras não poderia ficar restrita apenas a atos declaratórios, mas ter sua aplicação prática de modo a possibilitar seu conhecimento e formas de acesso aos mecanismos de prevenção e proteção.

Nesse sentido, como vimos, a ação estatal torna-se fundamental como prevê o artigo 8º da Lei Maria da Penha em direcionar ações no campo da prevenção, por exemplo, as campanhas de prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher, com objetivo de colaborar para mudar a forma de pensar e atuar, em especial, protagonizada através de instituições como a Igreja, a escola, a família com suas heranças de patriarcado, temos além desta dimensão o relevante papel do Estado em construir alternativas de ações como os convênios, protocolos e outros instrumentos de gestão alinhando as ações estatais, além da Lei Maria da Penha apontar a necessidade de capacitação permanentes, das Polícias, Guardas Municipais e Corpos de Bombeiros, pelo entendimento da importância desses Equipamentos no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nessa linha analítica de pensar e intervir no modelo androcêntrico, percebe-se outras evidências diretas quanto a atuação da Polícia Militar da Bahia (PMBA). Primeiro, em relação a preocupação no seu desenho institucional de atuação quando insere em seu Plano Estratégico (2017-2020), objetivos e iniciativas, tais como o Objetivo Estratégico.

1: Aumentar a confiança da sociedade na Corporação, o Objetivo Estratégico

8: Fomentar a polícia comunitária, que associado a Iniciativa

8.3: “Atualizar e difundir a doutrina de Polícia Comunitária” (BAHIA, 2017, p. 78). Em segundo lugar, temos outros avanços no modelo de gestão da PMBA quando introduz no Objetivo Estratégico, o OE6 “Aperfeiçoar as ações das Unidades Especializadas” e aporta na Iniciativa

6.3 “Ampliar a Ronda Maria da Penha (BAHIA, 2017, p.63). Com efeito, reconhecemos uma mudança na moldura burocrática e operacional na PMBA que busca institucionalizar as políticas de prevenção e proteção à violência praticada contra as mulheres de maneira que as ações e iniciativas registradas no Plano Estratégico demonstram a eficácia das políticas de prevenção e proteção desenvolvidas pela OpRMP. Isso explica porque, as ações desta Unidade Operacional passou a se transformar em política de Estado ao ser prevista sua atuação no Programa de Governo Participativo (PGP) (2018, p. 31) pelo atual governo que merece destacar a seguir:

Serviços da Rede. Ampliação da Ronda Maria da Penha para garantir a oferta de serviços de segurança específicos para situações de violência contra a mulher, especialmente através do acompanhamento e fiscalização do cumprimento de medidas protetivas, **bem como através de mecanismos de conscientização e prevenção de novas ocorrências** (grifos nosso).

Visto isso, deve-se destacar que o Jogo do Espelho foi idealizado pela Major PM Denice Santiago, ex-Comandante da OpRMP, com objetivo de propor a participação do público feminino através de uma metodologia ativa fomentando debates e análises sobre o enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (VDFCM). Inicialmente, foi aplicado no ano de 2017, no Município Ilhéus-Ba, na modalidade do “tapete”, construída de forma artesanal pela Cabo PM Marizangela Farias, Cabo PM Nayane Andrade e Cabo PM Rosimar Oliva, em papel metro e com material emborrachado colorido, conhecido como E.V.A. Assim, elaborava-se a construção de mensagens que constam nas cartas do jogo com base em relatos de violência sofrida pelas mulheres que são assistidas pela OpRMP. Por conta desses atendimentos, foi percebido o desconhecimento de muitas mulheres sobre as formas de VDFCM e os Equipamentos e Serviços que integram a Rede de Enfrentamento.

Já atuaram e/ou atuam como facilitadoras do Jogo do Espelho: A Cabo PM Nayane Andrade, Cabo PM Patrícia Sanches, Cabo PM Joélia Nascimento, Cabo PM Marizangela Farias e Cabo PM Raquel Marques, à época, integrantes da Operação Ronda Maria da Penha (OpRMP) de Salvador-Bahia. Assim, utilizamos o mesmo conteúdo nas cartas que sinalizam para o movimento de enfrentamento da VDFCM e as relacionadas ao processo de “naturalização” das VDFCM. Dessa maneira, com este material lúdico, as cartas coloridas que integram o Jogo do Espelho composto de 05 (cinco) cores, sendo que cada cor corresponde a uma forma das formas de violência doméstica estabelecida na Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Na Capital, o Jogo do Espelho foi aplicado pela primeira vez também em 2017, durante uma semana com Policiais Femininas lotadas nos Comandos de Policiamento Regionais: (CPR Central), Baía de Todos os Santos (BTS), Atlântico e Região Metropolitana de Salvador (RMS), além de Policiais Femininas lotadas nas Companhias Especializadas do Comando de Policiamento Especializado (CPE). Por conta dos resultados, o “PE” passou a integrar o calendário de atividades de cunho preventivo da Operação Ronda Maria da Penha.

Em seu desenho operacional, o Jogo do Espelho foi distribuído entre os grupos para termos um parâmetro avaliativo das atividades. Primeiro, na zona urbana, com a distribuição de 01 (uma) ficha de avaliação com questões referentes às instalações, recepção, atendimento, alimentação, facilitadora(s), tema do encontro e/ou sugestões. Na Zona rural, esse levantamento é feito pela(s) facilitadora(s) que lê cada questão e as mulheres

respondem com as “mãozinhas” verdes ou vermelhas, tendo em vista que consideramos a questão de mulheres com baixa escolaridade ou não escolarizadas. Já na perspectiva sociológica, o “JE” contempla diferentes categorias de trabalhadoras como: mulheres policiais militares, da sociedade civil, sejam da zona urbana ou da zona rural, de diversas faixas etárias, escolaridades diferentes e mulheres não alfabetizadas. E, decorrente de seu êxito na prevenção a violência familiar e doméstica esta estratégia lúdica passou a integrar outro Projeto da OpRMP: o *Ciranda Rural com a Ronda* que explicaremos no decorrer do artigo. (grifo nosso).

2 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

2.1 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

É notório que a violência doméstica e familiar continua recorrente na vida de muitas mulheres - dos grandes centros urbanos, das periferias, das regiões rurais, mulheres das matas, sem determinantes de raça, classe, religião ou sexualidade. De acordo com o relatório do Atlas da Violência 2020 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil. Tal quantitativo representa equivalente a 01 (uma) mulher morta a cada 02 horas, já no contexto doméstico significa que 01(uma) mulher foi morta a cada 6 horas e 23 minutos (IPEA, 2020). Em termos percentuais significa dizer que, aproximadamente 38.9% do assassinato de mulheres no Brasil ocorreram no espaço doméstico (IPEA, 2020).

Esses dados quantitativos se agravam em outros termos quando se identifica no mesmo ano que 3.146 mulheres foram assassinadas no espaço público (fora da residência) e 1.373 mulheres no ambiente do seu lar (a residência). Tais informações evidenciam a reprodução da ordem masculina em violar os direitos humanos das mulheres em diferentes espaços da convivência com diferentes atores que interagem com elas como os companheiros ou ex-companheiros. Tais atores sociais que deveriam transmitir segurança e carinho são os principais protagonistas de violações objetivas e simbólicas. Porém, outras evidências do grau de vitimização das mulheres são apresentadas quantitativamente em termos de óbitos de mulheres relacionados à categoria de raça/etnia. Segundo o IPEA (2020), entre os anos de 2017 e 2018 houve uma redução de 8,4% no assassinato de mulheres. No entanto, os homicídios de mulheres⁴ negras teve uma redução de 7,2% em comparação ao de mulheres não negras que teve uma queda de 12,3%. Neste sentido, cabe dizer que os marcadores de raça/etnia contribuem para analisar o agravamento na condição de vulnerabilidade das mulheres não brancas, principal público nas atividades da Operação Ronda Maria da Penha (OpRMP), política pública que já alcançou entre de março de 2015 a dezembro de 2021, 13.532 mulheres, na capital e em mais 22 (vinte e dois) municípios do interior do Estado.

Situações de violência contra as mulheres permanecem recorrentes na sociedade brasileira, fruto de um contexto histórico e cultural que ratifica comportamentos assentados no campo simbólico estruturado sob o sistema patriarcal. Neste cenário, é possível correlacionar que a circunstância de dependência e subordinação, típicas de sociedades machistas, conduz à vitimização de mulheres, colocando-as como as maiores vítimas no ambiente doméstico, sendo seus maiores algozes os companheiros ou ex-companheiros. Nesta perspectiva, Safiotti (2004, p.52) aponta que:

O inimigo das mulheres não são Pedro, João, Francisco, mas a ordem patriarcal de gênero (DELPHY, 1998), inventada e implantada por seus ancestrais. Como se trata de um esquema que atribui privilégios aos homens, é óbvio que eles, como categoria social, não têm o menor interesse em alterá-lo em direção à igualdade social entre as duas categorias de sexo.

É importante destacar ainda que a violência de gênero não se dá somente no âmbito doméstico e familiar, onde as mulheres são as maiores vítimas. Ela está presente em toda estrutura societária, com o agravante de que homens e mulheres reproduzem discursos e práticas carregados de concepções machistas que ratificam a condição de subordinação/exploração das mulheres. Nesta perspectiva, muitas vezes as mulheres não percebem no seu cotidiano situações de violência porque as tomam como “normais” e, quando compreendem, se além a dependência emocional e financeira, não conseguindo romper com o ciclo da violência (Boudieu, 2005). Perceber a dimensão da violência ainda é um desafio para muitas mulheres e, para outras, a possibilidade de falar sobre estas violências ultrapassa o limite do possível, por vergonha, medo, negação de sua situação.

4 O termo “Homicídios de mulheres” foi utilizado conforme apresentando no Mapa da Violência de 2020. No entanto, compreendemos que a partir da Lei do Feminicídio, lei nº 13.104, que entrou em vigor em 2015, todo assassinato de mulheres cometido em razão da vítima ser mulher, pela condição de gênero, deve ser apresentada como feminicídio.

A partir do advento da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, é que foi possível tipificar a violência doméstica e familiar contra a mulher e tornar mais fácil a sua identificação.

Outras evidências quantitativas devem ser aportadas quando se analisa os dados de vitimização no Estado da Bahia. Segundo a Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), em 2020, 26.536 mulheres foram vítimas de lesão corporal dolosa, enquanto em 2021 foram 20.475. No mesmo período, foram registradas 259 (duzentos e cinquenta e nove) tentativas de feminicídio, sendo 141 (Cento e quarenta e um) em 2020 e 118 em 2021 e ocorreram 113 (Cem e treze) casos de feminicídios em 2020 e 86 (Oitenta e seis) casos em 2021, o que denota da necessidade da manutenção e ampliação de Políticas Públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher e, embora se perceba uma redução nas taxas de vitimização chama a atenção a força letal praticada por agentes sociais que tinham relacionamento afetivo com tais vítimas (BAHIA, 2021). Isso denota a concepção da reprodução e repercussão social dos discursos e práticas de uma sociedade que ainda tem arraigada a cultura machista e que não compreende os fatores que impedem uma mulher de denunciar o seu agressor, conforme aponta Soares (2005, p.27) “por vergonha, por medo, por ausência de suporte familiar ou social para romper com a relação, por depender financeiramente dos seus parceiros, ou acreditar que o agressor mudará de comportamento”.

Isto posto, é importante dizer que cada mulher tem seu tempo para romper com o ciclo da violência e que forçar tal situação, desconsiderando todo um constructo emocional, subjetivo e material desta mulher, é promover violência. Assim como, deixar de fazer com que as mulheres entendam o que é a violência doméstica e familiar e negar a esta a possibilidade de se perceber, quando das suas vivências, dentro de uma relação em que a violência se apresenta, também é um tipo de violência, porque não nomear a violência também é violência.

2.2 METODOLOGIA DO JOGO DO ESPELHO

O Projeto Jogo do Espelho nasce da ideia de fazer com que as mulheres em situação de violência doméstica percebam-se como vítimas e aquelas que não vivenciam essa realidade possam ser agentes multiplicadoras dessas informações e assim colaborar com outras mulheres que se encontram em situação de VDFCM.

A proposta consiste em fazer com que as participantes da atividade reflitam sobre ações do cotidiano culturalmente naturalizado, mas que, são violações de direito e que se enquadram como violência, tipificadas na Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006.

O nome Espelho vem de uma duplicidade de sentido, na perspectiva do espelho de Vênus que é um símbolo universal que representa o feminino e no processo de espelhamento na perspectiva psicológica de suas vivências e questões que por vezes não são refletidas por nós mulheres, a exemplo da condição de vítima de violência doméstica e familiar.

A abordagem escolhida para a construção do “Jogo do Espelho” foi a ludicidade, entendendo como uma forma de desenvolver o senso crítico através do brincar e que alcança mulheres de escolaridades diversas ou não alfabetizadas.

A Oficina tem carga horária de 04 (quatro) horas, iniciando com a exposição da trajetória da(s) facilitadora(s), na oportunidade, ambas Soldados PM, seguindo de breve apresentação da Operação Ronda Maria da Penha (OpRMP). Este momento é importante e necessário, considerando que muito(a)s Policiais Militares e pessoas da sociedade civil desconhecem o trabalho da OpRMP.

Além de ser realizado apenas como Jogo do Espelho, a ferramenta integra também outro Projeto da OpRMP: o Ciranda Rural com a Ronda que consiste em uma atividade da Secretaria da Segurança Pública (SSP/BA) em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), da Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), de Desenvolvimento Rural (DR), Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS) e Agricultura, atua através da Ronda Maria da Penha em Cirandas executadas em Assentamentos de Reforma Agrária, Quilombos e Comunidades de Marisqueiras para consolidar um processo de sensibilização sobre a prevenção e enfrentamento a violência doméstica e familiar contra mulher. Essas atividades contemplam mulheres e homens e, por conta disso, levamos dois (02) dos nossos Projetos: O Jogo do Espelho e o Ronda para Homens, além de inserirmos uma Oficina para as crianças com atividades lúdicas, a fim de que as mães pudessem participar com tranquilidade do Jogo do Espelho.

O jogo tem como composição: um tabuleiro; cinco espelhos de Vênus (peonas); 94 (noventa e quatro) cartas com situações de violências (considerando as 05 (cinco) formas de violência estabelecidas na Lei Maria da Penha: Física, Psicológica, Moral, Patrimonial e Sexual) e orientações; oito (08) cartas com orientações sobre as Instituições da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher; um (01) dado.

No “Jogo do Espelho” (tabuleiro) quem ganha é a mulher que chegar primeiro no ícone do Espelho. Na versão do tapete (5.000m x 3.570m)- modalidade utilizada com as mulheres marisqueiras, quilombolas, ribeirinhas, de assentamentos rurais, dentre outras - a própria mulher faz parte do jogo e existe um rodízio de participantes que interagem uma ou mais vezes, não existindo vencedoras. O Jogo Espelho (modalidade do tabuleiro) pode ser aplicado com no mínimo 02 (duas) pessoas e no máximo 05 (cinco) por tabuleiro, conforme orienta Santos (2021, p. 61):

As diferenças de metodologia das ações de acordo com o território respondem a uma sensibilidade dos formuladores do projeto em relação às dinâmicas locais. No caso urbano, valorizam o empoderamento da mulher para que reconheça e enfrente uma situação abusiva ou potencialmente violenta em um contexto de vida disperso e permeado por um fraco sentido comunitário, como é, muitas vezes, caracterizada a vida nos grandes aglomerados urbanos. Por outro lado, no caso do território rural, valoriza-se a coesão entre as mulheres, compreendendo a comunidade como espaço de proteção, em um contexto marcado por relações e vínculos pessoais mais próximos, fortalecidos e perenes, que caracterizam a vida em aglomerados rurais.

O Jogo do Espelho requer a mediação de uma técnica para organizar a atividade e realizar o fechamento com palestra consolidadora. No primeiro momento são suprimidas as informações teóricas relacionadas a: tipos de violência, ciclo da violência e rede de enfrentamento a mulher vítima de violência doméstica e familiar, Lei Maria da Penha, dentre outros assuntos correlatos. Esse movimento é direcionado para o segundo momento da Oficina, logo após a aplicação do Jogo do Espelho quando inicia a avaliação da atividade e do instrumento. As instruções do jogo consistem em: 1. A primeira jogadora lança os dados e, conforme o número de pontos que tirar, avança o seu espelho pelo tabuleiro pela esquerda; 2. Na casa que cair, a jogadora retira uma carta na cor correspondente (cada tipo de violência é expresso em uma cor de carta) e lê em voz alta para o grupo; 3. Conforme as instruções contidas nas cartas, a jogadora deve avançar (se o movimento da carta assim indicar - quando a reação dela em situação a violência doméstica e familiar for de enfrentamento e/ou tentativa de rompimento do ciclo da violência); ou de manter-se no lugar ou mesmo, deixar de jogar uma partida quando a indicação do exemplo da carta for de naturalização da situação de violência doméstica e familiar.

Imagem 01 e 02: Aplicação do Jogo do Espelho- Modalidade Tapete. Projeto Ciranda Rural com a Ronda. Quilombo Palmares, Município de Simões Filho- Bahia, 2017.



Fonte: Acervo da Operação Ronda Maria da Penha- OpRMP (2022).

Há também a indicação de buscar instruções nas cartas que apontam informações sobre as Instituições que integram a Rede de Enfrentamento à Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar a exemplo do(a): Centro de Referência de Atendimento a Mulher (CRAM); Centro Integrado de Atendimento a Mulher (CIAM); Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM), Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Organizações da Sociedade Civil (OSC), a Operação Ronda Maria da Penha (OpRMP), dentre outros equipamentos e serviços para as instruções e providências devidas (cartas específicas).

É importante registrar que essa configuração de rede socioassistencial é a encontrada na capital do Estado da Bahia. Quando da aplicação do “Projeto do Jogo Espelho” no interior do Estado, buscamos localizar os equipamentos e serviços que o Município dispõe para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, a fim de orientar as mulheres acerca de onde e como buscar apoio.

Todos os movimentos no tabuleiro devem seguir conforme as orientações contidas nas cartas. O jogo

é concluído quando a primeira jogadora chegar à imagem da Sede da Ronda Maria da Penha, no centro do tabuleiro. Já na modalidade do tapete, há um rodízio entre as participantes não existindo ganhadoras, nem conclusão. No segundo momento, após a aplicação do jogo, quando da fomentação do debate e avaliação do grupo sobre a ferramenta utilizada, é possível identificar a percepção das mulheres em relação aos tipos de violência e a rede de enfrentamento e o que efetivamente elas aprenderam. Já no terceiro momento, retomamos os conceitos teóricos sobre: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), tipos de violência, ciclo da violência, medidas protetivas de urgência - MPU's e serviços e equipamentos que integram a rede de enfrentamento a mulher vítima de violência doméstica e familiar, além de orientarmos como denunciar situações de violações de direitos nesse âmbito.

Para encerrar o encontro, retomamos a apresentação sobre a OpRMP: o histórico, a missão, a sua atuação e os projetos, além de disponibilizar um formulário para avaliação da oficina na versão do tabuleiro. Já para a versão do tapete (aplicada na zona rural), a facilitadora do jogo lê cada questão da avaliação e as mulheres respondem com as imagem impressas do dedo polegar, em verde ou em vermelho, indicado o positivo ou negativo de cada questão a partir de sua opinião e são registradas tanto a quantificação de cada pergunta como os comentários (qualitativa), a fim de que sejam utilizados nos relatórios de avaliação que são confeccionados e analisados pelas facilitadoras após a aplicação do Jogo do Espelho.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Jogo do Espelho foi aplicado pela primeira vez no ano de 2017, no município Ilhéus, no interior do Estado da Bahia, com mulheres da sociedade civil. Sua aplicação foi ampliada para as Policiais Militares, além de mulheres e jovens de diversas faixas etárias, escolaridades diferentes ou não escolarizadas, tendo em vista que é uma ferramenta que acolhe todo esse universo heterogêneo.

Do início da sua aplicação em 2017 até março de 2021, o Jogo Espelho já alcançou: 858 mulheres, a saber: 261 (duzentos e sessenta e um) policiais militares, 30 (trinta) Marisqueiras, 70 (setenta) integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST), 52 (cinquenta) Quilombolas, 445 (quatrocentos e quarenta e cinco) mulheres da sociedade civil, considerando aqui grupos diversos: jovens, adultas, idosas, integrantes de movimentos religiosos, sindicatos, dentre outros grupos sociais.

Importante salientar que por conta da Covid 19 e dos protocolos de prevenção, no ano de 2020 o Jogo do Espelho foi aplicado apenas uma (01) vez, em dezembro, com dez (10) mulheres, no bairro do Calabar em Salvador, convidadas pela Base Comunitária de Segurança (BCS) do referido bairro, dentro das ações dos 21 Dias de Ativismo pelo Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. E, no ano de 2021, também por conta dos protocolos estaduais da Covid 19, o Jogo do Espelho não foi aplicado.

Imagem 03 e 04: Aplicação do Jogo do Espelho- Modalidade Tabuleiro. Grupo de PMS, 2019.



Fonte: Acervo da Operação Ronda Maria da Penha- OpRMP (2022).

Após a aplicação do Jogo do Espelho, um dos depoimentos mais frequentes é em relação ao desconhecimento sobre os diversos tipos de violência que são explicitados nas cartas do jogo com relatos de casos do cotidiano e que são tidos, por algumas participantes, como comportamentos “normais” não identificados como violência. Há também a sinalização sobre o desconhecimento dos Equipamentos e Serviços que integram a Rede de Enfrentamento da mulher vítima de violência doméstica e familiar, seja na capital ou no interior do Estado. Outros relatos apresentam a culpabilização das mulheres diante da tomada de atitude violenta do seu esposo, namorado ou companheiro.

As participantes da Oficina costumam apontar a importância da atividade e sugerem que seja estendida para Escolas, para outras Unidades da PMBA e com a participação dos serviços da Rede de Enfrentamento. A exposição realizada a partir de uma perspectiva de gênero é outro ponto relevante na atividade, considerando que as mulheres conseguem fazer a auto identificação quando a exposição e análise são lidas, vistas e ditas a partir desta perspectiva. A leitura de gênero é fundante para localizar as mulheres no ciclo de violência.

O Jogo do Espelho também trouxe à baila, em alguns registros realizados na Ficha de Avaliação a exemplo da situação de mulheres policiais militares que são vítimas de violência doméstica e familiar. A atividade proporcionou o desvelamento desta problemática dentro da própria corporação, efetivo com mulheres que sofrem violência, assim como, o efetivo com homens agressores. Por conta dessa situação, foram criadas estratégias para se chegar ao público feminino, a exemplo da Liga de Proteção à Mulher para atuar nas Companhias e Unidades da PMBA, criada em dezembro de 2019, após um dia inteiro de Capacitação com 48 (quarenta e oito) Policiais Femininas e monitorada pelo Centro Maria Felipa da PMBA em parceria com a Operação Ronda Maria da Penha.

Sobre a operacionalização do Jogo do Espelho, é necessário que seja realizado em espaço reservado que garanta a discrição das mulheres que estão participando para que elas se sintam à vontade de interagir com a atividade.

O processo de avaliação busca registrar o resultado da compreensão do conteúdo estudado de forma lúdica através do Jogo, fornecer novos subsídios para a continuidade e aperfeiçoamento da prática que fomenta novas ideias à Equipe da Operação Ronda Maria da Penha.

Por conta do alcance do Jogo Espelho como ferramenta de cunho preventivo no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, a Secretaria de Políticas para as Mulheres SPM/BA patrocinou a confecção do material (modalidade tabuleiro) para que seja replicada em outros equipamentos e serviços da rede de enfrentamento, a exemplo das equipes do CREAS, CIAMS, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), dentre outros.

Além disso, foram realizadas divulgações em mídias locais, regionais e nacionais, dando destaque para a apresentação do Jogo do Espelho no “Programa Encontro” de Fátima Bernardes (2018) e no Programa “Como Será” com Sandra Anhemberg (2018), ambos da Rede Globo de Televisão, o Jogo do Espelho e o Ciranda Rural com a Ronda foram citados no Casoteca 2018, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram difundidos como práticas inovadoras no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher pelo(a) profissional de Segurança Pública e do Sistema de Justiça.

Como resultados, outras Polícias, Guardas e Patrulhas Maria da Penha solicitam informações sobre a ferramenta e autorização para seu uso. A Aplicação do Jogo Espelho foi realizada para Policiais Militares que foram capacitadas pela Ronda Maria da Penha para a criação da Patrulha/Ronda Maria da Penha em seus Estados, a exemplo: Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Janeiro, dentre outras.

Recentemente (fevereiro de 2021) fomos procurados (as) por estudantes do Instituto Federal da Bahia (IFBA), com a proposta de transformar o Jogo do Espelho em um aplicativo de jogo eletrônico, com o objetivo de ser jogado pelas mulheres em Plataformas da Internet. Essa proposta está sendo construída e avaliada por membro (a)s da OpRMP juntamente com as estudantes do IFBA. Ressalte-se como registro que a diagramação do Jogo do Espelho foi uma colaboração voluntária do Artista Plástico de Zaca Oliveira e de Diego Lula, Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Além disso, o Jogo do Espelho foi apresentado por uma das suas facilitadoras no 1º Webinário Nacional das Policiais Militares em Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, promovido pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais (CNCG), através da Câmara Técnica de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, ocorrido entre os dias 03 e 04 de março de 2021, sendo um dos destaques da atividade.

1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe na literatura relativa ao tema de gênero, o modelo de pensar e agir nas sociedades derivam das injunções impostas ou pela violência simbólica na subordinação das mulheres ao exercício de diferentes papéis sociais. Baseado em princípios, os valores e as crenças instituídos pelas principais instituições como a família, a Igreja, a escola ao longo da história, se forma um jeito de pensar e agir, resultado não só na subalternização das mulheres como também torná-las invisíveis socialmente a termo de serem mortas de maneira impune, mas graças ao processo civilizatório algumas medidas de proteção dos direitos humanos das mulheres tem avançado, contudo, muito ainda se tem por fazer para erradicar as diversas formas de violência de gênero que atingem as mulheres.

Por isso, com a criação da Operação Ronda Maria da Penha com suas ações no cotidiano operacional de fiscalização ao cumprimento das Medidas Protetivas de Urgência e seus projetos, a exemplo do Jogo

do Espelho tem beneficiado para mitigação da violência doméstica e familiar contra a mulher na Bahia. O pioneirismo das ações na aplicação da técnica do Jogo de Espelho nestes últimos 05 (cinco) anos, representa significativo avanço na política de prevenção protagonizado por mulheres policiais militares. Assim, o quantitativo de mulheres alcançadas diretamente com o Jogo do Espelho: 858 (Oitocentos e cinquenta e oito) mulheres pode sugerir um universo amostral de pouca relevância numérica, porém, deve-se considerar a importância do impacto na visão e representação social que tais ações interferem na vida de milhares de outras mulheres em diferentes Territórios de Identidade na Bahia.

Nesse sentido, como já descrito no início deste trabalho, nosso objetivo geral foi descrever a técnica do “Jogo do Espelho” utilizado pelas integrantes da Operação Ronda Maria da Penha (OpRMP) Salvador/Bahia, mas também expor entre os objetivos específicos que sua aplicabilidade, através dos jogos lúdicos, permitem mudar comportamentos das mulheres frente à submissão e aceitação das mazelas praticadas pelos homens no contexto da ordem androcêntrica. Por fim, mostramos com os resultados que tais ações são relevantes para mudar o destino de muitas mulheres frente à violência doméstica e familiar.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). **Programa de Governo Participativo** - PGP Rui Costa, p.31. 2018.

BAHIA (Estado). **POLÍCIA CIVIL DA BAHIA**. Coordenação de Documentação e Estatística Policial, 2021.

_____. (Estado). **POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. Plano estratégico da Polícia Militar da Bahia 2017-2025: a PMBA rumo ao seu bicentenário/ Polícia Militar da Bahia**. - Salvador: EGBA, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro, 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. **ATLAS da Violência 2020**. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, DF. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/atlas-da-violencia/>. Acesso em: 26/02/2021.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

DENHART, Robert B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

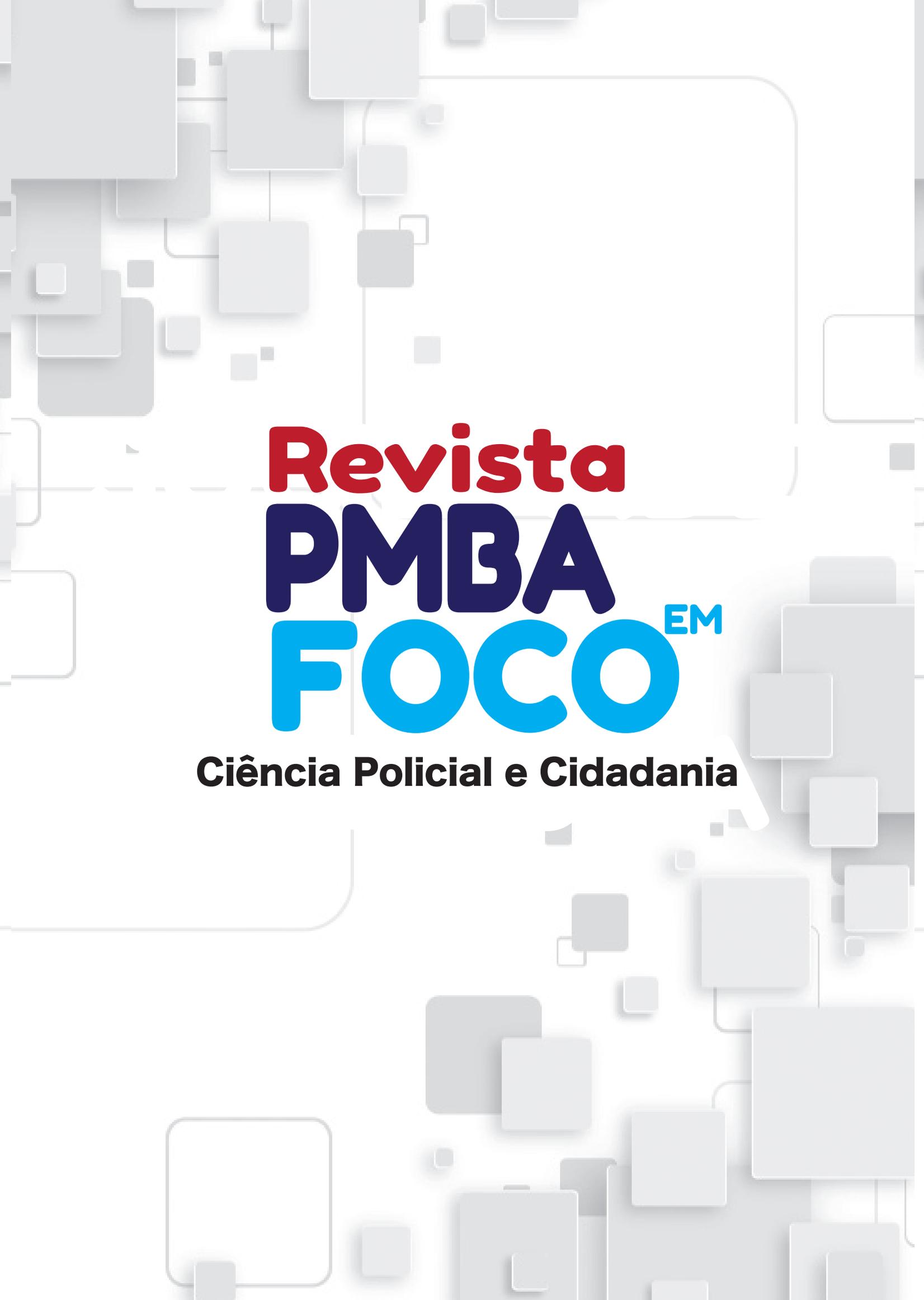
RAGO, Margareth; SAFIOTTI, Heleieth I. B (Org.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado. Gênero e Patriarcado. Violência Contra Mulheres**. Fundação Perseu Abramo, 2004, p.52.

SANTOS, Thandara. Ciranda Rural e Jogo do Espelho com a Ronda Maria da Penha Salvador (BA) In. **Práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres: experiências desenvolvidas pelos profissionais de segurança pública e do sistema de justiça**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://casoteca.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/04/CASOTECA-2018_site.pdf. Acesso em: 01/03/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Org.). **Violência sob o olhar da saúde: infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

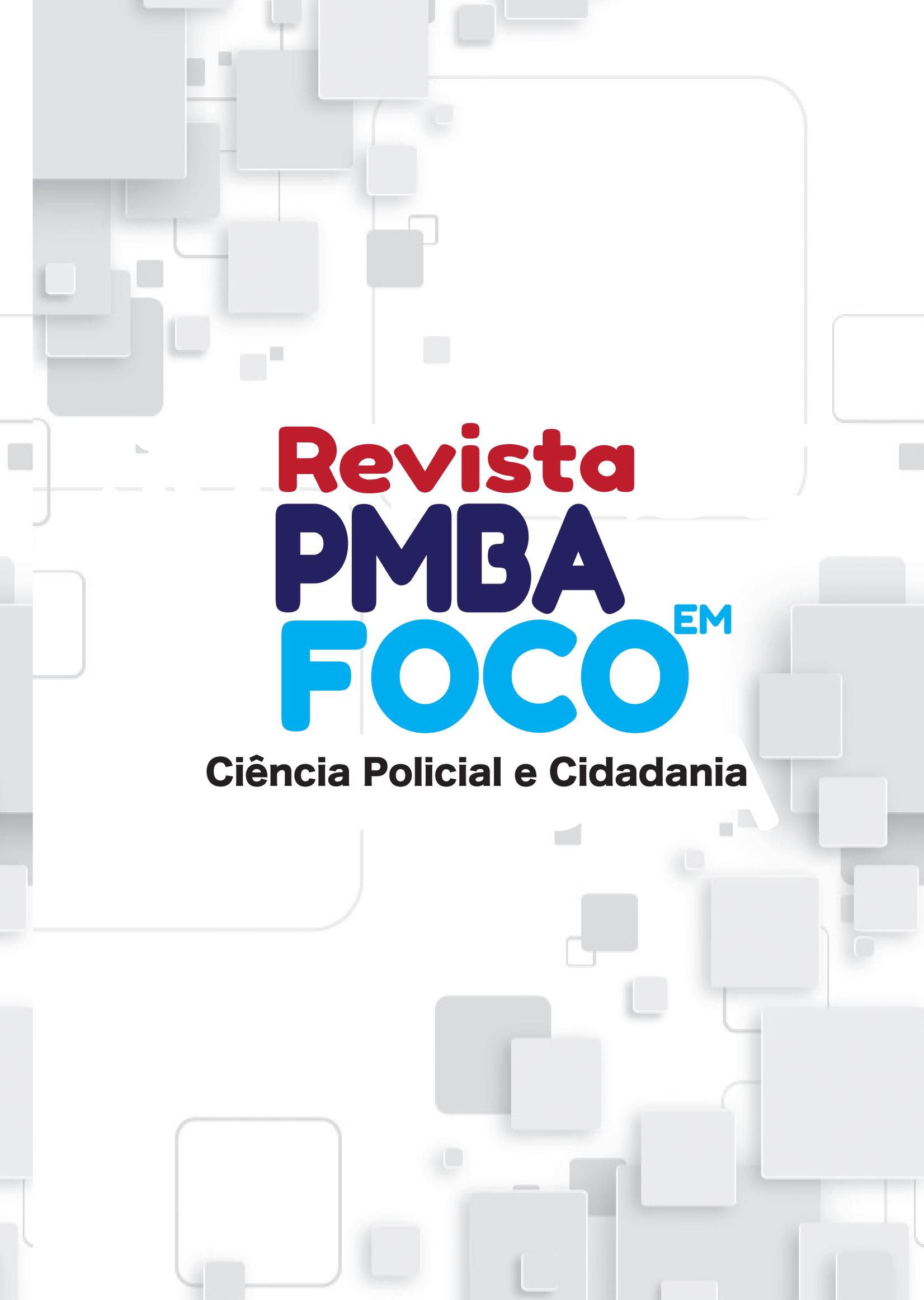
ODALIA, Nilo. **O que é violência**. Paulo: Brasiliense, 2012.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher: Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (as)**. In: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Brasil, 2005, p.57.



Revista
PMBA
FOCO EM

Ciência Policial e Cidadania



Revista
PMBA
FOCO ^{EM}

Ciência Policial e Cidadania

ON LINE



ISSN 2764-4723



ISSN 2764-4774



THON



Revista PMBA EM FOCO

Ciência Policial e Cidadania

ANO I - EDIÇÃO IV

ISSN 2764-4723 (online)
ISSN 2764-4774 (impresso)

